

**IX Legislatura**  
**XI Sessão do Plenário Jovem**

Horta, Quinta-Feira, 29 de Abril de 2010

**Presidente:** *Deputada Mafalda Melo (substituída no decorrer da Sessão pela Vice-Presidente Andreia Melo, posteriormente substituída pelo Vice-Presidente Deputada Vitória Medeiros).*

**Secretários:** *Deputadas Renata Rodrigues e Inês Henriques*

**“Combate à Pobreza e Exclusão Social”**

**SUMÁRIO**

*(Os trabalhos tiveram início às 10 horas).*

Reunidos no dia 28 de Abril, procedeu-se à eleição dos Srs. Deputados que integraram a Mesa da XI Sessão do Plenário Jovem, ficando assim constituída:

- Presidente: Deputada Mafalda Melo;
- Vice-Presidente: Deputada Andreia Melo;
- Vice-Presidente: Deputada Vitória Medeiros;
- Secretário: Deputada Renata Rodrigues;
- Secretário: Deputada Inês Henriques.

No dia 29 de Abril, pelas 10 horas, iniciou-se a Sessão Plenária.

Após a chamada dos Srs. Deputados, proferiu umas breves palavras de boas-vindas o Sr. Presidente da ALRAA, Dr. Francisco Coelho (*PS*).

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, foram apresentados diversos votos.

**- Votos de Congratulação pela realização do XI Plenário Jovem.**

Usaram da palavra para apresentação dos mesmos, os Srs. Deputados Rui Soares (*S. Miguel*); Daniela Rosa (*Pico*); Bruno Silva (*Graciosa*); Jessica Sousa (*S. Miguel*) e Adério Moniz (*S. Miguel*).

Submetidos à votação, os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.

**- Voto de Congratulação** relativo “**ao centenário da implantação da República**”, apresentado pelo Deputado José Correia e aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Deputado Eliseu Pimentel, pela “**celebração do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social**” e aprovado por unanimidade;
- **Voto de Congratulação**, apresentado pela Deputada Anabela Travassos, relativo ao “**Programa Reactivar**”, aprovado por unanimidade;
- **Voto de Congratulação**, apresentado pela Deputada Adriana Melo, pelo projecto denominado “**Passaporte para as Novas Tecnologias**”, aprovado por unanimidade;
- **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Deputado Nelson Pinheiro, pela “**ajuda financeira concedida pelas Juntas de Freguesia de São Pedro e São Miguel para a deslocação de dois elementos**”, aprovado por maioria;
- **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Deputado André Parelho, “**agradecendo o convite endereçado pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e sobretudo enaltecendo o Dia que nos trouxe a Liberdade**”, aprovado por unanimidade;
- **Voto de Congratulação**, apresentado pela Deputada Victoria Andrade, “**agradecendo à Caritas e ao Banco Alimentar o seu empenho no Combate à Pobreza**”, aprovado por unanimidade;
- **Voto de louvor** à “**União Europeia por dedicar o ano de 2010 ao combate à pobreza e à exclusão social**”, apresentado pelo Deputado Manuel Zamora e aprovado por unanimidade;
- **Voto de Protesto** apresentado pelo Deputado José Correia relativo à “**aplicação do Rendimento Social de Inserção**”, aprovado por maioria;
- **Voto de Protesto** pelo “**pouco empenho do Governo Regional na promoção da igualdade e bem-estar da população açoriana**”, apresentado pelo Deputado Manuel Zamora.  
O Voto de Protesto foi aprovado por maioria.
- **Voto de Protesto** relativo às “**tarifas aéreas inter-ilhas e para o continente**”, apresentado pelo Deputado Rui Soares e aprovado por maioria.

De seguida foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

**Voto de Pesar** pela “**trágica morte do Exmo. Sr. Presidente da Polónia**”, apresentado pelo Deputado André Parelho e aprovado por maioria.

**Voto de Pesar** relativo às “**catástrofes naturais que ultimamente se têm verificado**”, apresentado pelo Deputado Manuel Zamora e aprovado por maioria.

Foi guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas destas tragédias.

Terminada a apresentação dos votos, procedeu-se à apresentação do tema “O Combate à Pobreza e à Exclusão Social – uma análise na RAA”, pela

Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Dra. Isabel Berbereia.

Participaram no debate os Deputados Isabel Simas (*Pico*); Beatriz Cardigos (*Faial*); Gonçalo Piedade (*Faial*); Tiago Silva (*Faial*); Eliseu Pimentel (*S. Miguel*); Tatiana Fragata (*S. Miguel*); Vitória Medeiros (*S. Miguel*); Diana Furtado (*S. Miguel*); Li Yifan (*S. Miguel*); Débora Betencourt (*Graciosa*); Jessica Duarte (*S. Miguel*); Jessica Sousa (*S. Miguel*); Manuel Zamora (*S. Miguel*); Ricardo Correia (*S. Miguel*); Simão Santos (*Graciosa*); Luís Silva (*Graciosa*); Adriana Espínola (*Graciosa*) bem como a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (*Cláudia Cardoso*); os Deputados Regionais Costa Pereira (*PSD*), Luís Garcia (*PSD*), Helder Silva (*PS*) e Mário Moniz (*BE*).

Para Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Silva (*Graciosa*); Dário Fonseca (*S. Jorge*); Marisa Soares (*S. Miguel*); Graça Silva (*Faial*); Mirian Ponte (*S. Miguel*); Marlene Lacerda (*Pico*); Cristina Simão (*S. Miguel*); Cátia Amaral (*S. Miguel*); Fabiana Tavares (*S. Miguel*); Raquel Baptista (*S. Miguel*).

Iniciada a Agenda da Reunião, foram apresentadas diversas propostas versando o tema “Pobreza e Exclusão Social – uma análise na RAA”.

**1ª. – “Criação de um gabinete de apoio aos jovens, com dúvidas no âmbito da sexualidade, planeamento familiar, com o auxílio de profissionais de saúde, e contando também com a presença de especialistas na área da acção social que pudessem explicar a melhor forma de gerir o orçamento, contribuindo para um dia-a-dia mais equilibrado evitando fome nas habitações carenciadas”;**

**2ª. – “ Criação de um departamento junto da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, responsável por promover recolhas mensais de alimentos, vestuário e outros bens primários, como por exemplo primeiros-socorros, uma vez por período, nas escolas do ensino básico e secundário, para distribuir aos sem-abrigo”;**

**3ª. - “Criação de um gabinete de reinserção dos sem-abrigo, em todas as câmaras municipais do arquipélago, responsável por prestar-lhes todo o tipo de apoio psicológico e ajudá-los na sua recondução à vida activa”.**

Estas proposta foram apresentadas pela Escola Secundária da Lagoa, cabendo a sua apresentação à Sra. **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*).

Participaram no debate os Deputados José Correia (*S. Miguel*); Fabiana Tavares (*S. Miguel*); Gonçalo Piedade (*Faial*); Dário Fonseca (*S. Jorge*); Débora Bettencourt (*Graciosa*) e Mafalda Melo (*Pico*).

Submetidas à votação foram aprovadas por maioria.

**4ª. - A criação de um programa com vista à reintegração dos idosos na sociedade e aproveitamento das suas potencialidades, como a sabedoria e experiência de vida e tempo disponível.**

**5ª. - “Alargamento do período do Estagiar L e T**

**6ª. - “Criação de um centro público de reabilitação e desintoxicação”**

Estas propostas foram apresentadas pela Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, cabendo a sua apresentação à Sra. Deputada Raquel Baptista (*S. Miguel*).

Participaram no debate os Deputados Fabiana Tavares (*S. Miguel*); Luís Silva Graciosa (*Graciosa*); Manuel Zamora (*S. Miguel*); Débora Bettencourt (*Graciosa*); Isabel Simas (*Pico*); Tiago Silva (*Faial*); Fabiana Tavares (*S. Miguel*); Beatriz Machado (*S. Miguel*); Ana Faustino (*S. Miguel*); Cátia Amaral (*S. Miguel*); Beatriz Cardigos (*Faial*) e Graça Silva (*Faial*).

Submetidas à votação foram aprovadas por maioria a 1ª. e 3ª. propostas, tendo a 2ª. sido rejeitada pela câmara.

**7ª. – “Substituição do Rendimento Mínimo de Inserção por uma espécie de Emprego de Ocupação dos Tempos Livres”;**

**8ª – “Criação da “Casa dos Ofícios”**

Estas medidas foram propostas pela Escola Básica e Secundária de Nordeste.

A sua apresentação coube ao Deputado Adério Moniz (*S. Miguel*) tendo participado no debate os Deputados Tatiana Fragata (*S. Miguel*); André Rodrigues (*Pico*); Jessica Duarte (*S. Miguel*); Daniela Rosa (*Pico*) e Cátia Amaral (*S. Miguel*).

Ambas as propostas foram aprovadas por maioria.

Da Escola Secundária da Ribeira Grande as seguintes medidas:

**9ª. – “Criação e fomento de infra-estruturas ligadas a actividades culturais nas áreas do teatro, museus, música ...”**

**10ª. – “Abandonar a política dos bairros sociais em prol da dispersão pela comunidade em geral das famílias de estratos socioeconómicos mais carenciados, de forma a proporcionar a estas o conhecimento e o acesso a modelos culturais diferentes”.**

Estas propostas foram apresentadas pelo Deputado André Aguiar (*S. Miguel*), tendo participado no debate os Deputados Manuel Zamora (*S. Miguel*); Jessica Sousa (*S. Miguel*); Catarina Ávila (*S. Jorge*); Tiago Silva (*Faial*); Cristina Simão (*S. Miguel*); Andreia Melo (*S. Jorge*) e Beatriz Cardigos (*Faial*).

Submetidas à votação foram aprovadas ambas as propostas por maioria.

**11ª. “Criação de centros sociais em cada concelho preparados para todos os que vivam em situação de pobreza e exclusão social”, da Escola Básica e Secundária de Velas.**

A sua apresentação coube ao Deputado Dário Fonseca (*S. Jorge*).

Participaram no debate os Deputados Beatriz Cardigos (*Faial*); Andreia Melo (*S. Jorge*); Mirian Ponte (*S. Miguel*) e Beatriz Machado (*S. Miguel*).  
A proposta foi aprovada por maioria.

**12ª. – “Assiduidade regular e aproveitamento satisfatório para os alunos de famílias que beneficiam do Rendimento de Inserção Social, como forma de incentivar o valor do trabalho e da responsabilidade”;**

**13ª. – “Incorporação dos membros adultos das famílias que beneficiam de subsídios sociais em instituições de solidariedade social (por exemplo Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santa Casa da Misericórdia) como forma de combater o ócio”.**

**14ª. – “Com o objectivo de incentivar a solidariedade social e o valor da família evitando a exclusão social das gerações mais velhas, diminuir em 1 hora a carga horária diária de um dos cônjuges para que possam cuidar dos mais velhos em casa”,** estas três propostas foram apresentadas pela Escola Secundária das Laranjeiras.

A sua apresentação coube à Deputada Ana Faustino (*S. Miguel*) tendo participado no debate os Deputados André Rodrigues (*Pico*); Beatriz Cardigos (*Faial*); Fabiana Tavares (*S. Miguel*); Gonçalo Piedade (*Faial*); Graça Silva (*Faial*); Tatiana Fragata (*S. Miguel*); Andreia Melo (*S. Jorge*); Débora Bettencourt (*Graciosa*); Rui Soares (*S. Miguel*); Beatriz Machado (*S. Miguel*) e Jessica Duarte (*S. Miguel*).

Submetidas à votação a primeira e a segunda foram aprovadas por maioria e a terceira rejeitada.

**15ª. – “Criar oportunidades reais e práticas àqueles que mais sofrem com a exclusão social”;**

**16ª. – “Criação de um programa de reabilitação e reinserção na sociedade e mercado de trabalho de toxicodependentes”,** apresentadas pela Escola Secundária Manuel de Arriaga.

A sua apresentação foi feita pela Deputada **Beatriz Cardigos** (*Faial*).

Participaram no debate os Deputados Isabel Simas (*Pico*); Adriana Espínola (*Graciosa*); Jessica Sousa (*S. Miguel*); Luís Silva (*Graciosa*); Graça Silva (*Faial*); André Rodrigues (*Pico*) e Dário Fonseca (*S. Jorge*).

Ambas as propostas foram aprovadas por maioria.

**17ª. – “Inclusão no currículo regional dos alunos a formação para os direitos e deveres, orientada para a consciencialização dos direitos humanos, dos direitos dos cidadãos, dos direitos das crianças, dos direitos dos consumidores, dos direitos dos animais, e dos direitos dos trabalhadores, da mesma forma como se entende necessária a formação para a sexualidade”;**

**18ª. – “Maior número de cursos profissionais relacionados com a área agrícola e produção animal, bem como uma maior acessibilidade aos mesmos”;**

**19ª. – “Reforço do papel do professor Tutor, nomeadamente na articulação da actividade escolar de grupos específicos de alunos com a família e com serviços especializados de apoio educativo e social, para a promoção da integração na escola e na comunidade do aluno e respectiva família”**, da Escola Básica e Secundária de Nordeste.

Estas propostas foram apresentadas pela Deputada **Jessica Duarte** (*S. Miguel*).

Participaram no debate os Deputados Graça Silva (*Faial*); Simão Santos (*Graciosa*); Jessica Duarte (*S. Miguel*); André Parelho (*S. Miguel*) e Andreia Melo (*S. Jorge*).

Submetidas à votação a primeira e a segunda foram aprovadas por maioria e a terceira rejeitada.

**20ª. – “Formação para uma cidadania activa, para que ao longo de 2010/2011 sejam organizados, na Região, projectos e actividades com a finalidade de fazer participar alunos e professores, de forma interventiva, na nobre e difícil missão da Educação para a Cidadania”**, apresentado pela Escola Secundária Antero de Quental.

A sua apresentação coube à Deputada Tatiana Fragata (*S. Miguel*), tendo participado nos debates os Deputados Fabiana Tavares (*S. Miguel*); Beatriz Machado (*S. Miguel*) e Dário Fonseca (*S. Jorge*).

Submetida à votação a proposta foi rejeitada.

**21ª. “Melhorar a eficácia dos serviços de apoio social: desenvolvimento de melhores processos de coordenação e de funcionamento em equipa alargada, obrigando a que todos os intervenientes cooperem efectivamente, relativamente aos processos e pessoas envolvidos, sempre em recato confidencial e no respeito pela dignidade da pessoa”**

**22ª. – “Aprofundar o humanismo dos serviços sociais e das Organizações não Governamentais insistindo para que a solidão seja considerada como um problema particular da pobreza e dotando os serviços de meios e recursos que contribuam para reduzir o número de pessoas afectadas por este drama”**, apresentadas pela Escola Cardeal Costa Nunes.

A sua apresentação foi feita pela Deputada Isabel Simas (*Pico*).

Participaram no debate os Deputados Beatriz Cardigos (*Faial*); Mafalda Melo (*Pico*) e Dário Fonseca (*S. Jorge*).

Submetidas à votação a primeira proposta foi aprovada por maioria tendo sido a segunda rejeitada.

Antes da aprovação por unanimidade da Proposta de Deliberação que declara finda a XI Sessão do Plenário Jovem, usou da palavra o Sr. Deputado Mário Moniz (BE).

*(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 35 minutos).*

**Presidente:** Bom dia Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:  
Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

**ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA**

Beatriz Fagundes de Melo David Cardigos

Gonçalo Jordão Piedade

Graça Patrícia da Silveira Silva

Renata Denise Amaral Rodrigues

Susana Dias Meirinho

Tiago Filipe Simões da Silva

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA GRACIOSA**

Adriana da Conceição Melo

Adriana Margarida Espínola

Bruno Gil da Silva

Débora Patrícia da Silva Bettencourt

Luís Filipe Medina Silva

Simão Pedro Lima Santos

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA MADALENA**

André Miguel Garcia Rodrigues

Daniela da Silva Rosa

Isabel Cristina Lourenço e Simas

Mafalda Santos Melo

Marlene Rego Lacerda

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VELAS**

Andreia Maria Melo

Catarina Alexandra Ávila

Dário Eduardo Fonseca

David Teodoro Maciel

Marcelo Oliveira Maciel

Milton Porto Lima

Rui Filipe Araújo

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE NORDESTE**

Adério Francisco Costa Moniz

Eliseu Manuel Cabral Pimentel

Jessica Aguiar Duarte

Marisa Cabral Soares

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VILA FRANCA DO CAMPO**

Ana Cristina Batista da Silva

Bruno Miguel Ferreira Gracioso

Diana Maria Sousa Santos  
Nelson Ricardo Viveiros Pinheiro  
Raquel Agostinho Batista  
Vitória Maria de Medeiros Andrade

**ESCOLA SECUNDÁRIA ANTERO DE QUENTAL**

José Pedro Aguiar Correia  
Manuel Valência Zamora  
Miriam de Fátima Rebelo Ponte  
Rui Miguel Resendes Damião Soares  
Tatiana Medeiros Fragata

**ESCOLA SECUNDÁRIA DAS LARANJEIRAS**

Ana Vitória Melo Faustino  
André Amaral Parelho  
Fabiana Tavares  
Inês Ré Carvalho Henriques  
Li Yifan

**ESCOLA SECUNDÁRIA DE LAGOA**

Beatriz Linhares Machado  
Cátia Linhares Amaral  
Jessica Pires Sousa  
Ricardo Jorge Vital Correia  
Simão Pedro Cabral Santos  
Victoria Carolina Martins Medeiros

**ESCOLA SECUNDÁRIA DE RIBEIRA GRANDE**

Anabela Costa Travassos  
André Rodrigues Aguiar  
Cátia Sofia S. Correia  
Cristina Isabel Botelho Simão  
Diana Rego Furtado  
Rafael Alexandre C. Cordeiro

**Presidente:** Estão presentes 56 Srs. Deputados. Temos quórum. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Francisco Coelho, para proceder à abertura da XI Sessão do Plenário Jovem.

**\* Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Francisco Coelho):** Muito obrigado Sra. Presidente do Plenário Jovem.

Sras. e Srs. Deputados do Plenário Jovem, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Directora Regional da Solidariedade Social:



Em primeiro lugar muito bom dia a todos, bem vindos a esta casa, que é um dos órgãos do governo próprio da RAA, a nossa Assembleia, onde estão representadas as várias forças políticas que são eleitas directamente pelo povo açoriano e que têm a função típica de qualquer Parlamento.

Os Parlamentos têm historicamente duas funções típicas: por um lado fazem leis, havemos de ver que no nosso caso essas leis ou a competência para fazê-las - porque somos uma região autónoma -tem algumas limitações, de acordo com a Constituição, mas em geral, fazem leis e talvez ainda tão importante como isso, fazem também a fiscalização política do Governo. Acompanham a actividade governativa. Perguntam ao Governo o que é que este faz ou não faz. É isto que faz este Parlamento.

Este Parlamento tem representantes de todas as Ilhas dos Açores. Os Deputados são eleitos por círculos eleitorais, cada ilha corresponde a um círculo, cada círculo elege, pelo menos, dois deputados, incluindo o Corvo, mais um deputado por um determinado número de eleitores.

É com essa composição que dá a este órgão a representação de todas as ilhas, que nós funcionamos.

Recentemente, foi criado um círculo regional de compensação, para melhorar a proporcionalidade entre os votos expressos e o número de Deputados.

Portanto, esta casa é, pela sua natureza, a Casa da pluralidade, da divergência democrática, onde se discutem os diversos assuntos de forma plural, aberta, acalorada por vezes.

Não há democracia sem um parlamento democraticamente eleito e esta é a prova de que nós vivemos em democracia e isso é um valor extremamente importante, como sabem.

Espero que esta experiência, que agora vão ter, de por um dia serem deputados, vos seja útil, dê para perceber e pelos temas que vão tratar, que são extremamente importantes, como a pobreza e a exclusão social, aquilo que são os vossos problemas, a maneira de os colocarem, as soluções que podem ser encontradas, as dificuldades práticas que por vezes há para resolver determinadas situações, ou porque são mais globais ou porque nos ultrapassam, ou porque há limitações financeiras, ou porque há outro tipo de limitações.

Essas são também as dificuldades com que o plenário real muitas vezes se defronta.

Espero portanto que esta experiência seja gratificante e espero, porque a vida é assim e as instituições são assim que, brevemente, alguns de vós, quem sabe, possam voltar a esta casa, na qualidade de deputados, a sério.

Desejo que o trabalho corra bem e seja proveitoso.

Muito obrigado a todos.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Obrigado Sr. Presidente pelas suas amáveis palavras.  
Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados:  
Vamos dar início ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.  
Deram entrada na Mesa diversos votos de congratulação, de louvor, de protesto e de pesar.

Uma vez que deram entrada vários votos abordando o mesmo tema, a realização do XI Plenário Jovem, vamos proceder à sua apresentação, seguida de debate e posterior votação. Para tal tem a palavra o Sr. Deputado Rui Soares Representante da Escola Secundária Antero Quental.

**Deputado Rui Soares (S. Miguel):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social; Caros Deputados e Deputadas ao XI Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas;

Em nome da Escola Secundária Antero de Quental propomos hoje um voto de congratulação pela realização deste XI Plenário Jovem. Durante estes dias teremos a oportunidade de nos conhecermos melhor, de conhecermos a realidade das ilhas de onde vimos e de debater um tema de extrema importância que a todos diz respeito. Bem hajam.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Agora tem a palavra a Sra. Deputada Daniela Rosa, Representante da Escola Cardeal Costa Nunes.

**Deputada Daniela Rosa (Pico):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Membros da Mesa; Exmos. Convidados e Exmos. Deputados  
**É um** Voto de congratulação pela realização do XI Plenário Jovem e pela pertinência do tema proposto a pobreza e exclusão social.  
Escola Cardeal Costa Nunes, Ilha do Pico.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Silva, Representante da Escola Básica e Secundária da Graciosa para fazer a apresentação do voto.

**Deputado Bruno Silva (Graciosa):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Em nome da Escola Básica e Secundária da Graciosa queremos propor um voto de congratulação pela realização da XI Sessão do Plenário Jovem e a oportunidade que nos foi concedida em visitar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e em conhecer outros jovens, tendo a possibilidade de trocar ideias, opiniões, questões e preocupações.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Sousa, Representante da Escola Básica e Secundária da Lagoa para fazer a apresentação do voto.

**Deputada Jessica Sousa (S. Miguel):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Em nome da Escola Secundária de Lagoa, da ilha de São Miguel, queremos propor um voto de congratulação pela realização do XI Plenário Jovem e pela oportunidade que nos foi concedida, tanto a nós como aos nossos colegas, de conhecer a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e de expressar as nossas ideias e opiniões sobre o tema em debate.

Obrigada.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adério Moniz, Representante da Escola Básica e Secundária de Nordeste para fazer a apresentação do voto.

**Deputado Adério Moniz (S. Miguel):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Em nome da Escola Básica e Secundária do Nordeste, queremos propor um voto de congratulação pela realização do XI Plenário Jovem e pela oportunidade que nos foi concedida, tanto a nós como aos nossos colegas, de conhecer a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e de aqui expressar as nossas ideias e opiniões sobre o importante e premente tema que se encontra em debate.

Obrigado.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Apresentados os votos, está aberto o período de inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os votos apresentados, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** Os Votos de Congratulação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao Voto de Congratulação relativo “ao centenário da implantação da República”, apresentado pela Escola Secundária Antero de Quental.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Correia.

**Deputado José Correia** (*S. Miguel*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social; Caros Deputados ao XI Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas;

Atendendo à importância da data que este ano se comemora, do Centenário da Implantação da República em Portugal, sugerimos um voto de congratulação para todas as entidades que propuseram ou venham a propor actividades comemorativas que dignifiquem a efeméride, interpelando, através delas, ao nosso sentido de responsabilidade como cidadãos activos na construção contínua da democracia.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pela Escola Secundária Antero Quental, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao Voto de Congratulação, apresentado pela Escola Básica e Secundária do Nordeste, pela celebração do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eliseu Pimentel.

**Deputado Eliseu Pimentel** (*S. Miguel*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Convidados, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Tendo em consideração que residimos na União Europeia, uma comunidade com cerca de 495 milhões de habitantes, onde aproximadamente 17% dos mesmos não tem os meios necessários para satisfazer as suas necessidades mais básicas, queremos propor um voto de

congratulação pela celebração do [Ano Europeu](#) do Combate à Pobreza e à Exclusão Social e por todas as iniciativas desenvolvidas no seu âmbito.  
Obrigado

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pela Escola Secundária Antero Quental, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao Voto de Congratulação, apresentado pela Escola Secundária da Ribeira Grande, relativo ao programa Reactivar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Anabela Travassos.

**Deputada Anabela Travassos (S. Miguel):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Convidados, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A luta contra a pobreza e exclusão social, para além de ser um dever enquanto cidadãos da Europa, numa perspectiva de coesão social, deve ser objectivo de uma política concertada de reintegração social.

Enquanto região ultraperiférica sentimos essa dualidade entre os mais ricos e os mais pobres da Europa, de uma forma singular.

Ao mesmo tempo que temos acesso a muitas coisas que não tínhamos há alguns anos, por outro lado há oportunidades que ainda nos parecem inatingíveis, por serem vistas de tão longe.

Há muita pobreza nos Açores. Muita pobreza por falta de oportunidade e muita também por habituação e falta coragem e ambição para querer mais.

Temos a convicção que o caminho para romper o ciclo da pobreza é através da educação.

Reconhecemos que tem sido feito um esforço para que mesmo as faixas mais desfavorecidas da sociedade, tenham acesso à escola e à cultura, mas claramente, a maioria ainda não reconhece, em tempo útil a educação, como o caminho para uma vida melhor, com mais condições e acesso a novas oportunidades.

Assim a Escola Secundária da Ribeira Grande, propõe um voto de congratulação, pelo novo ímpeto que foi conferido ao Programa Reactivar, pelo Governo Regional dos Açores, permitindo que muitas dezenas de adultos desempregados, no caminho da pobreza e da exclusão social, tenham acesso a uma formação específica, vocacionada para o mundo

específico do trabalho, enquanto são apoiados financeiramente durante o período da sua formação.

Obrigada.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Muito obrigada Sra. Deputada.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pela Escola Secundária Antero Quental, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Segue-se mais um Voto de Congratulação, apresentado pela Escola Básica e Secundária da Graciosa, pelo projecto denominado “Passaporte para as Novas Tecnologias”.

Tem a palavra a Sra. Deputada Adriana Melo.

**Deputada Adriana Melo (Graciosa):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Tendo em consideração as mais valias em termos educativos e literários, que as Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian trouxeram para gerações ao longo de 40 anos e tendo em consideração a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação para todos os cidadãos, propomos um voto de congratulação pela iniciativa em curso na Graciosa, e inédita a nível nacional, promovida pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa. Este projecto denominado “Passaporte para as Novas Tecnologias” baseia-se num veículo tipo mini-van como unidade móvel, com capacidade para se deslocar a todas as localidades da ilha, inaugurado a 8 de Abril passado, que pretende promover as TIC nas comunidades mais isoladas, dinamizando a sua utilização profissional, lúdica e social.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada Sra. Deputada.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pela Escola Secundária Antero Quental, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao Voto de Congratulação, apresentado pela Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, pela ajuda financeira concedida pelas Juntas de Freguesia de São Pedro e São Miguel para a deslocação de dois elementos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Pinheiro.

**Deputado Nelson Pinheiro** (*S. Miguel*): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Em nome da Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, queremos propor um voto de congratulação às Juntas de Freguesia de S. Pedro e S. Miguel do concelho de Vila Franca do Campo, nas pessoas dos seus presidentes Conceição Botelho e António José Ponte respectivamente, pela ajuda financeira prestada na deslocação e estadia de dois elementos da turma que não estavam incluídos no grupo que representa a Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo na XI Sessão do Plenário Jovem.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pela Escola Secundária Antero Quental, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por maioria, com 55 votos a favor e 1 abstenção.

**Presidente:** Passamos ao Voto de Congratulação, apresentado pela Escola Secundária das Laranjeiras, agradecendo o convite endereçado pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e sobretudo enaltecendo o Dia que nos trouxe a Liberdade.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Parelho.

**Deputado André Parelho** (*S. Miguel*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Exma. Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Exmos. Srs. Deputados de Ilha do Faial, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA. Caros Srs. Deputados ao XI Plenário Jovem, convidados e convidadas, minhas senhoras e meus senhores:

Em nome da Escola Secundária das Laranjeiras gostaríamos de apresentar a V. Ex. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, um agradecimento sincero pelo convite que nos foi endereçado, para participarmos do XI Plenário Jovem.

Aproveitamos ainda a possibilidade de aqui estar para, agradecermos também, a todos aqueles que de forma corajosa, desprendida e sobretudo patriótica, combateram ao longo de 48 anos e nos possibilitaram o privilégio de aqui estar hoje e, cuja data e feito histórico, comemorámos há apenas 4 dias atrás.

Muito foi já dito e escrito sobre *o Dia* que nos trouxe a *Liberdade*. De facto, possibilitou-nos a nós, Jovens, experimentar e vivenciar a possibilidade de sermos, mesmo que por pouco tempo, *Exemplos Vivos da Realização Democrática* e do *Espírito de Abril*, através da vinda a este hemisfério, casa-mãe da Democracia e Autonomia Açoriana.

A todos os Portugueses de ontem e de hoje, mas de um modo muito especial àqueles que nos devolveram a capacidade de sorrir e encarar o Futuro de frente, o nosso honesto e cordial.

Bem-hajam.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao Voto de Congratulação, apresentado pela Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, agradecendo à Caritas e ao Banco Alimentar o seu empenho no Combate à Pobreza.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Andrade.

**Deputada Vitória Andrade (S. Miguel):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Considerando que a pobreza e a exclusão social são uma realidade que assola a sociedade dos nossos dias e que não nos deixa indiferentes propõe-se um voto de agradecimento à Caritas e ao Banco Alimentar pelo seu empenho na luta contra pobreza, nomeadamente na recolha e distribuição de produtos alimentares pelas famílias mais carenciadas.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada Sra. Deputada.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao voto de louvor.



Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora, da Escola Secundária Antero de Quental para apresentar o voto de louvor à União Europeia por dedicar o ano de 2010 ao combate à pobreza e à exclusão social.

**Deputado Manuel Zamora** (*S. Miguel*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social; Caros Deputados ao XI Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas;

Gostaríamos de apresentar um voto de louvor à União Europeia por dedicar o ano de 2010 à luta contra a pobreza e a exclusão social, tentando responder ao facto de 17% da sua população não ter os meios necessários para satisfazer as necessidades mais básicas. Deste modo, a nossa região pode, também, seguir as directrizes apresentadas pela União Europeia e com isto tentar travar a Pobreza e a Exclusão Social na Região Autónoma dos Açores.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de louvor, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Temos de seguida três votos de protesto apresentados pela Escola Secundária Antero de Quental.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Correia para apresentar o Voto de Protesto relativo à aplicação do Rendimento Social de Inserção.

**Deputado José Correia** (*S. Miguel*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social; Caros Deputados ao XI Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas;

Após termos analisado a aplicação do Rendimento Social de Inserção na Região, propomos um voto de protesto pelo facto de não ser feito um acompanhamento continuado daqueles que recebem o RSI. Consideramos que o Governo Açoriano deve ajudar os mais desfavorecidos, mas a partir do momento em que este subsídio se torna mais vantajoso do que um mau ordenado de alguém que todos os dias trabalha para se sustentar a si e à sua família, esta ajuda torna-se excessiva, pois não incentiva a procura de trabalho e a possibilidade de ser justamente remunerado. Quando se encontram em situações de desemprego, muitas pessoas pedem que lhes seja concedido o RSI e, ao comprovar que a sua qualidade de vida

umentou, decidem não trabalhar e exigem que o estado lhes pague um salário. Consideramos que esta é uma má aposta no futuro da Região, constituindo um mau exemplo para geração vindoura.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

\* **Deputado Dário Fonseca** (*S. Jorge*): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Acho um bocadinho contraditório apresentar um voto de protesto, contra o RSI, sendo o tema deste ano “A pobreza e a exclusão social”.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Correia **Deputado José Correia** (*S. Miguel*): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

O que está em causa Sr. Deputado, neste voto de protesto, é a maneira como é atribuído o RSI.

Não pretendemos que se deixe de atribuir, mas sim a partir do momento em que uma pessoa usufrui do RSI e sente que não necessita de trabalhar para o seu sustento e da sua família, usufruindo única e exclusivamente deste rendimento, deixa de ser produtivo, quer para a sociedade, quer para a sua própria família.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Protesto foi aprovado por maioria com 43 votos a favor, 5 votos contra e 5 abstenções.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora para apresentar o Voto de Protesto pelo pouco empenho do Governo Regional na promoção da igualdade e bem-estar da população açoriana.

**Deputado Manuel Zamora** (*S. Miguel*): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Tendo em consideração que uma das várias funções do governo regional é promover a igualdade e o bem-estar da população açoriana, através das políticas sociais de proximidade, ou seja, interventivas a nível social, a

Escola Secundária Antero de Quental propõe um voto de protesto, pois actualmente estas “políticas sociais” têm vindo a ser cada vez menos interventivas, verificando-se, por exemplo, a falta de acompanhamento de cadastrados e toxicodependentes, entre outros, que tem facilitado a existência e multiplicação das actividades criminosas na RAA. Mesmo que o governo regional tenha iniciativas para controlar estes problemas, continuam a ser pouco interventivas pois não os resolvem. Com as medidas actuais, apenas se gastam avultadas quantias que poderiam ser mais úteis em outros investimentos políticos.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de protesto, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Protesto foi aprovado por maioria com 22 votos a favor, 6 votos contra e 25 abstenções.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Soares para apresentar o Voto de Protesto relativo às tarifas aéreas inter-ilhas e para o continente.

**Deputado Rui Soares (S. Miguel):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Vimos propor a esta Assembleia um voto de protesto devido aos preços excessivos que os residentes neste arquipélago têm de suportar nas suas deslocações quer para o continente, quer entre ilhas. Por outro lado, os preços praticados deveriam servir para incentivar o turismo nos Açores, contudo acontece exactamente o contrário.

Os preços praticados limitam e dificultam a nossa saída para o exterior, impedindo-nos de conhecer outras realidades o que, em termos culturais, não contribui em nada para o nosso enriquecimento. Por outro lado, as tarifas praticadas dificultam a entrada de turistas nas nossas ilhas, já que escolhem outros destinos mais económicos, nomeadamente o arquipélago da Madeira.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de protesto, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O Voto de Protesto foi aprovado por maioria com 50 votos a favor e 6 abstenções.

**Presidente:** Temos de seguida dois votos de pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Parelho, da Escola Secundária das Laranjeiras para apresentar o Voto de Pesar pela trágica morte do Exmo. Sr. Presidente da Polónia.

**Deputado André Parelho (S. Miguel):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Exma. Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Exmos. Srs. Deputados de Ilha do Faial, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA. Caros Srs. Deputados ao XI Plenário Jovem:

Em nome da Escola Secundária das Laranjeiras gostaríamos de apresentar a V. Ex. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o pesar pela trágica morte do Exmo. Sr. Presidente da Polónia Lech Kaczinski que faleceu no cumprimento das suas funções, representado o povo polaco na cerimónia que prestava homenagem aos oficiais polacos executados por agentes dos serviços secretos soviéticos em 1940.

Aproveitamos ainda a possibilidade de aqui estarmos para, enaltecer os feitos, privações e sacrifícios a todos aqueles que no presente e no passado perderam a sua vida em prol do seu país ou de um ideal em que acreditavam, possibilitando um futuro melhor para o seu povo.

Acreditando que, da superação das dificuldades e privações pelas quais um povo tem de passar, se cria um País e Mundo melhor, aqui prestamos a nossa homenagem aos homens e mulheres do mundo pelo legado de luta e persistência que revelaram na defesa dos seus ideais. Bem – haja.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos (Faial):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Exma. Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA. ,Caros Srs. Deputados ao XI Plenário Jovem:

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado a que é que se dirige realmente esse voto?

Trata-se de um voto de pesar, de congratulação ou louvor, àqueles que se sacrificaram em nome da pátria?

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Parelho, para esclarecimentos.

**Deputado André Parelho (S. Miguel):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Exma. Sra. Directora

Regional da Solidariedade e Segurança Social, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA, Caros Srs. Deputados ao XI Plenário Jovem:

O voto é de pesar pela morte do Presidente da Polónia, no entanto a Sra. Deputada não deixa de ter razão, ao afirmar que de facto congratulamos aqui a luta de todos aqueles que perderam a sua vida pela pátria.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de pesar, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O voto de pesar foi aprovado por maioria com 47 votos a favor, 6 votos contra e 3 abstenções.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora, da Escola Secundária Antero de Quental, para apresentar o Voto de Pesar relativo às catástrofes naturais que ultimamente se têm verificado.

**Deputado Manuel Zamora (S. Miguel):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Exma. Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA. Caros Srs. Deputados ao XI Plenário Jovem:

Apresentamos hoje um voto de pesar por todas as catástrofes naturais que ultimamente têm ocorrido por todo o mundo, causando graves danos materiais, mas sobretudo causando grande dor nas famílias que, acima de perderem os seus bens pessoais, perdem aqueles que amam e que em tempo algum poderão ser restituídos.

**Presidente:** Apresentado o voto, está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de pesar, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** O voto de pesar foi aprovado por maioria com 39 votos a favor e 14 abstenções.

**Presidente:** A mesa propõe que se cumpra um minuto de silêncio em memória das vítimas destas tragédias.

*(Foi guardado um minuto de silêncio pelas vítimas).*

**Presidente:** Terminada a apresentação dos votos, tem a palavra a Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Dra. Isabel Berbereia, para apresentar o tema “O Combate à Pobreza e à Exclusão Social – uma análise na RAA”.

**Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social (Dra. Isabel Berbereia):** Olá! Muito bom dia a todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr(a). Presidente do Plenário Jovem, Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Professores aqui presentes:

Antes de mais saudar cada um na pessoa, escola e ilha que representam. É um enorme orgulho, enquanto DRSSS poder fazer este exercício de cidadania e de participação cívica. Por outro lado, gostaria também, de partilhar convosco a satisfação e a honra de poder participar na reflexão sobre o Ano Europeu de Combate à pobreza e exclusão Social que, como todos sabem, se assinala este ano.

Trago-vos algumas notas para a reflexão sobre o tema, espero não vos maçar, deixando depois em tempo, toda a oportunidade para intervirem e colocarem as vossas questões.

Irei fazer uma apresentação baseada em três pontos principais, num deles fazendo uma breve referência ao conceito de pobreza e às ideias que lhes estão associadas e trago-vos depois alguns dados relativos ao País, à RAA e algumas medidas que estão a ser desenvolvidas e que destaquei aqui.

O Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social (AEC PES) constitui um compromisso e um imperativo de reflexão sobre os fenómenos da pobreza e exclusão social e uma oportunidade de sensibilização da sociedade sobre a importância de compreender a pobreza como uma responsabilidade colectiva, logo, um compromisso de todos. Na certeza de que a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva jamais poderá ser dissociada da participação e convergência de todos actores.

Esta iniciativa nasceu a 22 Outubro de 2008, quando o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia aprovaram a decisão de instituir 2010 como o ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, com o propósito de reforçar o empenho da união europeia e de cada Estado Membro, incluindo Portugal, na solidariedade, na justiça social e no aumento da coesão, exercendo um impacto decisivo na reflexão e sobretudo juntar algumas propostas para que, até 2017, cada um dos países possa ter novas políticas sociais mais inclusivas e mais justas.

A UE salienta que “ a pobreza não está confinada aos países em desenvolvimento, ensombrando também as sociedades europeias”. Na sua origem “ estão frequentemente factores como a falta de instrução, uma dependência ou uma infância desfavorecida, privada de acesso a recursos culturais, sociais e materiais”.

Segundo um comunicado da Comissão Europeia, quase 80 milhões de europeus, ou seja, mais de 15% da população, vive no limiar ou abaixo do limiar de pobreza “ Um em cada dez europeus vive num agregado familiar onde ninguém trabalha e, para 8% dos europeus, ter um emprego não é suficiente para sair da pobreza”

Apesar de ser considerada como uma das zonas mais ricas do mundo, 17% da população da União Europeia diz não ter meios suficientes para satisfazer as suas necessidades.

O AECPEs procura inculcar valores de solidariedade, justiça social e maior inclusão junto da população. Tem como principais objectivos:

- Encorajar a participação e o compromisso de todos os segmentos da sociedade para participarem na luta contra a pobreza e exclusão social, desde o nível europeu ao nível de cada comunidade local, aos sectores públicos, privados, às instituições, associações, aos meios académicos, escolares, toda a sociedade no seu conjunto;
- Motivar a participação de todos os cidadãos na luta contra a pobreza e a exclusão social;
- Dar voz às preocupações e necessidades de todos quantos atravessam situações de pobreza e de privação;
- Ajudar a derrubar os estereótipos e a estigmatização da pobreza, que tanto marca ainda a nossa sociedade;
- Fomentar uma sociedade que garanta a qualidade de vida, o bem-estar e a igualdade de oportunidades para todos;
- Garantir a solidariedade entre gerações e garantir o desenvolvimento sustentável.

A concepção de pobreza e exclusão social tem sofrido uma evolução ao longo dos tempos e ainda hoje não reúne consenso na medida em que não existe uma definição única. Todavia é comumente aceite que a pobreza e a exclusão social, enquanto fenómeno complexo e multidimensional, resulta de um extenso conjunto de variáveis – económicas, sociais, culturais e ambientais, torna indispensável a articulação de diferentes políticas sectoriais e a participação global da sociedade civil.

Vulgarmente conotada com a miséria, ou com os sem-abrigo, a pobreza é muito mais do que isso, é um conceito multidimensional que ultrapassa a esfera individual de cada um e integra uma dimensão social e económica. Pode dizer-se, hoje em dia que pobres são aqueles que não conseguem satisfazer de forma regular as suas necessidades mais básicas, à luz do referencial da sociedade onde se inserem.

De acordo com o Prof. Bruto da Costa (1998), que provavelmente já terão lido alguma bibliografia sobre ele, *a exclusão, associada ao conceito de pobreza, contrapõe-se à noção de cidadania plena, a qual implica e se traduz no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos.*

*A exclusão encontra-se ligada a várias rupturas, pode-se então considerar que a exclusão é:*

- *Não Ter. Desintegração do sistema de actividade e acesso ao rendimento (devido ao crescente desemprego e ao crescimento da actividade económica ligada aos serviços).*

- *Não Ser. Desintegração social (quebra dos laços de solidariedade e sentido de pertença).*
- *Não Estar. Desintegração das relações sociais e familiares (com o aparecimento dos novos tipos de estruturas familiares famílias monoparentais aumenta a quebra das redes de solidariedade entre as comunidades).*
- *Não Saber. Desintegração no que se refere ao acesso a educação e as novas tecnologias (o acesso, e direito, a formação e a informação).*
- *Não Poder. A escassez de recursos a vários níveis (económico, social e cultural).*
- *Não Participar. Um indivíduo privado de um, ou mais, domínios do sistema social não pode ser visto enquanto cidadão pleno.*

*Verifica-se assim que nem todas as situações de exclusão social estão associadas aos mesmos handicaps, por isso pode-se falar em 3 tipos de exclusão social (Costa, 1998):*

- *Exclusão económica: privação múltipla por falta de recursos;*
- *Exclusão social: privação relacional caracterizada pelo isolamento, pela não participação;*
- *Exclusão cultural: privação acentuada pelas diferenças de valores entre os grupos que compõem as sociedades.*

As mudanças sociais inerentes, por exemplo, à globalização têm levado ao aparecimento de novas categorias sociais de desfavorecidos, entre os quais se destacam:

- Desempregados de longa duração (cujas baixas qualificações dificultam a reinserção no mercado de trabalho);
- Grupos étnicos e culturais minoritários (associados à precariedade das condições de vida);
- Famílias monoparentais (privação de recursos económicos), pessoas com deficiências (acentuada dependência social e familiar);
- Jovens em risco (toxicodependentes excluídos das principais instituições sociais);
- Sem abrigo e trabalhadores da economia informal (emprego precário propenso à pobreza e exclusão social);
- Jovens à procura do primeiro emprego (principalmente os que não possuem qualificações ou não as têm);
- Indivíduos com doenças crónicas (cuja debilidade dificulta o exercício de uma profissão);
- Pessoas em situação de dependência (pessoas deficientes, processos decorrentes da longevidade).

Em ordem de grandeza dizemos que a taxa de pobreza em Portugal rondará os 20% (Relatório da EU), o que quer dizer que em cada 5 portugueses 1 é pobre.



Cerca de 1/3 desses pobres serão famílias de reformados, ou melhor de *pensionistas*. Uma outra área importante da pobreza é a de famílias pobres de *peças empregadas*, estima-se em cerca de 35% a 38%.

Entende-se empregado por conta própria e empregado por conta de outrem. É na categoria de empregado por conta de outrem que se encontra maior percentagem de pobres.

O que quer dizer que há pobres que o são por razões de *insuficiência de pensões*. E há pobres devido a *insuficiência de salários*.

A pobreza e a exclusão social são fenómenos transversais a todos os grupos etários, manifestando-se de formas diferentes, com consequências também elas diferentes.

A infância é um grupo social onde os fenómenos da pobreza se fazem sentir com grande intensidade, reflectindo-se na qualidade dos cuidados prestados, factor que hoje é reconhecido como determinante para a sua realização pessoal, familiar e comunitária.

Assistimos cada vez mais à emergência de mercados direccionados às crianças que intensificam a estratificação social e a desigualdade entre os pares decorrentes da incapacidade de acesso a esses bens.

Também os jovens com baixos níveis de escolaridade são particularmente sensíveis a estas dificuldades, na medida em que as suas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho são escassas, o que conduz a vínculos laborais precários, sem protecção social que contribuem para a perpetuação do ciclo de pobreza. Desta forma, e atendendo à escolarização como um direito e uma ferramenta ao serviço da mobilidade social, facilmente se depreende que esta ficará mais distante e comprometida.

No âmbito das famílias, da cada uma das nossas famílias açorianas, portuguesas e europeias, a pobreza e a exclusão decorrem da ausência ou escassez de recursos económicos, muitas vezes motivados pela alteração da configuração da estrutura familiar, mas não só. Por vezes também é fruto da difícil compatibilização entre a vida profissional e familiar, com reflexos, por vezes, no apoio e atenção aos elementos da família.

Ao nível dos portadores de deficiência o impacto da pobreza e exclusão social decorre, por um lado da sua falta de autonomia (recursos económicos, sociais e, nalguns casos, familiares), assim como da forma como a sociedade se organiza para responder às suas necessidades (arquitectura, serviços, transportes, emprego, enquanto factores condicionantes ou limitadores da inclusão). A sociedade está ainda muito marcada por estereótipos e preconceitos alicerçados nas incapacidades e que muitas das vezes os discrimina e minimiza por não lhes promover a autonomia, acentuando e preservando uma dependência perfeitamente ultrapassável.

Nos idosos estas dificuldades resultam não só de pensões de reforma predominantemente baixas, mas também do isolamento social a que a

maioria deles está votada. O declínio físico e cognitivo, inerente ao processo de desenvolvimento humano choca com os protótipos associados à juventude veiculados na sociedade, que por seu turno se têm reflectido na desvalorização e descredibilização do conhecimento, da experiência e do valor dos mais velhos.

Na Região Açores, apesar da pobreza ainda se manifestar, os dados disponíveis apontam para um crescimento do rendimento médio dos Açorianos, assim como para uma alteração na sua distribuição, o que se traduziu numa forte descida da incidência da pobreza. Deste modo, num período de 10 anos, a taxa da pobreza decresceu cerca de 10% (de 31% passa para 21,2%).

Conhecer o fenómeno da pobreza nos Açores implica atender às especificidades da região, nomeadamente no que respeita às suas características geográficas, que retratam uma fragmentação territorial, dispersa por 9 ilhas. Esta realidade leva a uma fragmentação também em termos da distribuição da população e dos mercados. Tudo isto leva a um esforço adicional quando se procura fazer uma gestão baseada na equidade social e na eficiência, nomeadamente em termos da construção, manutenção e funcionamentos de estruturas colectivas, mas também das estruturas básicas, ao nível económico.

A dinâmica demográfica dos Açores denota mudanças significativas, embora ainda distantes da tendência nacional e mundial. A estrutura da população açoriana ainda é predominantemente jovem, muito embora o envelhecimento demográfico comece a fazer-se sentir, sobretudo nas áreas rurais e nas ilhas com menor peso demográfico (Grupo Ocidental). Os jovens concentram-se predominantemente no grupo oriental e nos concelhos urbanos. Também ao nível das estruturas familiares as mudanças têm acontecido constatando-se uma propensão para acompanhar a tendência nacional de redução da dimensão média da família (aumentaram as famílias constituídas por uma pessoa, os casais sem filhos e as famílias monoparentais), o que vai contra a imagem que muitas vezes se tem das famílias açorianas, do tipo “tradicional”, baseada num grande n.º de filhos e com a presença de várias gerações.

No que respeita à educação e qualificação profissional, os Açores também têm vindo a alterar o seu comportamento. A entrada progressiva da mulher no mercado de trabalho em virtude da abertura de novos sectores da economia, nomeadamente o turismo, põe fim a uma economia marcadamente masculina em virtude dos sectores económicos dominantes (referimo-nos aos sectores tradicionais da agricultura e pesca).

O nível de escolaridade da população açoriana é inferior ao de Portugal continental, de acordo com os dados do Anuário Estatístico dos Açores de 2008, verifican-se na região uma taxa bruta de escolaridade ao nível do

ensino básico de 119.8% (contra 121.3% em Portugal) e de 89.01% ao nível do ensino secundário (contra 101% em Portugal).

O sistema educativo regular na RAA apresenta um conjunto muito diverso de modalidades, como conhecem e bem, nomeadamente um grande incremento que tem sido feito ao nível da **qualificação escolar e profissional**: escolas profissionais, Programa Oportunidade, Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ). Cerca de 75% das inscrições ao nível do ensino profissionalizante recaem sobre os cursos profissionais de nível III: em São Miguel existem cerca de 62% dos inscritos neste nível e na Terceira também tem vindo a aumentar o número de inscritos na escola profissional. Nessas formações, ocorre de forma significativa, o comportamento de retenção e de abandono (13% dos alunos no ano em 2002/2003, o que equivaleu a 8% no continente).

Os dados fornecidos pela Secretaria Regional da Educação revelam que o ensino profissional tem vindo a ganhar grande expressividade nos Açores, existindo neste momento 16 Escolas profissionais e 4 Delegações o que perfaz um total de 20 estabelecimentos repartidos pela região, com excepção do Corvo e da Graciosa. Todavia, no caso da Graciosa esta falha é colmatada pelo facto da Escola Básica e Secundária oferecer aos alunos da ilha cursos profissionais de nível III.

O ano lectivo de 2009/2010 conta com 2728 alunos inscritos no ensino profissional, + 6% do que o ano anterior.

O decréscimo da taxa de incidência da pobreza reflecte, necessariamente, o esforço que a Região, a par das medidas de âmbito nacional (nomeadamente o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos), tem desenvolvido no Combate à Pobreza e Exclusão Social.

O RSI enquanto medida de apoio social decorre da ausência de recursos que permitam ao indivíduo fazer uma vida autónoma, de acordo com aqueles que são os referenciais mínimos da nossa sociedade.

Considerando que o valor da prestação se situa abaixo do valor considerado para o cálculo da linha de pobreza (60% do Salário médio), não poderá, *per si*, reduzir ou extinguir a pobreza.

Assim, um dos grandes objectivos do programa é permitir aos indivíduos que acedam a bens que garantam a sua subsistência e a recursos fundamentais para a sua promoção e inclusão social.

A principal característica a reter da legislação que cria e enquadra esta tecnologia social é a ideia de que o RMG/RSI constitui, ao mesmo tempo, uma prestação do regime de prestações não contributivas e um programa de inserção.

De acordo com o nosso conceituado professor da Universidade dos Açores, Dr. Fernando Diogo (2007), o RSI assume-se como uma *tecnologia ou engenharia social*, por implicar um leque de conceitos científicos, do

âmbito das ciências sociais, na perspectiva de criar uma sociedade mais justa, equitativa, nomeadamente pela aproximação dos padrões de vida dos indivíduos em situação de pobreza/exclusão social, aos demais cidadãos.

Nos Açores, os dados estatísticos disponíveis demonstram que a taxa de incidência do RSI nos Açores é de 9%, o que corresponde 21 100 beneficiários e 6 199 agregados familiares, apresentando taxas de incidências bastantes díspares ao nível das diferentes ilhas e concelhos.

Importa salientar que 39,19% dos beneficiários de RSI apresentam rendimentos (trabalho, pensões, subsidio desemprego/doença, bolsas de Formação, CSI, Bens imobiliários, pensão de alimentos, entre outros).

No que respeita às Medidas Regionais, naquilo que tem sido o combate intenso para a igualdade na Região e para a promoção da população, de uma forma igualitária e justa destacam-se: Remuneração Complementar Regional em acréscimo ao Salário Mínimo Regional; Complemento Regional de Pensão; Complemento ao abono de família; Regime de Apoio a medicamentos para idosos com rendimentos inferiores ao SMN, o COMPAMID; o microcrédito, que na região assume uma comparticipação do Governo no pagamento dos juros no 1.º ano de empréstimo.

Perguntar clara

Para além destas medidas, os Açores têm um conjunto de medidas específicas, nos diferentes sectores:

Destaco aqui, de uma forma breve, relativamente a algumas das áreas ligadas à própria Secretaria do Trabalho e da Solidariedade Social, áreas fulcrais e que estrategicamente e numa forma inter-sectorial, cruzam-se no sentido de promover políticas integradas para o combate à pobreza:

- Na área do Emprego, Trabalho, Formação e Qualificação Profissional,

Reforçar a formação profissional de jovens; promover as estratégias de transição para a vida activa; melhorar a orientação profissional e o acompanhamento para um emprego; fomentar a qualificação e a manutenção da empregabilidade dos activos, nomeadamente com o Programa, que recebeu já aqui hoje um voto de louvor, o Reactivar;

- Na área da Habitação

Promover políticas habitacionais que fomentem o acesso de todos açorianos à habitação; incentivar a recuperação do edificado, tendo em vista reabilitar os núcleos urbanos e promover a sua sustentabilidade social e ambiental e medidas de incentivo ao arrendamento destinadas a agregados familiares com especiais necessidades e aos jovens, aqui cito o programa “Famílias com Futuro”, de modo a garantir uma taxa de esforço das famílias com os encargos com a habitação proporcional à sua situação sócio-económica;

- Na área da igualdade de oportunidades,

Combater e prevenir a violência com origem em discriminações, nomeadamente em função do sexo, étnica, religião, crença, deficiência, idade ou orientação sexual; combater e prevenir a discriminação relativamente a minorias étnicas e criar mecanismos facilitadores da sua inclusão social; combater e prevenir qualquer discriminação em razão da idade, estimulando a solidariedade inter-geracional e promovendo medidas facilitadoras do acesso à escolarização, formação, qualificação e requalificação profissional, ao emprego e à habitação;

- Na área da Segurança Social e Solidariedade,  
Designadamente ao nível das políticas adoptadas na área **da infância e juventude.**

Lares de Acolhimento para crianças e jovens – investimento na melhoria e alargamento da rede de equipamentos, assim como uma aposta na sua qualificação, com reflexos na criação de equipas técnicas nessas instituições, assim como na implementação de práticas que vão de encontro aos objectivos do actual paradigma (entendimento que se tem sobre esta matéria) de intervenção nesta área.

Regista-se a constituição de equipas especializadas, nomeadamente nos domínios da integração e reunificação familiar, cuja intervenção pretende apoiar e promover os desempenhos parentais de forma a garantir que as crianças permaneçam na família e, no caso de ter sido aplicada uma medida de acolhimento em instituição, que o retorno à família ocorra de forma célere e segura.

Relativamente aos **idosos**, as medidas desenvolvidas têm procurado assegurar sua permanência nas suas casas e comunidades, preservando as suas relações familiares e/ou de vizinhança e assegurando resposta alternativas que evitem e/ou retardem a ida para os Lares de Idosos. Exemplo disso é o investimento no alargamento do Serviço de Apoio ao Domicílio e a preocupação de adequar a resposta às “novas” necessidades dos idosos. Bem como a criação de serviços de proximidade - Centros de Noite e os Centros de Dia, que contam presentemente com 5 estruturas em fase de execução.

Ao nível da **invalidez e reabilitação**, encontra-se em fase de elaboração um plano regional integrado para melhorar as acessibilidades e a mobilidade, com a consciência de que estas medidas não beneficiam apenas as pessoas com algum tipo de incapacidade, mas a população em geral, que num ou noutro momento da sua vida poderá ver a sua mobilidade diminuída). Além disso, será desenvolvido um sistema de apoio ao financiamento e atribuição de ajudas técnicas e tecnologias de auxílio às pessoas com deficiência.

Para apoio às famílias e aos cuidadores informais e a fim de assegurar os cuidados de especialidade e de segurança estão em curso 3 projectos para

construção de unidades residenciais para jovens e adultos com necessidades especiais.

Destaca-se também a implementação dum Observatório Social e que, enquanto Srs. Deputados hoje, enquanto jovens estudantes e enquanto profissionais de futuro, poderão também dar o vosso contributo.

Este Observatório Social pretende avaliar o impacto das medidas de política em áreas transversais ao contexto social nas diversas ilhas da Região Açores. Pretende, ainda, constituir-se como um instrumento de pesquisa capaz de fornecer elementos de reflexão fundamental ao diagnóstico de necessidades (nas suas várias dimensões), ao permitir estabelecer pontes entre os níveis micro e macro de análise. Neste âmbito, a Base de Dados permite identificar a se os serviços e as medidas se adequam às reais necessidades, assumindo-se como um recurso decisivo para a criação de novas respostas sociais e de reconversão/adequação das existentes.

Este observatório, na sua globalidade, tal como tem vindo a acontecer, será suportado com o conhecimento científico e a investigação e formação pelos vários departamentos da Universidade dos Açores, Escolas Superiores de Enfermagem e personalidades com profunda ligação à vida académica.

Num momento como este, é impossível não vos lançar um desafio – desafio-vos assim enquanto Deputados e enquanto jovens, a vestirem uma camisola pela construção de uma sociedade mais justa e a assumirem-se como participantes activos nesta causa. Mais do que disseminar uma mensagem em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, apelo-vos:

- A que sejam observadores críticos, atentos às situações de pobreza e de exclusão, incomodando-se com elas, denunciando-as e dando ou sendo a voz dos que não a têm.
- A que sejam agentes promotores de igualdade, aceitando o outro na sua diferença, sem o discriminar.
- A que sejam agentes activos do vosso futuro, apostando na vossa formação e aproveitando os recursos que vos são dados pela sociedade, entendendo-os como elementos de mudança fundamentais na construção do vosso futuro e que vos permitirão crescer como adultos responsáveis e competentes em todas as esferas da sua vida (pessoal, social, comunitária, profissional, familiar...)
- A que exerçam os vossos direitos e deveres de cidadania, envolvendo-se activamente e dando o vosso melhor contributo para a erradicação de um problema que é de todos nós.

Por essa mesma razão, e tal como refere Pablo Neruda:

**Estás proibido de não sorrir aos problemas**  
**Não lutar pelo que queres**

## **Abandonar tudo por medo**

### **Não converter em realidade os teus sonhos**

Que sejam felizes, que sejam cidadãos activos, que voltem a este parlamento daqui a uns anos, em defesa desta causa.

Um óptimo trabalho a todos.

*(Aplausos da Câmara).*

**A Orador:** Queria só deixar-vos uma mensagem, relativa a esta última que ficou projectada e fora da minha comunicação e partilhar convosco.

Eu hoje estou a realizar um sonho. Na vossa idade sonhei que um dia estaria no Parlamento a defender os pobres e o meu papel é esse.

Bom trabalho.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Agradeço as palavras da Sra. Directora Regional.

Excelentíssimos Senhores e Senhoras Deputados, vamos passar ao debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Simas Representante da Escola Cardeal Costa Nunes, para colocar a 1ª questão.

**Deputada Isabel Simas (Pico):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exma. Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da ALRAA, Caros Srs. Deputados ao XI Plenário Jovem: Gostaria de perguntar acerca dos idosos que se encontram a viver em casas degradadas e que recusam a sair delas, o que se faz nestas situações?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Directora Regional.

**\* Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social (Dra. Isabel Berbereia):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Desde logo é importante perceber porque é que isso acontece. Isso tem a ver com o apego e com as raízes que cada pessoa faz ao seu lar, ao seu ambiente, àquilo que foi construindo ao longo da sua vida.

Muitas vezes o desapego e o sair do seu lar, significa um corte com um percurso de vida, com uma história de vida que estava reflectida naquelas paredes, nos móveis, nos objectos que cada um de nós e que cada idoso tem, no seu histórico de vida.

É sempre importante, depois de compreender este fenómeno, perceber se a casa é do próprio, se pode ser recuperada. Se é uma questão de recuperação habitacional então a medida terá de ser, vamos intervir na habitação!

Aí o Governo Regional tem programas próprios e as autarquias também.

Se é um problema de isolamento, vamos analisar que rede é que há naquela comunidade para apoiar aquele idoso, se há uma boa rede de vizinhança.

Felizmente nos Açores as redes de vizinhança são redes de suporte, as pessoas preocupam-se, observam e cuidam dos seus vizinhos mais dependentes.

Se for caso de isolamento, deverá ser accionado um serviço de apoio ao domicílio, regular, que vá satisfazendo ao idoso as suas necessidades básicas, ao nível da alimentação, da higiene da casa e da higiene pessoal.

Se exige cuidados especiais, se a sua situação é uma situação de dependência física mais acentuada, então terá de ser negociado com esse idoso, fazendo-o perceber que num Lar ele poderá ter outras condições e poderá beneficiar doutra qualidade de vida que, naquela casa, sozinho, não poderá conseguir.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Directora Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

**Deputada Beatriz Cardigos (Faial):** Exma. Mesa, Srs. Deputados e Convidados:

Gostaríamos de dirigir esta pergunta à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Cláudia Cardoso.

Considerando as consequências da crise, que todos os dias surgem nos meios de comunicação social; considerando o tema em análise nesta sessão:

Gostaríamos de saber que moralidade tem o Governo, para constantemente pedir ao cidadão para “apertar o cinto”, por assim dizer, e, no entanto, continuar a usufruir das regalias luxuosas, que a condição de Deputados lhes confere?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Cláudia Cardoso.

**\* Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (Deputada Cláudia Cardoso):** Muito obrigada Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Directora Regional, Caros Colegas Deputados Convidados:

Em primeiro lugar e antes de passar à resposta à questão, gostava de cumprimentar-vos a todos, porque é a primeira vez que intervenho e saudar também esta iniciativa da Assembleia, porque acho que é uma iniciativa muito meritória e que permite que vocês exercitem aquilo que é um direito essencial a todos os cidadãos, a participação cívica.

Passando directamente à questão para a qual foi interpelada.

Eu penso que temos que equacionar várias questões aqui.

Como todos sabemos, a classe política não é das classes mais bem vistas, embora seja daquelas que tem - em termos de intervenção cívica e de capacidade de alterar o *status quo*, as coisas tal qual elas estão - uma dessas maiores capacidades, ou mais poder nas suas mãos para o fazer.



Penso também que a política deve ter sido sempre assim, mas cada vez deve ser mais assim, termos na política os melhores, os mais capacitados, os mais qualificados.

Isso só é possível através da possibilidade de oferecermos, oferecer a esses que se prestam ao serviço público, e é bom que vocês como jovens percebam a importância desse serviço público.

Felizmente a maioria dos nossos políticos não estão na política por interesses pessoais, ou por interesses de enriquecimento, embora a corrupção exista em todos os países e em muitos países de forma muito mais notória do que a nossa.

Os nossos políticos estão em muitos casos, ao serviço de uma causa que é pública, ou seja, de um bem que é comum, e isto não deve, e como vocês bem percebem pelo exercício que estão aqui a fazer hoje, ter preço.

Não me parece que em Portugal, esta é uma opinião muito pessoal, os vencimentos que auferem os políticos sejam substancialmente elevados, pelo contrário, parece-me que a maioria dos políticos tem vencimentos relativamente baixos, se compararmos por exemplo com os Presidentes de Institutos Públicos.

Foi alvo de notícia, muito recente e público que por exemplo o Presidente de um Instituto recebia quase dez vezes mais do que o Primeiro-Ministro de Portugal, com responsabilidades muito diferenciadas, com poderes muito distintos e é isso que nos deve preocupar.

Portanto, não me parece que da vossa parte, como jovens que são, e com a esperança que temos no vosso desempenho futuro, que ponham as questões nesses termos. Devem equacionar aquilo que é a prestação que é dada com as regalias. As regalias não são assim tantas como se propala e como se fala, pelo contrário, como sabem uma lei recente de 2005 coarctou essas regalias, regalias que os políticos teoricamente tinham.

Deve haver também da vossa parte um cuidado no tratamento dessas questões, para que a opinião pública, não acirre ainda mais os ânimos que tem contra os seus políticos.

O que se deve procurar na política é ter sempre os melhores e isso sim, é essencial para que desenvolvamos a nossa sociedade e para que a tornemos num lugar melhor.

Chamava a atenção ainda para outro facto.

Aquilo que vocês há pouco puderam assistir da Tribuna, a apresentação da Sra. Directora Regional, foi um momento particularmente importante, penso eu, da vossa vida, de toda a nossa vida, porque nós temos políticos que se emocionam e que se entregam às causas, é sempre, sempre algo que nos devemos todos regozijar.

Apelava também ao vosso bom senso e ao não extremar de posições, nomeadamente no que diz respeito às regalias dos políticos.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.  
Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Piedade.

**Deputado Gonçalo Piedade (Faial):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Esta pergunta é dirigida a todos os deputados.

Como se sente um Deputado quando tem de votar contra as suas próprias convicções, devido ao regime de voto imposto pelo partido?

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

\* **Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Caros Colegas Deputados, Sra. Directora Regional, Sra. Presidente do Plenário Jovem, Srs. Deputados do Plenário Jovem, Caros Colegas Professores:

Esta deve ser uma pergunta que cada um dos Srs. Deputados que aqui estão, irão responder de acordo com a sua experiência.

Eu falo da minha experiência de Deputado nesta casa já há duas legislaturas.

A minha experiência é de que, e respondendo directamente, um Deputado que vota contra a sua consciência deve sentir-se muito mal, porque nós estamos na vida pública, como a Sra. Deputada Cláudia Cardoso disse, porque fomos mandatados para isso e cada um de nós, com as suas limitações, com as suas qualidades e os seus defeitos, procuramos fazer o melhor pela nossa comunidade, pela nossa Região, pelos Açores. É isso que nos une a todos.

Portanto, se no exercício do nosso cargo, nós vamos contra as nossas convicções, não estamos a agir correctamente. Isto para responder de uma forma directa.

A minha experiência pessoal, é de que ao longo destes anos, o partido a que pertenço, nunca me obrigou, nem me impôs uma votação neste ou naquele sentido.

Eu votei sempre de acordo com a minha consciência.

Pode perguntar: mas votou sempre acreditando em tudo aquilo que votava?

É evidente que há votações em que nós achamos que o nosso sentido de voto, o sentido de voto do Grupo a que pertencemos, poderia ter sido diferente, mas esse sentido de voto resultou de um debate que foi feito posteriormente dentro do próprio partido, dentro do próprio Grupo Parlamentar.

Somos vários Deputados, de várias ilhas dentro dum Grupo. Discutimos e analisamos as leis. Debatemos, criticamos e procuramos encontrar uma posição.

Nem todos os Deputados dum determinado Grupo, têm sempre a mesma opinião acerca da mesma lei.

Portanto a opinião é discutida, é analisada, é confrontada e procura-se encontrar uma solução de consenso, uma solução que seja comum à opinião dos Deputados que fazem parte desse grupo. Quando o consenso é possível está encontrada a solução. Quando o consenso não é possível vence, como em qualquer democracia, a maioria dos Deputados.

Isto acontece normalmente, acontece em todas as circunstâncias, em todas as propostas de lei e em todos os decretos que são aqui votados.

Este é o plano prático.

O outro plano, que foi aquele que coloquei no princípio, que é o plano das convicções, quando aparecem leis, quando aparecem ocasiões de votação, em que está em causa a objecção, o princípio, a consciência ou os princípios que um Deputado entende que não pode com eles transigir, esse Deputado vota diferente. É a forma mais comum de ter uma posição de liberdade dentro do seu Grupo Parlamentar.

Lembro, por exemplo uma das últimas situações que aconteceram aqui na Assembleia, em que houve liberdade de voto, nos vários partidos, se não me engano, foi a questão das touradas picadas na Ilha Terceira. Era uma questão de consciência de cada um dos Deputados, em que uns defendiam que deveria haver, outros não e portanto a votação que houve não foi uma votação dos partidos, foi uma votação da consciência de cada um dos Deputados nesse aspecto.

Penso que pela minha experiência e por aquilo que resulta terei respondido a essa que é uma das grandes dúvidas que se colocam quando nós vimos para aqui e não temos experiência, que é a sensação de que nós somos obrigados, quase de “faca apontada ao nosso pescoço” votar de uma determinada maneira, contra a nossa consciência.

Não é assim que as coisas acontecem, pela minha experiência pessoal.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva

\* **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Caros Colegas Deputados, Sra. Directora Regional, Sra. Presidente do Plenário Jovem, Srs. Deputados do Plenário Jovem, Srs. Professores:

Eu queria aproveitar esta oportunidade e momento para reforçar de alguma forma aquilo que foi dito pelo nosso Deputado Costa Pereira, seguindo uma mesma linha de raciocínio, porque é efectivamente aquilo que normalmente se passa.

Os Grupos são sempre, tendem a ser sempre, para funcionarem, organizados.

É nesse espírito de capacidade e organização que os diversos grupos parlamentares e aquele a que pertenço, em particular, o PS, procura encontrar plataformas de consenso, num espírito de discussão aberta, para

encontrarmos uma posição comum relativamente àquelas propostas e projectos que são apresentados nesta casa.

É este esforço que nós fazemos internamente sempre, sendo também verdade que aquilo que são matérias mais profundas em termos daquilo que é a consciência individual de cada um, se procura sempre deixar espaço para que cada Deputado possa posicionar-se em função da sua cabeça, ou do seu pensamento, do seu sentido muitas vezes ético, perante a nossa sociedade.

É assim que os diversos Grupos Parlamentares acabam por tomar normal e frequentemente posições comuns dentro de cada um dos Grupos Parlamentares, sendo certo que, como foi aqui bem exemplificado pelo Sr. Deputado Costa Pereira, em determinadas matérias, como foi o caso das touradas picadas, encontrámos aqui uma solução que passou por cada Deputado, individualmente, poder posicionar-se em função da sua consciência e não em função da própria capacidade de consenso dentro do Grupo.

O consenso nesta matéria não foi possível, porque trata-se de matéria sobretudo de consciência e menos de matéria de posicionamento ideológico, isto é, de princípios subjacentes à actividade e ao posicionamento de cada um dos partidos com acento no Parlamento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Silva.

**Deputado Tiago Silva (Faial):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

A minha pergunta é para a Sra. Directora Regional e é referente aos subsídios do género do RSI.

Gostaria de perguntar qual o acompanhamento que é feito para verificar se, de facto, as pessoas estão a usufruir de uma forma justa, ou se estão a receber esses rendimentos porque não querem fazer nada?

Será que não poderiam estar a trabalhar ou a receber outro tipo de rendimento e esse subsídio poderia ser dado a outra pessoa que necessitasse mais?

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Directora Regional.

\* **Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social (Dra. Isabel Berbereia):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Como já vos disse o RSI tem as duas vertentes: a vertente do valor pecuniário e a vertente da inserção.

O RSI, ou as famílias beneficiárias do RSI, são acompanhadas por uma equipa técnica: um técnico do serviço social e um psicólogo, que constituem uma equipa multidisciplinar e gerem um conjunto de processos

que normalmente estão definidos consoante as áreas geográficas, por freguesia, ou se são freguesias grandes dentro da mesma freguesia por zonas.

Estas equipas técnicas fazem não só o diagnóstico da família, a avaliação das dificuldades daquela família, mas também o diagnóstico das potencialidades daquela família, ou seja, que recursos é que aquela família já tem, quando digo recursos poderão não ser recursos físicos ou recursos monetários, mas sim potencialidades ao nível da educação, ao nível da sua formação social, das suas competências pessoais e sociais.

Do resultado da avaliação das dificuldades ou da situação económica e da situação pessoal e social de cada elemento da família, é definido um programa de inserção.

No caso das crianças, normalmente e assegurando o futuro e o futuro mais inclusivo, o programa de inserção baseia-se na frequência e no acompanhamento regular dos pais no âmbito da escola. Frequência por parte das crianças e muitas vezes o técnico faz um trabalho com os pais, no sentido destes acompanharem o percurso formativo dos seus filhos: irem à escola, acompanharem as avaliações, participarem nas festas, fazerem-se membros da associação de pais, para exercitar exactamente o exercício de cidadania.

No caso de jovens que não estão a trabalhar, ou que estão com baixa formação, o programa de inserção, de acordo com a avaliação dessas necessidades, poderá passar por uma formação profissionalizante ou não, para esses jovens, e pela integração no mercado de trabalho das pessoas em idade activa que não estão a trabalhar.

Quando falamos aqui surge uma dificuldade. Normalmente as pessoas que são beneficiárias do RSI e que não estão a trabalhar são pessoas que têm uma formação escolar muito baixa, ou inexistente.

Aí têm sido desenvolvidos vários programas e vários projectos, no sentido de facilitar ou promover um segundo recurso à escolarização. Por exemplo o REACTIVAR é um deles.

Estas equipas técnicas deverão assegurar que o programa de inserção, que é contratualizado com a família, é cumprido e para isso há avaliações regulares periodicamente, ou seja, de ano a ano, todo o processo, todo o agregado familiar, ou os titulares da prestação, são chamados ao Serviço de Acção Social e é feita uma reavaliação daquele processo, percebendo-se se a família se enquadra ou se mantém a necessidade da prestação.

Quando falamos em fiscalização aos rendimentos, não deverão ser os assistentes sociais a fazer fiscalização.

A fiscalização compete aos Serviços do Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social, que têm uma equipa de inspectores e que deverão fazer essa inspecção.

Muitas vezes os serviços de acção social identificam e têm dúvidas sobre o apuramento de rendimentos das famílias e nessas situações pedem colaboração dos inspectores, mas a própria inspecção poderá, consoante as situações que apareçam, fazer uma fiscalização pura dos rendimentos porque o trabalho de equipas técnicas da acção social, é um trabalho que visa a promoção das famílias e não a penalização nem uma avaliação dura dos rendimentos dessa família.

O que acontece, e aqui é uma responsabilidade cívica e social de todos, é que mesmo aqueles que trabalham muitas vezes declaram rendimentos diferentes daqueles que na realidade auferem e quando digo isto, digo quando as próprias entidades patronais registam salários por exemplo com valores equivalentes ao salário mínimo regional e efectivamente pagam a determinados trabalhadores outros valores, pelas horas a mais que contratualizaram com as pessoas, por exemplo, e isso cria injustiças sociais, que muitas vezes são difíceis de apurar e aí a responsabilidade, não é uma responsabilidade exclusiva do técnico, é uma responsabilidade civil, das entidades patronais, das pessoas que reconhecem estas situações e que não as denunciam. **Presidente:** Desculpe Sra. Directora, agradecia que terminasse.

**A Oradora:** Já terminei. Obrigada.

**Presidente:** Obrigada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Eliseu Pimentel.

**Deputado Eliseu Pimentel (S. Miguel):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

A minha pergunta é dirigida à Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Dra. Isabel Berbereia.

Apesar de este ano ser o “Ano Europeu da luta contra a pobreza e a exclusão social”, esta é uma luta que se tem vindo a desenvolver desde há muito através da criação de programas como *Ser Criança, Programa de Apoio Integrado a Idosos, Luta Contra a Pobreza, Iniciativa Comunitária Interreg III B e Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados*. *Todavia, tem sido notório o aumento significativo da pobreza nos últimos dez anos. Apesar da Sra. Secretária ter afirmado que decresceu, a nossa pesquisa indicou-nos que houve um aumento, sendo que baseámos o nosso trabalho na pesquisa informática e em entrevistas com assistentes de acção social.*

*Sendo assim a nossa questão prende-se com o funcionamento dos referidos programas. Porque motivo estes não conseguem corresponder aos objectivos a que se propuseram? Quais têm sido os condicionalismos conducentes à aparente ineficácia destes programas?*

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Directora Regional.

**\* Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social (Dra. Isabel Berbereia):**

A pobreza e a exclusão é multifactorial e normalmente não se define apenas por um problema, mas por um carácter multiproblemático.

Daí que o aumento do número de beneficiários do RSI ou do número de desempregados, tem a ver exactamente com esta dimensão multisectorial da pobreza que, ao nível dos diversos sectores, económicos, educacionais, culturais, interferem.

Estamos numa situação, como todos sabemos ao nível conjuntural, da própria União Europeia e ao nível do País, que tem reflexos directos também na Região, e na nossa Região com as especificidades que falámos há pouco, nomeadamente as questões demográficas, as questões económicas, as questões educacionais, etc.

Os projectos que têm sido desenvolvidos e as medidas que têm sido implementadas são projectos que visam a promoção das famílias, das crianças, dos mais idosos.

Temos essa informação e sabemos que muitas das famílias, das crianças e dos adultos que passaram por estes programas, tiveram uma inserção facilitada, ou seja, as equipas e as metodologias têm que ser inovadoras, porque as estratégias que se utilizavam há 20 anos atrás ou há 10 anos para a inserção social, não são as mesmas de hoje e daí que estes projectos têm de ser inovadores, têm de ser múltiplos, por si só não diminuem a pobreza mas promovem as famílias e as crianças e protegem sobretudo a pobreza infantil.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Directora.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.

**Deputada Tatiana Fragata (S. Miguel):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Queria colocar duas questões à Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social.

A primeira está relacionada com o início da sua apresentação, relativamente à pobreza e exclusão social na UE, em que refere uma série de factos: não ter, não ser, não estar, não saber, não poder, não participar.

A minha questão é a seguinte: na sua opinião acha que estes factos devem-se principalmente à atitude dos cidadãos europeus, face a enfrentar a vida, ou acha que tem a ver com outros factores totalmente diferentes?

A minha segunda questão, atendendo à sua comoção em relação à pobreza, à defesa contra a pobreza, é esta: Acha que o problema da pobreza tem solução? Algum dia irá ter fim?

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Directora Regional.

**\* Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social (Dra. Isabel Berbereia):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Relativamente à primeira pergunta, as ideias do não ser, do não estar, do não saber, são ideias globais para uma reflexão sobre o conceito de pobreza, ou de exclusão social, ou seja cada um daqueles itens, poderá, por ele mesmo, reflectir uma situação de exclusão, não necessariamente só na Europa.

São ideias que se reflectem no nosso contexto europeu, de país e de região, mas são alargadas a todo o mundo. São conceitos amplos e muito generalizados.

Relativamente à segunda pergunta, se acredito que é possível erradicar a pobreza?

Acredito, convictamente que se cada um trabalhar e fizer o seu melhor, muita pobreza será reduzida e será evitada.

O nosso trabalho, o trabalho de cada um, em cada meio - no meio escolar, no meio profissional – poderá dar um contributo efectivo.

Eu, enquanto dirigente, apoiando as medidas de política integradas, cada escola, cada instituição sendo facilitadora da inclusão, acredito numa sociedade mais justa, sim.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Directora.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vitória Medeiros.

**Deputada Vitória Medeiros (S. Miguel):** Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A minha pergunta é dirigida à Dra. Isabel Berbereia.

Uma vez que a Dra. Isabel é a actual Directora da Direcção Regional da Solidariedade Social e trabalha directamente com os apoios prestados aos mais necessitados, gostaria que nos desse o seu parecer sobre o facto do nível de pobreza dos mais jovens ter aumentado, apesar do número de auxílios prestados, enquanto que o nível de pobreza dos mais idosos ter vindo a reduzir.

Devemos ter em conta que são os mais novos que, uma vez com mais formação, deveriam supostamente ter melhor consciência e capacidade de gestão do orçamento.

Estes jovens não têm, por exemplo, as elevadas despesas que os mais idosos têm com a saúde.

Obrigada

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Directora Regional.

**\* Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social (Dra. Isabel Berbereia):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Eu penso que é importante esclarecer aqui uma situação que é a seguinte: a pobreza nos jovens, ou a pobreza nos jovens casais enquanto família já constituída.



A pobreza nos jovens ou nos mais jovens tem muito a ver com percursos de insucesso escolar, que dificultam a entrada na vida activa, na vida profissional e que dificultam um processo de formação, que vai condicionar todo, ou quase todo, o seu projecto de vida.

A pobreza na infância ou na juventude está relacionada também com o meio familiar, ou seja a própria família nas suas dificuldades, na sua desestruturação, poderá ser um elemento de facilitação para a criança ou para o jovem integrar-se na sociedade, ou poderá ser um elemento que dificulta essa mesma versão.

A partir dos 10, dos 12, dos 14, dos 16, dos 17 que é vossa idade, tomam consciência que o percurso é um percurso individual, independentemente da história da família. Ter convicções e definir objectivos para o futuro é essencial.

Aquilo que se assiste muito nos jovens, e daí a pobreza na juventude, é o vazio de interesses, um desinteresse global, o não acreditar no futuro, o não ter elementos de referência, o não ter heróis verdadeiros em que acreditem, heróis com valores que possam ser uma referência positiva.

Têm sido feitos muitos projectos com jovens e falta aqueles jovens que não têm um percurso escolar regular, como falei ao nível das escolas profissionais, ao nível de outras medidas.

Na acção social, concretamente, foram criados os centros de desenvolvimento de inclusão juvenil, que facilitam a integração dos jovens. Sra. Deputada Vitória Medeiros, se pudesse repetir a segunda questão.

**Deputada Vitória Medeiros** (*S. Miguel*): Era para justificar o facto do nível de pobreza nos mais jovens ter aumentado, apesar dos imensos auxílios prestados, enquanto que o nível de pobreza nos mais idosos tem vindo a reduzir.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Directora Regional.

**Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social** (*Dra. Isabel Berbereia*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados: Reforçando um pouco a ideia que estava seguindo.

Um dos factores que acentua a pobreza nos jovens, além deste vazio de interesse e de projecto de vida individual de cada um, é o facto de haver um aumento ao nível dos consumos, das substâncias, das toxicodependências e da procura doutros interesses que não são interesses sólidos para os projectos de vida das famílias.

Nos mais jovens, naqueles que entram na idade activa, há uma dificuldade na inserção no mercado de trabalho e daí haver medidas de apoio específicas para a integração no mercado de trabalho, nomeadamente o estagiário L e o estagiário T, para promover esta integração.

Os casais mais jovens, precisam iniciar um novo ciclo de vida e daí a necessidade de apoio a nível habitacional, ou de haver medidas de política habitacional que apoiem estes jovens na sua autonomia.

Relativamente aos idosos: os idosos eram uma população que provocava grande preocupação, ao nível da exclusão. Felizmente, essa redução deve-se a esta Assembleia Legislativa, ao trabalho dos Srs. Deputados, ao trabalho do Governo Regional na Região e a nível nacional, que definiram um plano de convergência do valor das pensões, foram criando medidas complementares como aquelas que referi: o COMPAMID, o Complemento Solidário de Pensão, que vieram diminuir a pobreza nos idosos. Isso é muito positivo.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Directora.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Diana Furtado.

**Deputada Diana Furtado (S. Miguel):** Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Eu quero colocar duas questões que são as seguintes:

De acordo com o actual regime de atribuição de RSI e tal como a Sra. Directora referiu há pouco, a pobreza está a diminuir nos Açores.

Como se explica o grande número de pessoas no RSI?

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Directora Regional.

**Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social (Dra. Isabel Berbereia):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

O número de beneficiários do RSI não pode ser visto - e é uma visão redutora que eu apelo a que cada um de vocês combata - como um factor para medir a pobreza.

O RSI é uma estratégia de inserção e de minimização de situações de pobreza mais acentuadas.

A Região foi desenvolvendo políticas ao nível da sua economia, ao nível da educação, ao nível da saúde, ao nível dos seus equipamentos sociais e das respostas sociais.

O combate à pobreza mede-se pela economia sustentável, pelo desenvolvimento equilibrado e felizmente nas nossas ilhas tem havido esse crescimento, que tem a ver com o aumento do PIB e muitos dos investimentos que foram feitos aos vários níveis, nos vários sectores, vieram reduzir a situação de pobreza.

Há mais pessoas a trabalhar, há mais mulheres no mercado de trabalho e isso faz com que a incidência da pobreza na Região tenha diminuído.

O número dos beneficiários do RSI, presentemente, segue exactamente a linha do nacional, o que nos faz interpretar que de facto nós na Região estamos de alguma forma a ter os impactos duma situação que é uma

situação conjuntural, porque a curva regional e a curva nacional têm seguido o mesmo acompanhamento.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Directora.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Liyfan.

**Deputado Deputado Liyfan** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Queria dirigir a questão à Exma. Sra. Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social.

Realizando um breve estudo à evolução da natalidade em Portugal e à esperança média de vida do povo português verifica-se, que ao longo dos últimos anos, a primeira tem vindo a diminuir enquanto que a segunda, tem vindo a aumentar. Esta constatação faz com que o rácio entre as pessoas que trabalham e aquelas que estão na reforma tenha vindo a diminuir e, se nada for feito em contrário, continuará a diminuir no futuro.

A questão que gostaríamos de colocar a V. Ex. é sobre a forma como a sociedade irá a médio prazo garantir as reformas, daqueles que ao longo da sua vida de trabalho já prestaram o seu serviço à nação, quando estas têm que ser suportadas pelas pessoas que trabalham, que serão cada vez menos em relação aos aposentados.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Directora Regional.

\* **Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social** (*Dra. Isabel Berbereia*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados: Queria felicita-lo pela sua profunda pergunta.

É uma pergunta com uma difícil resposta que eu própria tenho dificuldade em responder, como é natural que assim seja, mas é uma pergunta muito pertinente que nos fará reflectir, a vocês jovens, aos mais adultos, aos dirigentes e também esta Assembleia.

Isso é um problema que se coloca a nível dos países.

É um facto claro e evidente que a esperança média de vida tem aumentado. Isso faz com que as políticas para os idosos devam ser cada vez mais cuidadas. Terá de haver necessariamente um investimento e especialização a nível dos equipamentos, prevendo este prolongamento na esperança média de vida, com técnicos mais especializados porque as situações de demência também aumentam.

Aumentam as necessidades de apoio em lares de idosos mas também noutras valências sociais e de facto as políticas de natalidade – concretamente na Região falo do complemento ao abono regional, o investimento que tem sido feito com a criação da rede de amas, com as creches – na nossa Região, fazem com que seja uma natalidade saudável, contrariamente ao nacional e outros países.

Essa questão da redução do número de activos comparativamente ao número de pensionistas, cada um dos países e das regiões terá de ir encontrando - além dum estudo aprofundado sobre isso e de dados muito fiáveis sobre isso – soluções e deverá ir pensando em alternativas.

Há muitas pessoas que vão pensando nas suas pensões a nível privado, de bancos.

A questão aqui tem a ver com a redução do número de activos. Se nós conseguirmos manter uma boa economia com os activos em pleno emprego, aí conseguimos fazer uma boa arrecadação de receitas.

O problema coloca-se quando o número de activos reduz, mesmo nesta conjuntura, que ainda seria uma conjuntura saudável para arrecadar.

É uma questão que temos que ir pensando. Não nos vamos assustar porque a nossa velhice há-de estar assegurada, mas de facto é um problema profundo.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Directora.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Débora Bettencourt.

**Deputada Débora Bettencourt** (*Graciosa*): Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A minha pergunta é dirigida à Sra. Directora Regional.

1. No Jornal da Tarde da RTP Açores de 24 de Março de 2010, a Dra. Ana Paula Marques (Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social) declarou que “é necessário sensibilizar a sociedade para uma nova atitude”, este comentário relativo aos sem-abrigo, excluídos socialmente, repatriados, etc..

Como é que o Governo Regional, nomeadamente a Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, pretende alertar e apelar à população para a luta contra a pobreza e a exclusão social nos Açores? A Sra. Secretária até disse que não é só em épocas especiais, como o Natal, que devemos lembrar estas pessoas. Afinal quais são as medidas que podem ser tomadas ou postas em prática?

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Directora Regional.

\* **Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social** (*Dra. Isabel Berbereia*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

O apelo que a Sra. Secretária faz, é um apelo a cada um, à sociedade, na aceitação da diferença.

O contexto em que ela faz essa afirmação, é que algumas vezes se tem assistido a uma recusa, por parte de algumas pessoas e de alguns moradores, relativamente, por exemplo, à instalação de determinadas valências.

Nós já tivemos manifestações de moradores porque não queriam na sua zona um centro de acolhimento para pessoas com deficiência.

Quando questionado um destes manifestantes a resposta foi: eu não quero perto da minha porta carrinhas com símbolos de cadeiras de rodas!

Relativamente aos repatriados, como todos nós sabemos, há ainda um estigma relativamente aos medos e à história de vida que estas pessoas trazem e algumas condutas que poderão de alguma forma trazer o medo ou alguma insegurança às nossas comunidades.

Em grande número não se justificará porque muitos dos repatriados ou dos cidadãos sem abrigo, ou outros, são pessoas que vieram por situações não tão graves quanto aquelas que à primeira vista poderão parecer e são pessoas que se integram e acabam por fazer um percurso com algumas dificuldades, mas acabam por ficar minimamente integrados.

Houve manifestações também relativamente aos repatriados.

Eles têm que ter as suas habitações, eles têm que estar inserido e muitas vezes há, da própria comunidade, uma reacção negativa, por não os quererem perto da vizinhança, ou seja, não querem convívio directo ou diário com estes cidadãos.

O Governo Regional apoia cerca de 400 cidadãos repatriados e sem abrigo, por mês. Tem várias equipas a trabalhar com eles e de facto a nossa sociedade é uma sociedade segura e tranquila e isso é de louvar.

A questão do estigma depende de cada um de nós e de nós percebermos se há perigo ou não e desmontarmos este preconceito.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Directora.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

**Deputada Jessica Duarte (S. Miguel):** Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A minha questão dirige-se ao Sr. Deputado Luís Garcia.

Colocamos a questão ao Sr. Deputado porque trata-se mais de saber uma opinião e gostaríamos de saber a opinião de alguém que não está tão por dentro, mas que também não está de fora.

Uma parte da população açoriana tem a ideia de que a sociedade está dividida em três patamares. Os ricos, os pobres e os remediados. Segundo esta mesma população, os remediados, também designados de classe média, sustentam a classe que está inferior a estes, os pobres, e a que está superior, os ricos, através dos altos salários de gestores que as empresas públicas pagam. Assim sendo, defendem ainda a posição de que a atribuição do **Rendimento Social de Inserção** vem a fomentar a ociosidade da população, que prefere viver às custas do Estado do que aceitar as ofertas de emprego existentes.

Assim sendo questionamos Vossa Excelência acerca desta questão. Qual é a sua opinião.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

\* **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sras. e Srs. Convidados:

Muito obrigado pela questão.

É uma questão pertinente e é uma questão que de facto levar-nos-ia a uma reflexão muito profunda sobre as políticas sociais que nós estamos a concretizar.

Esta questão, e hoje é muito falada a questão dos sobrecustos, da classe média estar efectivamente muito sobrecarregada com as políticas que estão a ser levadas a cabo, ou seja, os ricos têm outras possibilidades de conseguirem outras fontes de rendimento e normalmente os governos, quando aplicam determinadas políticas sociais, de tentar de alguma forma “o aperto do cinto” que é muitas vezes falado, essas políticas sobrecarregam de alguma forma a chamada classe média.

Uma ideia que nós não podemos concordar com ela, é que efectivamente os pobres, ou aqueles que têm menos fontes de rendimento, possam de alguma forma ser classificados como vivendo à custa do Estado.

É um dever do Estado apoiar essas pessoas e ter políticas sociais que vão de encontro às dificuldades dessas pessoas.

Portanto o que é fundamental é que essas políticas sejam acompanhadas. O que é fundamental é que essas pessoas que recebem esses apoios possam de alguma forma dar algum contributo à sociedade.

É isso que eu particularmente defendo, ou seja, uma pessoa quando recebe determinado apoio do Estado, da sociedade, deve de alguma forma dar algum contributo útil à sociedade através das autarquias, através das instituições de solidariedade social.

Isto é uma ideia que penso que tem alguma adesão na sociedade portuguesa.

É por aí que acho que devemos ir.

Ter políticas sociais melhor acompanhadas. Essas pessoas que vivem efectivamente em condições de pobreza poderem ser melhor acompanhadas e uma coisa que é fundamental é que todos estes agentes que efectivamente actuam nestas áreas, as instituições, poderem ter uma actuação mais articulada e mais em rede.

Muitas vezes quem está de fora sente que muitos dos agentes que actuam nestas áreas sociais, trabalham um pouco “um para cada lado”. É preciso articular melhor estas políticas, articular melhor a actuação destas instituições.

Isto é que era importante ser melhor assegurado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Luís Garcia.

Srs. Deputados, devido ao aproximar da nossa hora de almoço, não se aceitam mais inscrições na Mesa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Sousa.

**Deputada Jessica Sousa** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sras. e Srs. Convidados:

A minha questão é dirigida à Sra. Deputada Cláudia Cardoso, Presidente da comissão de Assuntos Sociais.

Visto que a escola é uma instituição fulcral, na preparação da sociedade, não acha que seria pertinente inserir no âmbito das medidas de apoio social, como o RSI, a obrigatoriedade da prol dos beneficiantes deste apoio, terem um sucesso escolar satisfatória, para que estas gerações possam adquirir habilitações que lhes permitam um aumento de nível de vida no futuro e maior sucesso no mercado de trabalho.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Cláudia Cardoso.

\* **Presidente da Comissão de Assuntos Sociais** (*Deputada Cláudia Cardoso*): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Directora Regional, Caros Colegas Deputados Convidados:

Efectivamente é comumente aceite por todos que a educação é uma ferramenta fundamental para contrariar aqueles que são considerados os ciclos de pobreza, que acaba por ser muitas vezes, infelizmente, intergeracional. Acaba por ser também, infelizmente e não só no nosso país, mas em outros lugares também, herdada por vezes. Os filhos continuam ciclos de pobreza que não conseguiram romper.

A educação é uma dessas ferramentas que pode possibilitar esta inversão, a inversão da perversidade que a pobreza sempre tem.

No entanto, como sabe, a atribuição do RSI já contempla a obrigatoriedade de frequência da escola. No caso desta frequência não se verificar cessa também o recebimento desta prestação.

Esta foi, aliás, uma introdução ousada e importante, antes isso não acontecia e muitos dos alunos das nossas escolas, muitos dos jovens dessas famílias carenciadas não frequentavam a escola e aí perpetuava-se aquele que era um estigma, porque infelizmente ainda para mais na nossa Região, uma Região tão pequena em que a proximidade é totalmente outra, a pobreza ainda tem um estigma social muito forte, dada essa proximidade.

No entanto, no meu ponto de vista, a questão do sucesso educativo é uma questão ligeiramente diferente.

Nós sabemos que o sucesso educativo é determinado por um conjunto de factores muito variados.

Normalmente, isto também é possível de concluir pela leitura dos hiperespecialistas em educação, o usufruto, que as pessoas que vêm com mais dificuldades, de famílias muitas vezes desestruturadas, têm um acesso diferenciado à educação, digamos, menos favorecido.

Os resultados são claros, salvo raras excepções.

As famílias mais favorecidas, normalmente têm biblioteca em casa, os pais têm facilidade de pagar explicações aos filhos, têm um acesso à cultura mais facilitado de uma maneira geral e o inverso também é verdade.

As crianças que nascem em famílias com mais problemas financeiros, muitas vezes há aspectos que a aquisição é muito mais premente do que a dos livros ou que a doutros factores culturais.

Parece-me que se essa questão, se o sucesso educativo fosse obrigatório para as crianças dessas famílias, se isso resolvesse, eu seria a favor dessa medida.

No entanto, parece-me que estar a condicionar a atribuição desta prestação com o sucesso educativo é muito limitador, no sentido em que nós sabemos que as condições de partida são diferentes duma criança que nasce numa família pobre, duma criança que nasce numa família com outro tipo de facilidades.

Não me parece que esta medida resolvesse muita coisa. Era bom que assim fosse, mas temos que lidar com a realidade tal qual ela é.

**Presidente:** Muita obrigada Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora.

**Deputado Manuel Zamora** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A minha pergunta é dirigida à Sra. Directora Regional.

A Sra. Directora numerou vários grupos etários ou grupos sócias que sofrem de alguma maneira com a pobreza.

Eu gostaria de perguntar qual desses grupos tem uma situação mais precária? Em quais deles devemos apostar? Quem é que tem prioridade? Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Directora Regional.

\* **Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social** (*Dra. Isabel Berbereia*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados: Todos deverão ser prioritários mas a nossa preocupação incide sobretudo sobre a infância.

Concordando com a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, de facto, a infância se for uma infância em que a criança seja feliz, em que tenha uma situação de protecção, de segurança, de afecto, um ambiente que a apoie e que a promova, às vezes pode ter recursos mais reduzidos do que outra criança qualquer, mas desde que seja uma criança amada e feliz, esta criança poderá ter um futuro mais seguro e mais promissor.

O que acontece muitas vezes é que, ainda durante o período da própria gravidez, já começa a haver alguma diferenciação. Daí também a



necessidade de nós investirmos em medidas de política relativas à gravidez precoce e à primeira infância e maternidade.

Os primeiros anos de vida das crianças são fundamentais para o seu desenvolvimento, para o seu equilíbrio, daí haver necessidade de uma boa rede de creche para que as crianças sejam estimuladas e tenham nos equipamentos sociais recursos que nas suas próprias famílias não têm; que as mães sejam apoiadas em processos de formação que as ajudem a reflectir sobre a sua prática parental, a perceber qual é a psicologia da criança, que cuidados específicos as crianças precisam ter.

Se nós conseguirmos ter uma primeira infância equilibrada, estas crianças terão bases para fazerem o seu percurso escolar e daí irem subindo as escadinhas da inserção, duma forma mais segura.

Se nesta primeira faixa os factores condicionantes forem tais que a criança faça bloqueios, ou que não tenha acesso a determinados bens, acontece muitas vezes na prática que chegam à pré-primária, chegam aos 5 anos e já vêm com uma diferença quase de classe, ou seja, entram na pré-primária sem saber as cores, sem terem a noção de número, enquanto que as crianças que são estimuladas e trabalhadas no canto, na música, nos jogos, já vêm com estas bases. Em termos do seu desenvolvimento cognitivo vêm trabalhadas no sentido de fazerem um percurso facilitador.

Quando isto não é feito logo no início é muito complicado inverter-se o ciclo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Correia.

\* **Deputado Ricardo Correia** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exma. Mesa:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado Mário Moniz.

Na sua opinião, as medidas de combate à pobreza e exclusão social propostas pelo Governo são as mais indicadas e têm o efeito desejado? Ou acha que se poderia trabalhar a variável da pobreza de uma forma mais precisa e eficaz?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

\* **Deputado Mário Moniz** (*BE*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Jovens, Caros Colegas Deputados, Sra. Directora Regional:

É com muito gosto que tenho esta oportunidade de expressar aqui a minha opinião sobre este assunto.

Tenho estado com muita atenção e já estive a ler muitos dos documentos que estão aqui presentes, de propostas, alguns com ideias muito, muito boas, outros também com ideias boas mas, na minha opinião, formuladas duma forma que não é a mais correcta, para ir directo ao assunto. Não se combate um problema hostilizando-o com rótulos e conceitos, à partida, degradantes. Antes pelo contrário, é motivando as pessoas e dando-lhes

dignidade que as conseguimos ganhar para a sociedade. Temos de entender que a pobreza não é uma causa; a pobreza é, sim, uma consequência, um mal não propriamente necessário. É um mal provocado. E um mal combate-se exterminando a sua causa e, não, ostracizando quem sofre as consequências dessa causa.

Há necessidade, realmente, de remediar as consequências e, nesse aspecto, as medidas que existem são medidas boas. Não se pode é ficar por aqui, é evidente, porque não é só remediando as consequências mas sim, sobretudo, erradicando o que as provoca, sob pena de, e como tende a acontecer, eternizarmos esta situação. Não é – usando um exemplo – colocando um balde a aparar um pingo, que resolvemos o problema da infiltração da água.

Assim, e no caso concreto do Rendimento Social de Inserção, é uma boa medida, sem dúvida, só que é uma medida que tem de ser passageira, porque o que se pretende e o que está na essência desse apoio é reintegrar as pessoas na sociedade. E aí está mesmo o nome de inserção. Agora, não se reintegram as pessoas na sociedade criando situações de tipo serviço cívico. Não, não é por aí, porque isso não dá dignidade às pessoas. Isso é quase como um castigo pelo facto de elas estarem nessa situação.

Se há necessidade de fazer esses trabalhos – e há –, se o Estado está a pagar a pessoas e depois coloca-as quase de castigo, ou tem essa intenção de as colocar quase de castigo a fazer esses trabalhos, então por que não lhes dá esse trabalho de uma forma digna? Com contrato de trabalho, fazendo os seus descontos para a Segurança Social, participando activamente na sociedade. É assim que eu entendo que as pessoas devem ser reinseridas.

Como é que podemos estar a chamar malandros a pessoas que não têm trabalho, mesmo que queiram trabalhar? Estamos a generalizar o que é uma percentagem que, está mais que provado, não...

**Presidente:** Desculpe, Sr. Deputado Mário Moniz, pedia que fosse breve.

**O Orador:** Ultrapassei? Estou a tentar ser breve.

Eventualmente terei oportunidade de falar novamente sobre isto.

Quero só fazer um apelo à irreverência dos jovens, à vossa irreverência e à vossa generosidade:

Apelo a que não se deixem condicionar pelo discurso fácil. Pensem por vós! Não deixem que vos eduquem *para* a cidadania mas, sim, exijam que a vossa educação evolua *na* cidadania, com a vossa participação, com as vossas ideias e com a vossa irreverência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado Mário Moniz.

Tem a palavra o Sr. Deputado Simão Santos.

\* **Deputado Simão Santos** (*Graciosa*): Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado Mário Moniz.

O Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, criou o Programa Famílias com Futuro. Este programa pretende apoiar agregados familiares e jovens com idade inferior a 35 anos, ambos carenciados, que necessitem de habitação. Na sua opinião, esta medida terá um impacto significativo para evitar e reduzir a pobreza e a exclusão social nos Açores?

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

\* **Deputado Mário Moniz (BE):** Mais uma vez, muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Jovens Deputados, Caros Colegas Deputados, Sras. Directora Regional:

A medida, em si, é boa, sim. A forma como normalmente as medidas estão a ser aplicadas é que nem sempre tem sucesso, e não tem sucesso por vários motivos.

No seguimento daquilo que eu disse há pouco, têm aí a explicação: é porque as medidas são curativas e tendem a eternizar-se. Então, se for só a medida em si, se for a aplicação da medida em si, sem haver depois uma continuidade dessa medida para um patamar diferente, que dignifique as pessoas e as integre, então as medidas vão eternizar-se. Vão ser necessárias sempre mais medidas, porque não cortamos o mal. Tenho a impressão, portanto, que é um pouco no seguimento da pergunta do seu colega.

Não sei se estou a explicar suficientemente aquilo que queria. Se não estiver, diga novamente, que eu volto a intervir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado Mário Moniz.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silva.

**Deputado Luís Silva (Graciosa):** Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A minha pergunta, que se divide em duas é dirigida ao Sr. Deputado Costa Pereira.

De acordo com o Jornal da Rádio Graciosa de 22 de Março de 2010, “Os Açores apresentam os piores indicadores do país no que se refere ao abandono escolar precoce. Quase metade dos açorianos entre os 18 e os 24 anos não têm mais do que o 9º ano de escolaridade, nem estão a estudar. Numa análise do Observatório das Desigualdades aos dados do Inquérito ao Emprego (do Instituto Nacional de Estatística – INE) é referido que «Portugal regista níveis de abandono escolar precoce muito acima dos valores registados nos países da União Europeia a 15 e a 27», Mas, «esta

tendência é mais aguda junto da população masculina nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira», refere o Observatório.”

Na sua opinião, julga que os cidadãos referidos na notícia serão potenciais “candidatos” à pobreza e exclusão social? E que o mero facto de passar a escolaridade obrigatória para o 12º ano será determinante para evitar a pobreza e a exclusão social junto dos mais jovens?

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

\* **Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Caros Colegas Deputados, Sra. Directora Regional, Sra. Presidente do Plenário Jovem, Srs. Deputados do Plenário Jovem, Caros Colegas Professores:

Esta questão é uma questão importante e que não podemos esgotá-la nesta fórmula de uma pequena pergunta, ou uma pergunta e 3 minutos para respondermos.

Ela é importante porque de facto penso que na raiz da questão já foi colocada uma parte da resposta.

Penso que sim, que existe uma ligação directa entre o problema do abandono escolar precoce e a possibilidade de quem abandona precocemente a escola ser um candidato à pobreza e à exclusão social.

A Sra. Directora Regional, na intervenção inicial que fez, já colocou esta questão e de facto existe uma ligação clara, directa entre os problemas da exclusão e da pobreza e as questões genéricas da educação e da instrução.

Daí uma aposta fundamental da política governativa dever ser as questões da educação e da generalização da educação para todos, na medida em que essa é a maior e a melhor arma que nós temos para, como dizia há pouco a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, quebrar o ciclo da pobreza sobretudo naquilo que ele pode ter de transmissivo, de passar de pais para filhos, de geração para geração.

Portanto à escola cabe esta nobre e importante tarefa de poder ajudar aqueles cujos pais não puderam ter acesso a uma educação e portanto a meios e ferramentas que lhes permitissem enfrentar os problemas da pobreza. A escola tem essa tarefa de poder dar, pelo menos aos filhos, todas as possibilidades para com uma ferramenta que eles gostem de trabalhar, por isso a escola tem de ser motivadora, tem que dar-lhes essas ferramentas. Desta maneira a escola possa ser uma forma desses jovens, dessas gerações poderem quebrar ciclos de pobreza e assim envolverem-se, de uma forma activa na sociedade e contribuir para o desenvolvimento das nossas ilhas.

É evidente que todos sabemos que as transformações sociais que temos sofrido nos últimos anos, estão a deixar sobre a escola responsabilidades para as quais a escola como instituição ainda não está preparada, mas a

verdade é que estamos num tempo que penso que é um tempo de transição em que pouco a pouco a escola vai procurar dar resposta a todos os problemas que a sociedade lhe coloca, sabendo-se porém uma coisa e tendo isso como garantido, a escola pode fazer muito mas não pode substituir a família, nem as responsabilidades dos pais na educação dos seus filhos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado Costa Pereira.

Tem a palavra a Sra. Deputada Adriana Espínola.

\* **Deputada Adriana Espínola** (*Graciosa*): Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado Helder Silva.

No Jornal da Tarde da RTP Açores de 24 de Março de 2010, houve uma reportagem que indicava que só nos Açores havia 5 mil desempregados sem o 9º ano de escolaridade, 15% dos quais analfabetos. A reportagem fazia referência a um trabalho que estava a ser desenvolvido pelos Centros de Emprego onde estes chamavam pessoas desempregadas inscritas nesses mesmos Centros de Emprego, para frequentarem cursos de formação, de forma a obter o 9º ano de escolaridade.

Alguns entrevistados demonstraram um certo descontentamento, porque os cursos em que seriam inscritos não lhes favoreciam profissionalmente. Outros entrevistados fizeram referência ao Rendimento Social de Inserção, onde alguns desses beneficiários recebem sem nunca trabalharem e sem nunca terem efectuado descontos para a Segurança Social. Será que o Rendimento Social de Inserção, medida tão controversa, poderá continuar a ser uma das medidas principais de combate à pobreza e exclusão social?

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva

\* **Deputado Helder Silva** (*PS*): Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Caros Colegas Deputados, Sra. Directora Regional, Sra. Presidente do Plenário Jovem, Srs. Deputados do Plenário Jovem, Caros Colegas Professores:

Deputada Adriana Espínola muito obrigado pela sua presença, pela sua pergunta e pela pertinência da mesma.

É curioso que eu tenho ouvido com muito interesse muitas das interpelações e também muitas das propostas que aqui temos em cima da mesa, muito centradas na questão do RSI e no fundo neste debate não é por acaso que falamos do RSI e da sua aplicação, precisamente associado a esta questão e a esta problemática da pobreza e da exclusão social.

Nós vivemos, ainda por cima temos vivido ao longo de mais de um ano, cerca de um ano e meio, em todo o mundo e inclusive na nossa Região, infelizmente, os impactos duma crise, a maior de sempre, a maior de que há

memória, pelo menos desde 1929, que foi a grande crise que atingiu o nosso planeta.

Por isso esta questão é hoje mais pertinente do que o era há 3 anos ou há 5, ou há 10, ou há 20.

Eu gostaria de dizer o seguinte: nós efectivamente temos hoje mais desempregados. É uma realidade! É uma realidade que resulta da conjuntura económica. Temos mais desempregados do que tínhamos há 2 anos atrás.

Também é verdade que temos, felizmente, uma taxa de desemprego na Região que apesar de tudo é menor do que aquela que se observa noutros pontos do território nacional e fora do nosso País, noutros pontos da Comunidade Europeia.

Relativamente ao RSI, quero dizer-vos que esta resposta é insuficiente para resolver os problemas da pobreza e da exclusividade social.

Contudo, queria deixar-vos um alerta: não se deixem ir por discursos, por vezes fáceis, na minha leitura e no meu entendimento, que se vão ouvindo e que de alguma forma vêm alimentando aquilo que eu designaria como um egoísmo social, na tentativa e na perspectiva de que há um conjunto de pessoas que estão a receber um rendimento extraordinário, e muitas dessas pessoas de classe média gostariam de poder contar com ele.

Recebem-no injustamente à custa de uma classe média que tem que trabalhar para pagar este rendimento.

Queria dar-vos aqui algumas pistas para que reflectam sobre isto: Primeiro, foi aqui dito pela Sra. Directora Regional que quase 40% da população alvo da aplicação do RSI trabalha. São pessoas que trabalham mas cujo rendimento do seu trabalho é insuficiente para gerarem a riqueza mínima, para que saiam destes limiares de pobreza;

**Presidente:** Desculpe Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

**O Orador:** Termino já.

Segundo, muitos destes nossos irmãos, que recebem o RSI, são pessoas idosas, são pessoas que estão numa faixa etária que não lhes é permitido trabalhar;

Terceiro, alguns, uma percentagem também importante, são jovens ou por vezes pessoas que suportam agregados familiares muito vastos e não podem abandonar os seus filhos, para trabalhar.

Alertava-os, para reflectirem sobre isso.

Quando subtraírem neste grupo de pessoas, objecto do RSI, estes grupos, que penso que todos nós reconhecemos como grupos que não devem ser objecto alvo de uma obrigatoriedade, não podemos fazer isso a quem tem 70 anos ou a quem tem 5 ou 10 filhos para criar e acompanhar.

Reflectam sobre isso!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.

**Deputada Tatiana Fragata** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Sabemos que têm sido implementadas várias medidas para que a realidade da pobreza e exclusão social melhore ao nível da RAA.

Um exemplo concreto é de quem as realiza, a Sra. Isabel Berbereia e todos os outros Deputados.

E a exclusão social que não está associada à pobreza? Aquela que aparece porque existe o preconceito? Aquela que se for bastante acentuada causa problemas ao nível da escola, do trabalho, das relações, na vida em si?

Que medidas concretas estão a ser tomadas a nível dos Açores, para que se modifique esta realidade?

**Presidente:** Desculpe Sra. Deputada, a quem dirige a sua questão?

**A Oradora:** A quem quiser responder.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Directora Regional.

**\* Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social** (*Dra. Isabel Berbereia*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Quero salvaguardar aqui que o meu cargo é um cargo temporário. Eu contribuo, na medida das minhas competências, para as medidas de política, mas as medidas de política são medidas do Governo Regional, dos açorianos que votam o Programa do Governo e também desta Assembleia que faz essas mesmas propostas.

As medidas de política são operacionalizadas, são concretizadas pelo Governo, mas também por vários sectores. Falo aqui das Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou seja duma grande rede de parceiros que contribui para que estas medidas sejam efectivas, sejam concretizadas.

Não podemos personalizar tudo isto.

As medidas de política social, fiz referência na minha intervenção, são multisectoriais. Dentro da segurança social devem abranger várias áreas, desde a infância, aos idosos, percorrendo os ciclos de vida da família, apoiando as fragilidades da criança, as fragilidades do jovem, as fragilidades das famílias e dos mais idosos.

No entanto há 4 grandes sectores que têm que se inter-cruzar e as políticas devem ser políticas integradas, porque a segurança social sozinha não resolve pobreza. A habitação sozinha não resolve, a educação não resolve. Tem que haver planos integrados, ou seja: como é que vamos combater a pobreza na infância?

A acção social pode contribuir com os equipamentos sociais, com a rede de amas, com a formação às famílias, mas a educação terá que contribuir com bons programas educativos, com programas especializados, adequados às características.

Estes 4 grandes sectores que eu identifico são: acção social, por um lado, mas que viria em último. Começávamos, se calhar pela habitação, haver

boas condições habitacionais, habitações condignas para as pessoas não serem estigmatizadas pela falta de condições mínimas; o emprego, a educação e a acção social.

A acção social como um factor importante, mas salvaguardo, nas suas estruturas muito importante.

Por favor não focalizem a questão da pobreza no RSI.

O RSI é um instrumento para minimizar a pobreza, não é um factor, nem causa de pobreza. É um instrumento de saída ou de minorar a situação de pobreza.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Directora.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Li Yifan.

**Deputado Deputado Li Yifan** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Gostaria de colocar a minha questão à Exma. Sra. Directora Regional da Educação e Formação, mas uma vez que esta se encontra ausente, dirijo à Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais:

Tendo em conta que o progresso e evolução do país se fazem pela qualificação do seu povo, quais as soluções que existem para requalificar as pessoas que fazem no desemprego já em idade avançada, uma vez que, muitas delas, não possuem formação para, se reconverterem às novas possibilidades de emprego.

Obrigado

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Cláudia Cardoso.

\* **Presidente da Comissão de Assuntos Sociais** (*Deputada Cláudia Cardoso*): Muito obrigada Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Directora Regional, Caros Colegas Deputados Convidados:

A pergunta é pertinente e penso que enquadrou bem. A qualificação efectivamente é muito importante, é transversal a todos e tem especificidades muito agudizadas, no caso de pessoas com mais idade e mais dificuldade de inserção ou de reinserção no mercado de trabalho.

É evidente que do ponto de vista das políticas em execução, como sabem sou Deputada Regional, não pertença ao executivo, no entanto aquilo que me parece é que há várias formas, do ponto de vista da Região, para responder a esse tipo de solicitações.

Uma das que foi posta em prática, já alguns anos a esta parte, é precisamente o reconhecimento de competências que tem a ver muitas vezes com competências que não são adquiridas, do ponto de vista escolar, formal, tal qual o conhecemos.



É possível que muitas dessas pessoas possam ver reconhecidas as suas competências, competências que adquiriram na universidade da vida, como nós costumamos dizer, e durante o seu percurso com pessoas, em trabalhos que executaram e tiveram envolvidas. Competências que aprenderam com familiares, que desenvolveram na sua adolescência e nunca tiveram oportunidade de serem reconhecidas. Essa foi e é uma forma correcta de permitir que essas pessoas muitas vezes vejam formalmente reconhecidas as suas competências.

É evidente que esta é uma situação sempre difícil, nomeadamente ao nível do desemprego.

Quando temos pessoas a quem ocorre uma situação de desemprego e que têm uma idade mais avançada é sempre muito mais difícil a sua reinserção e todos estes programas são bem vindos.

Penso que o exemplo que dei é um bom exemplo neste sentido.

**Presidente:** Muito obrigada Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, vamos dar por encerrada esta primeira parte dos nossos trabalhos.

Muito obrigada, Sra. Directora Regional pela sua colaboração.

Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, de acordo com o Regimento desta Assembleia, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Retomaremos os nossos trabalhos às 14h00 horas e agradeceia às Sras. e Srs. Deputados que fossem pontuais.

Queria agradecer também a colaboração dos ilustres convidados, e a colaboração que todos os Srs. Deputados deram ao funcionamento desta primeira parte da Sessão.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom almoço.

*(Eram 12 horas e 55 minutos)*

**Presidente:** Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e Ilustres Convidados. Em primeiro lugar queremos pedir desculpa por este pequeno atraso.

*(Eram 14 horas e 40 minutos)*

Vamos iniciar a segunda parte dos nossos trabalhos com o Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silva, Representante da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

**Deputado Luís Silva** (*Graciosa*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

A Pobreza e a Exclusão Social não são fenómenos do século XXI. Sempre existiram pessoas pobres e excluídas da sociedade, ao longo dos séculos. Sempre houve vergonha, miséria, fome, etc. em certas camadas da população.

A União Europeia estava e está atenta para os diferentes níveis de vida dos cidadãos europeus; diferentes níveis de remuneração, diferentes níveis de escolaridade, diferentes níveis de percentagem de desemprego, etc. O trabalho da União Europeia nesta área não se restringe ao ano 2010, mas resulta de vários programas, intervenções e ideias com metas a médio e longo prazo.

Basta tirar tempo para ouvir as histórias dos nossos avós, para imaginar a pobreza e dificuldades que os açorianos passaram ao longo dos anos, com o isolamento, famílias numerosas, entregues ao seu próprio destino, numa altura onde não haviam Institutos de Acção Social, programas vindos da então CEE, etc. O açoriano tinha vergonha da sua miséria, pedia esmola por necessidade para matar a fome dos seus, mas estava sempre disposto a trabalhar em troca de alimentos para satisfazer as suas necessidades primárias.

O que é que aconteceu a essa gente? Uns imigraram, outros arranjam trabalho e alguns ficaram à espera da ajuda alheia e/ou estatal.

O Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, discutido e desenvolvido nos Açores, é muito importante, porque a maioria da geração dita “nova”, que não sabe as dificuldades que se passaram. Foi preciso conversar, ouvir e até discutir entre nós para compreender o que está em jogo.

Nos Açores, existem Instituições Particulares de Solidariedade Social, entidades privadas e o próprio Governo Regional a fazer um grande esforço para marcar este Ano 2010 - Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e Exclusão Social. Há imensas ideias, iniciativas e projectos. O que nos preocupa é que não estejam a trabalhar de forma conjunta, para obter melhores resultados em prol daqueles que mais necessitam. Tem de haver instrumentos de avaliação dos resultados desses projectos e intervenção a curto/médio prazo, para se fazer diagnóstico das mais e menos valias.

No entanto há que combater à “preguiça” dalguns que procuram nas IPSS’s (Institutos Particulares de Solidariedade Social) e nos departamentos do Governo Regional, formas de receber sem trabalhar e sem contribuir positivamente para a sociedade.

Não podemos esquecer a “pobreza escondida”, daqueles que têm vergonha de dizer que estão a passar necessidades, daqueles que lutam e trabalham

arduamente todos os dias de forma honesta e não vêm a sua vida a progredir. Olhe que há muitos desses nos Açores: aqueles que jantam uma sopa e uma peça de fruta, porque não há dinheiro para mais, mas que não se atrevem ou não se acham no direito de ir pedir ajuda ao Instituto de Acção Social.

“Se os açorianos têm inveja...” disse não temos a certeza, mas para viver nos Açores é preciso ter coragem por diversos motivos que não vale a pena falar agora.

Julgamos necessário fazer um levantamento de todos os projectos e iniciativas a decorrer nos Açores para combater a Pobreza e a Exclusão Social, fazer com que estas diferentes entidades contactem e trabalhem umas com as outras.

Mas nunca se esqueçam do velho ditado “não lhe dê o peixe, ensina-o a pescar” e não se esqueçam da vergonha escondida de muitos açorianos.

Se ainda não fez algo de bom por alguém, ainda está muito a tempo!

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca, representante da Escola Básica e Secundária das Velas.

**Deputado Dário Fonseca (S. Jorge):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Os alunos da Escola Básica e Secundária de Velas vêm aqui defender os direitos daqueles que por ventura das vicissitudes da vida foram excluídos e marginalizados pela sociedade globalizada em que vivemos nos dias de hoje.

Embora a exclusão social não seja sinónimo de pobreza, a pobreza é com certeza sinónimo de exclusão social. Ou seja, o facto de se ser toxicodependente, por exemplo, são razões que não tem de levar necessariamente à pobreza, é uma questão que afecta o ser humano mais a nível moral e que poderá ou não afectá-lo a nível material. No entanto, o facto de se ser pobre priva automaticamente o ser humano de uma série de bens indispensáveis à sobrevivência, e que o tornam desigual daqueles que o rodeiam acabando por ser quase consequentemente excluído na sociedade e privado dos seus direitos como cidadão.

A vida nas sociedades de capitalismo avançado está organizada segundo modelos altamente competitivos que são excludentes dos menos capazes devido à idade, à instrução, à etnia, ao sexo ou à saúde. No início da década de 60, as comunidades científicas e políticas julgavam que o crescimento económico e o progresso tecnológico a ele associado fariam desaparecer a pobreza nos países ricos e iriam ter efeitos semelhantes nos países em desenvolvimento. Pensava-se que era uma questão de tempo, só na década

de 80 a Europa, os EUA e o Japão tomaram consciência que, nas suas sociedades de abundância material, se tinham criado bolsas de pobreza de considerável extensão e que as mesmas se mostravam resistentes às políticas sociais tradicionais.

A pobreza que vemos na rua passa a ser algo de normal, e os sem abrigo, os pedintes e todos os pobres no geral são já “paisagem” aos quais já se evita sentir qualquer sentimento de compaixão, pois são em tão largo número que é impossível dar a “moedinha” a todos.

A exclusão social nas sociedades de abundância é um fenómeno particularmente inquietante porque não pode invocar-se como sua causa a escassez de recursos. Os recursos existentes são mais que suficientes para suprimir a pobreza. O que se passa é que estão mal distribuídos e, pior ainda, a abundância de bens é obtida à custa da exclusão de alguns.

A exclusão social não se limita apenas à participação na vida económica e à riqueza material mal repartida, atravessando também várias dimensões da vida social. O combate à pobreza e à exclusão não é tarefa exclusiva dos governos ou das instituições. Esta luta cabe a todos, chamando-se a isto "cultura de solidariedade". Estes são problemas de todos nós e a tomada de consciência de que somos parte destes problemas é essencial para que passemos a fazer parte da sua solução. O combate eficaz exige uma mudança profunda de aspectos estruturais da sociedade uma vez que a pobreza não é só económica mas também estrutural e até cultural. Ambos os conceitos (exclusão e pobreza) remetem para uma situação de desvantagem social embora tenham diferentes conteúdos.

É necessário conjugar a erradicação da pobreza e da exclusão social com o desenvolvimento económico, o desenvolvimento sustentado. Se os países se desenvolverem economicamente, mais riqueza acumularão proporcionando uma melhor qualidade de vida aos cidadãos se esta for bem distribuída.

A pobreza e exclusão social são um atentado aos Direitos Humanos, pois põe em causa o direito à vida uma vez que os sofredores são privados de uma série de bens indispensáveis, por outro lado são privados à sua liberdade por não se ter o direito de realizar os sonhos e as vontades e, em países europeus que se dizem democráticos, como se justifica a existência de uma minoria de abastados e de uma generalização da pobreza junto da maioria? Onde está a igualdade de direitos?

Portugal detém a condição de país mais desigual na UE e de portador de maior índice de pobreza relativa, com um valor que há anos estabilizou nos 20/21%, o que se traduz em 2 milhões de portugueses a viver em situação de pobreza. Portugal destaca-se ainda, pela pior posição quando se fala de pobreza persistente. Em Portugal, trabalhar já não tende a assegurar a cobertura do risco de pobreza. Cerca de 12% dos trabalhadores são pobres. Apesar da taxa de desemprego ser inferior à média europeia, é superior aos

valores médios da última década. A Região Norte tornou-se líder no desemprego, 46% dos desempregados concentram-se nesta região. A esta situação não é alheia o número crescente de empresas que têm vindo a encerrar, devido a vários factores, nomeadamente à deslocalização para países onde a mão-de-obra é mais barata.

Outros sinais da má situação em que se encontra o nosso país são a descida de 26º para 27º na última lista ordenada do desenvolvimento humano da ONU, uma das maiores percentagens de crianças pobres, 27% das crianças encontra-se em risco de pobreza e a pior taxa de abandono escolar, 41,1% em 2005, mais do dobro da média comunitária.

No contexto europeu este cenário é também bastante perturbador, com cerca de 72 milhões de pessoas em risco de pobreza. A nível mundial o número de pobres já chega a 307 milhões, onde 1 em cada 5 pessoas vive com menos de 1 dólar por dia.

Os números citados dizem respeito a pessoas reais: idosos, crianças, deficientes, mulheres, nomeadamente, vítimas de violência ou de tráfico, imigrantes, minorias étnicas e requerentes de asilo, entre muitos outros. Reflectem ainda realidades dramáticas como a fome, a subnutrição, as doenças com especial enfoque para a malária, a Sida, a tuberculose, a toxicod dependência, etc. Estes fenómenos, de verdadeira pobreza extrema constituem, em nosso entender, uma negação dos direitos humanos fundamentais. A resolução deste problema deve ser assumida com a mesma determinação com que em tempos se combateu a escravatura!

Muitas são as investigações que podem ser trazidas à análise do tema da pobreza, da exclusão social e da questão do acesso e exercício de direitos na sociedade moderna, seja ela urbana e industrializada ou agrícola. O que caracteriza a pobreza, o que faz dela um problema social, que traços a diferem da pobreza de outrora, o que permite falar em exclusão social, o que cabe à sociedade e ao Estado nesse processo e, em particular, em que medida está associado o tema da pobreza com o Direito e os direitos? Estas são algumas das perguntas que este trabalho pretende responder para demonstrar a importância do Estado nos processos que geram e mantêm a desigualdade social e a necessidade dos direitos económicos, sociais e culturais para possibilitar aos “menos iguais” o exercício activo dos direitos civis e dos direitos políticos relevantes para a democracia efectiva.

É nestas circunstâncias que mulheres, negros, velhos, crianças, deficientes, emigrantes e imigrantes compartilham em geral de desigualdades comuns à carência económica e não raro à pobreza absoluta: a desigualdade de saúde, de moradia, de ocupação social, de bem-estar e, traço comum, a desigualdade política. A pobreza, nas suas feições de desigualdade de renda e de acesso a recursos, repercute claramente na participação política.

Barreiras efectivamente sólidas se acumulam, negando a participação na democracia e aprofundando os problemas que fazem dissolver a integração

social. Não é na continuidade dos Governos e das políticas que temos tido, que Portugal e os portugueses, podem resolver esta questão da Pobreza e exclusão social, só com uma ruptura com os modelos actuais de políticas, ao serviço da sociedade dominante e ao sabor dos interesses particulares, só com o envolvimento de toda a sociedade, poderemos começar a ver a luz no fim do túnel.

Assim, acreditamos que só com o comprometimento e empenhamento da sociedade civil e do poder político na resolução do problema da pobreza e da exclusão social é que vamos conseguir alcançar essa tal luz no fundo do túnel.

A todos aqui presentes, apelamos o vosso esforço, vamos ser solidários e ajudar os que mais necessitam nos conselhos perto de nós e, aos mais competentes, directamente aos governantes, a esses compete o financiamento de instituições em que a sociedade possa contribuir com a sua presença na ajuda aos “menos iguais”!

Muito obrigado, disse.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marisa Soares, Representante da Escola Básica e Secundária de Nordeste.

**Deputada Marisa Soares (S. Miguel):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Convidados, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Hoje, neste hemiciclo, encontramos-nos a analisar a situação da Região Autónoma dos Açores nomeadamente no que concerne as situações de pobreza e de exclusão social. Antes de mais, há que realçar que infelizmente estas têm vindo não só a aumentar de forma considerável, como também a assumir contornos diferentes.

A conjuntura económica tem sido desfavorável e por isso mesmo o desemprego tem estado em alta. O desemprego é a principal causa de pobreza, pois sem emprego não há salário e, assim sendo, não é possível o pagamento da renda de casa e a satisfação de todo o tipo de necessidades básicas, e isto tem vindo a se repercutir no acréscimo de população que tem recorrido a instituições de solidariedade como o Banco Alimentar. O desemprego é uma das situações que mais tem contribuído para a proliferação da exclusão social no país em geral e na Região Autónoma dos Açores em particular.

O conceito de “Exclusão Social” sugere-nos que uma pessoa, ou até mesmo um grupo de pessoas, se isola da sociedade e se marginaliza, pois possui algo que é desvalorizado e/ ou repudiado. Existem vários tipos de exclusão

social; todavia, as mais visíveis nos Açores são a de tipo económico, social e a relacionada com comportamentos destrutivos e auto-destrutivos.

A exclusão de natureza económica encontra-se directamente relacionada com a pobreza, pois é entendida como uma situação de privação múltipla por falta de recursos. Esta forma de exclusão é normalmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, e emprego precário. No seu extremo, esta forma de exclusão social pode conduzir à situação de “sem-abrigo”, que é, sem sombra de dúvida, o tipo de pobreza e exclusão máximas.

A exclusão de tipo social é onde se encontram subscritos os homossexuais, pessoas com necessidades especiais, imigrantes, repatriados e ex-reclusos. A homossexualidade conduz à exclusão, pois muitas vezes as pessoas que optam por uma orientação sexual divergente são vítimas de marginalização por parte da sociedade que os considera pessoas atípicas. Por outro lado, as pessoas portadoras de deficiência física, e até mesmo mental, também são postas de parte no que concerne a procura de emprego, e a participação na vida social e civil. Por fim, temos os imigrantes, repatriados e ex-reclusos, que também são olhados de parte pela sociedade, sendo muitas vezes degredados e obrigados a se enquadrar em situações laborais com baixas condições de segurança, horários de trabalho muito prolongados e salários seriamente reduzidos.

Uma outra abordagem de exclusão social é aquela levada a cabo por comportamento destrutivos e auto-destrutivos. Trata-se essencialmente de questões relacionadas com a toxicoddependência e alcoolismo. A toxicoddependência é uma questão relativamente recente, ao contrário do alcoolismo, que já é uma situação de longa data. A questão do alcoolismo está de tal forma vincada que nos nossos dias se considera normal o pai sair do emprego, ir para os cafés e tascas e chegar a casa embriagado. Entende-se como um comportamento aceitável e tolerado pela sociedade em geral, mesmo que acarrete graves consequências no bem-estar individual e familiar.

Por outro lado, o tema da toxicoddependência é relativamente recente e é uma das teses das quais mais deriva a exclusão social, pois os toxicoddependentes são vistos como pessoas marginais e por isso mesmo são muitas das vezes abandonados pelos seus entes mais próximos, tais como família e amigos e colocados de parte pela sociedade em geral. Esta situação já se começa a evidenciar a nível regional e principalmente no meio citadino, tanto profissional como socialmente.

Todavia, há que proferir que o governo regional não tem ficado indiferente face a este tipo de problemas, pois já existem diversos organismos e projectos que trabalham com vista a alcançar a igualdade e integridade de todos os cidadãos. Um dos programas que opera neste âmbito é o PROSA (Programa Social de Ocupação de Adultos), que tem como principais

objectivos melhorar a empregabilidade dos desempregados ocupados, promover a aproximação entre potenciais empregadores e os desempregados com menor empregabilidade, e criar mecanismos de inserção e reinserção social em sinergia com projectos de luta contra a pobreza e intervenções semelhantes. Outra iniciativa levada cabo pelo governo regional e que merece, sem sombra de dúvida, um grande louvor é o programa FIOS (Formar Inserir e Ocupar Socialmente), que tem em vista beneficiar desempregados de longa duração, pessoas em situação de exclusão social e alcoólicos, toxicodependentes em recuperação, repatriados e ex-reclusos através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma profissão de forma a aumentar as condições de empregabilidade e facilitar a sua inserção sócio-profissional.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva, representante da Escola Secundária Manuel de Arriaga.

**Deputada Graça Silva (Faial):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

2010 foi declarado Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social. Passada uma década depois do início do século XXI, é, no mínimo, triste que continue a ser necessária a criação de anos internacionais de temas tão importantes como este, para que os povos estejam atentos à miséria que ainda persiste nas nossas sociedades. É verdade que muito se tem feito quanto a isso. São muitas as organizações nacionais e internacionais que trabalham no sentido de minimizar os efeitos da pobreza e da exclusão social e foram muitas as reuniões celebradas no sentido de propor estratégias de combate à pobreza e à exclusão social. Contudo, grande parte destas estratégias ficaram no papel e, por conseguinte, pouca coisa tem mudado.

Então, o que propor para diminuir a pobreza e a exclusão social? As nossas propostas, não constituindo nenhuma novidade, vão no sentido de criar oportunidades reais e práticas àqueles que mais sofrem com esta situação. Cientes de que um mundo sem riqueza e pobreza não passa de uma utopia, é, no entanto, urgente diminuir os números da pobreza - na União Europeia cerca de 78 milhões de pessoas vivem no limiar da pobreza, o que corresponde a 16% da população. É urgente reconhecer os direitos daqueles que vivem excluídos e à margem da sociedade, pois tratam-se de pessoas e é como pessoas que devem ser tratadas, com o respeito e a dignidade que qualquer ser humano merece.



A pobreza e a exclusão social são um problema de todos nós. Dizer que é uma responsabilidade do Estado é nada mais do que assumir esse problema. O Estado somos nós. Com todos os deveres e direitos que isso implica.

Para a resolução de um problema, seja ele qual for, é necessário analisar e identificar a sua fonte. Assim, recorreremos a uma análise destes dois problemas, a pobreza e a exclusão social, intimamente relacionados, e chegámos à conclusão que a maior causa da exclusão social é a própria pobreza, que resulta, de outras causas como a toxicodependência, o desemprego entre outros.

Temos consciência de que nunca poderemos erradicar totalmente estes factores da sociedade, no entanto, consideramos que é urgente tomar medidas que suavizem essas situações.

Desta forma, consideramos importante a elaboração de um programa de reabilitação e reinserção na sociedade e mercado de trabalho de toxicodependentes; este programa envolveria a criação de uma instituição (ou a inserção noutra já existente como a Santa Casa da Misericórdia, por exemplo) que teria como objectivo a reabilitação de toxicodependentes e ao mesmo tempo a sua inserção gradual no mercado de trabalho. Esta inserção desenvolver-se-ia em três partes: a primeira, a meio da reabilitação, que implicaria o contacto com alguns trabalhos que contribuíssem para o funcionamento da própria instituição. A segunda parte surgiria já no fim da reabilitação e nessa fase o indivíduo trabalharia acompanhado e em *part-time*, num local fora da instituição. A última parte verificar-se-ia após a reabilitação, inserindo-se o indivíduo no mercado de trabalho, e fazendo-se ainda um último acompanhamento.

Esta medida não é apenas mais uma reinserção de toxicodependentes na sociedade, mas sim uma reinserção gradual e acompanhada, que permitiria uma abolição, também gradual, das barreiras que são criadas pela exclusão social. Para além disso, este tipo de programa criaria emprego, tanto para cargos para os quais seriam exigidos níveis de qualificação altos como para outras tarefas para as quais essa exigência não se verificaria. Ao criarmos emprego, estaríamos a combater a pobreza. Este tipo de instituição ainda poderia fazer parte de programas de voluntariado ou ocupação de tempos livres de jovens, o que minimizaria, ainda mais, a exclusão social.

Considerando que a criação de emprego é uma das melhores formas de agir neste campo, propomos que se diminuam os obstáculos relacionados com a localização dos postos de trabalho. Assim, propomos a criação de um passe para utilização dos transportes públicos para trabalhadores. Tal como o nome indica, consistiria na criação de um passe que permitiria aos trabalhadores viajar entre ilhas próximas ou na mesma ilha (entre a sua residência e o emprego) de forma mais acessível ou até mesmo sem custos. Esta medida promoveria a facilidade da deslocação dos trabalhadores e

consequentemente uma maior facilidade em aceitar empregos que de outra forma não seriam aceites devido aos custos do transporte.

Em suma, estes são apenas alguns contributos para um tema que é, sem dúvida, um desafio a toda a sociedade e a sociedade somos nós. Por isso é fundamental a reflexão sobre as causas desta situação que se agrava constantemente. Relembramos que só uma sociedade activa e participativa poderá criar condições para minimizar a pobreza e a exclusão social. É essencial agir!

Obrigada.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Miriam Ponte, representante da Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo.

**Deputada Miriam Ponte** (*S. Miguel*): Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional, Dra. Cláudia Cardoso; Exma. Senhora Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Dra. Isabel Berbereia, Caros Deputados ao XI Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas, Meus Senhores e Minhas Senhoras:

A pobreza e a exclusão social, dois fenómenos que se interligam e que envolvem milhões de pessoas, umas porque os sofrem em nome próprio e outras porque se envolvem na tentativa de encontrar soluções que, de modo eficaz, resolvam os problemas.

“A Pobreza e a Exclusão Social – uma análise na RAA”. Este foi o tema que nos propuseram tratar nesta XI sessão do Plenário Jovem e foi com agrado que a recebemos, tendo em conta que a União Europeia dedicou o ano de 2010 à luta contra esse flagelo, lembrando que “ a pobreza é um problema de todos”. Aliás, já em Setembro de 2000 foi assinada em Nova Iorque a *Declaração do Milénio* que propunha O DESENVOLVIMENTO E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA. Podia ler-se: “Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos actualmente mais de 1000 milhões de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência...”. A pobreza e a exclusão social - um fenómeno de passado e do presente.

Antes de dirigir o tema aos Açores é necessário rever a definição de pobreza porque muitas vezes, quando pensamos neste fenómeno, a primeira associação que fazemos é a falta de dinheiro e esta é, claramente, uma definição incompleta.

A pobreza é um fenómeno mundial que afecta todos os países, inclusive os 20 países mais industrializados do mundo, nos quais 10% da população vive no limiar da pobreza.

Até há bem pouco tempo, ser pobre significava não dispor de meios económicos para a alimentação e habitação adequadas. No entanto, esta definição tem vindo a ser actualizada. Agora diz-se que a pobreza tem também a ver com a ausência de oportunidades e escolhas consideradas essenciais para uma existência longa, saudável, digna e com o respeito dos outros.

É necessário, ainda, esclarecer os conceitos de *pobreza material* e *pobreza espiritual*. A pobreza material significa falta de recursos económicos, de bens essenciais para a satisfação de necessidades básicas. A pobreza espiritual, por seu lado, tem a ver com a postura de cada indivíduo perante a vida e, neste caso, com o não saber gerir os bens, pois as suas opções, normalmente, partem do acessório para o essencial, sendo critério de prioridade aquilo que alimenta as aparências. E é sabido que este tipo de pobreza leva, invariavelmente, à pobreza material.

Os Açores não fogem à regra. Aqui a realidade da pobreza é cada vez mais preocupante. Aliás, foi divulgado, há bem pouco tempo, nos órgãos de comunicação social, que os Açores são, neste momento, a região mais pobre do país. E, mesmo assim, vivemos, actualmente, numa sociedade materialista, consumista, em que a preocupação é ter mais do que o vizinho. Olha-se mesmo com outros olhos aqueles que não vestem roupa de marca ou não têm um telemóvel de última geração.

Na verdade, a pobreza e a exclusão social foram sempre uma sombra da sociedade. Na nossa região, onde as mentes nem sempre são muito abertas, onde muitos assuntos do quotidiano ainda são vistos como tabu, para muitas pessoas ser pobre é, muitas vezes, sinónimo de ser “alguém que não vale nada”, que não tem um bom emprego ou uma família unida, iniciando-se um processo de exclusão social onde não só os implicados se sentem excluídos como também se auto excluem. Passam então a verificar-se novas “classes sociais” que se definem pela roupa que vestem, pela casa, pelo emprego, pelos amigos... Logo, a pobreza e a exclusão social não só afectam o bem-estar das pessoas e a possibilidade de participarem na vida em sociedade como também prejudicam o desenvolvimento económico do país, neste caso da região.

Nas sociedades ocidentais modernas, a pobreza e a exclusão reforçam-se mutuamente e nos Açores não é excepção. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza, mas também está fortemente ligada ao aparecimento das classes “perigosas” ou classes “marginais”.

Todos somos humanos e não devemos ser excluídos, mas não é aceitável favorecer hábitos que põem em causa o equilíbrio social. Pode é ser dada uma segunda oportunidade de recomeçarem, de ganharem uma nova

atitude perante a sociedade. Actualmente, já existem locais onde estes indivíduos podem mudar, viver em prol de uma sociedade melhor, com mais respeito. Um desses locais é a Associação Norte Crescente, com sede nas Capelas, em S.Miguel. Este apoio é feito através de actividades desportivas e lúdicas, na sua maioria actividades colectivas, para que haja uma troca de experiências em que todos entendam que têm problemas e que conseguem resolvê-los, sendo apenas necessário o empenho de cada um na vida do grupo.

Muitos são os trabalhadores com baixos salários que desempenham actividades pouco qualificadas, algumas de risco; alguns são mulheres sozinhas, com filhos menores, sem acesso ao mercado geral de trabalho.

A pobreza nos Açores afecta, na grande maioria, pessoas que trabalham e que recebem uma remuneração muito baixa, porque os desempregados, por vezes, através do RSI e outras ajudas vivem melhor do que os que trabalham. Estes trabalhadores são normalmente pessoas com uma qualificação bastante baixa o que dificulta qualquer tentativa de ter um emprego melhor.

Lutar contra a pobreza e a exclusão social não pode reduzir-se à atribuição mensal de um rendimento social de inserção. É necessário reconhecer o valor de cada indivíduo, reconhecer os seus direitos e respeitar a sua dignidade enquanto ser humano e ser participante da sociedade. É necessário investir nas pessoas, formá-las, fazê-las crescer, por forma a poderem melhorar a sua auto-estima, acreditando nas suas capacidades de trabalho em vez de ficarem numa atitude passiva de espera mensal do subsídio.

Face à situação económica actual, está cada vez mais difícil encontrar emprego, mesmo que este não requeira grande formação profissional como, por exemplo, trabalhar no sector da construção civil em funções de operário, e isto porquê? No sector da construção civil o número de construções tem vindo a diminuir tanto que já não abrem novas vagas para, assim, poderem conter as despesas dos recursos humanos. Então, é necessário investir mais nas pessoas, criar operários especializados, em cursos preferencialmente gratuitos, para que os mais desfavorecidos possam ter acesso a essa formação de modo a não serem logo postos de parte, quando vão a uma entrevista, por não terem formação na área "x". Embora existam muitas pessoas que se desinteressam por ter qualquer profissão, há quem se preocupe em trabalhar e em se sustentar honestamente, contribuindo, de forma clara, para o crescimento da sociedade.

Tendo em conta a conjuntura actual, uma conjuntura de crise económica, em que os pobres ficam mais pobres e outros dificilmente se sustentam, podemos afirmar que a pobreza não é apenas um fenómeno regional ou nacional, é um fenómeno em crescimento numa escala global.

Não é possível acabar com as desigualdades, pois nem todas as pessoas têm as mesmas capacidades intelectuais ou físicas, ou seja, as pessoas não podem ter as mesmas riquezas, mas a oportunidade de trabalho e educação tem que ser as mesmas. O governo açoriano deve lutar para erradicar a fome e a miséria, mas perderá tempo se não fomentar hábitos de trabalho e responsabilizar as pessoas pela manutenção do seu subsídio mensal. É necessário criar condições para que cada um **ganhe**, efectivamente, um rendimento.

Propomos um olhar atento e cuidadoso às nossas ilhas, de modo a sabermos distinguir quem realmente precisa de ser ajudado.

Combater a pobreza e a exclusão social deve ser uma prioridade. Se há pobres por falta de trabalho, criem-se postos de trabalho; se há excluídos por falta de formação, criem-se condições para que se realizem as aprendizagens necessárias; criem-se oportunidades para que as pessoas se sintam úteis e capazes de contribuir para o progresso da sua região, libertando-se do marasmo em que muitas vezes já se habituaram a viver. O mais importante é que as pessoas não se acomodem quando têm problemas. O país e a sociedade já têm muitos problemas e apesar da sua solução não depender em 100% da vontade de cada um, o que interessa é não ficar indiferente e lutar para que um dia a Região seja uma Região melhor, num país melhor e um país melhor.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigado Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Lacerda, representante da Escola Básica e Secundária da Madalena.

**Deputada Marlene Lacerda (Pico):** Exmo. Presidente do Plenário, Exmos. Membros da Mesa, Exmos. Deputados, Exmos. Convidados:

Começo por dizer que para a elaboração deste trabalho contámos com o apoio dos Serviços Sociais da Ilha, com a ajuda da Presidente da Caritas que desempenha também funções de Assistente Social e tivemos o prazer de assistir a uma palestra, dirigida pela Prof. Maria Isabel Varanda, intitulada “Nova Gramática de Intervenção Social”.

Actualmente, na ilha do Pico, ao nível do rendimento social de inserção estão a decorrer, neste momento, 194 processos. Ou seja, 194 famílias necessitam deste apoio, o que corresponde a cerca de 5 a 6% da população da Ilha. Além deste existem os apoios complementares da Segurança Social e o apoio prestado por diversas organizações não governamentais, com destaque para a Cáritas, que apoia na ilha 91 agregados familiares, com média de idades de 31 anos. Esta organização distribuiu no ano anterior cerca de quatro toneladas de alimentos, 12.000 peças de roupa e prestou 65 apoios a tratamentos, no âmbito da saúde.

O combate à pobreza e à exclusão social é um princípio das sociedades democráticas, nas palavras de João Rosas, passo a citar “cooperação entre indivíduos livres e iguais requer a distribuição equitativa dos inevitáveis benefícios e encargos resultantes da vida em sociedade”

A redistribuição de benefícios não deve pôr em causa o processo da diferenciação social positiva, a procura de melhores condições de vida e conforto, desde que ninguém fique pior por essa diferenciação positiva.

Uma família sob exclusão social, atingida pela miséria, fica seriamente afectada na igualdade de oportunidades em geral e, em particular, na igualdade de sucesso no sistema de ensino, princípio básico para o sucesso das novas gerações e forma de quebrar ciclos de pobreza que se repetem por várias gerações.

O combate à pobreza é essencialmente um processo cujo sucesso se mede pela menor e mais curta necessidade de apoio social a prestar a cada agregado. Quanto mais continuado for o apoio a prestar menor se poderá considerar o seu sucesso.

Não consideramos que seja necessária a criação de novas instituições ou estruturas de combate à pobreza e à exclusão social, mas sim aperfeiçoar e potenciar as já existentes, segundo 3 princípios básicos:

**Melhorar a eficácia:**

- a) Desenvolvimento de melhores processos de coordenação e de funcionamento em equipa. A complexidade dos problemas sociais implica a estruturação de equipas alargadas, coesas, empenhadas e motivadas, multidisciplinares e multiculturais. Todos os diferentes níveis de apoio social são importantes, mas todos devem cooperar, e informar e informar-se, em recato confidencial e no respeito pela dignidade da pessoa, sobre quem e o que está a ser feito por cada um;
- b) Dotar os Centros de apoio social e os cuidadores sociais de meios legais que lhes possibilitem controlar a utilização de bens monetários cedidos com fins objectivos pré definidos. Sem colidir com a liberdade de cada um, verbas do estado atribuídas para a aquisição de um determinado bem não podem ser utilizadas noutro bem não previsto ou diferente;
- c) Seguindo a velha máxima, *não dê peixe, mas ensina a pescar*, atirar com bens, dinheiro e com RSI não é garantia, por si só, de resolução da pobreza e da exclusão social. Na óptica de quem recebe, devem ser estudadas actividades e obrigações sociais de contribuição para o bem comum. Ser pobre não é ser inválido, nem excluído. Os programas de emprego e de serviço público, os programas de ocupação social e animação, a prestação de apoio a idosos, a jovens, a serviços colectivos em geral, são fundamentais para criar no excluído o sentimento de pertença e de integração na sociedade, afastando-os da conotação parasitária.

### **Aprofundar o humanismo**

- a) Muitos falam dos pobres, mas poucos falam com os pobres. O cuidador deve ter o máximo respeito pela situação de quem sofre dificuldades, de quem está em sofrimento e vê o futuro a andar para trás. Junto com o pão deve ser devolvida a esperança num futuro melhor;
- b) Os serviços sociais e as organizações não governamentais devem tomar uma acção pró-activa na ajuda aos mais desfavorecidos, desenvolvendo uma cultura do cuidar, respeitando a dignidade inviolável daqueles que estão em sofrimento, em particular daqueles que vivem em solidão, a “pobreza mais profunda”.
- c) A pobreza e a exclusão social associam-se a fenómenos de baixa auto-estima e de reduzidas expectativas de vida. A componente cultural da pobreza deverá assumir um papel fulcral, mais do que a mera auto-satisfação filantrópica de quem fica feliz por dar. Aos cuidadores sociais devem ser fornecidas formações adequadas que lhes permitam, pelas mudanças culturais ajudar, os que sofrem a pobreza e a exclusão social.

### **Cuidar com firmeza e rigor**

- a) Na nossa ilha também existem casos que todos conhecem e de que todos falam. São os pobres profissionais. Para com estes a lei do apoio social deve ser firme e inteligente, acordando responsabilidades de parte a parte, claras e realizáveis, em que os filhos menores não sejam um argumento, ou até uma chantagem, perante os serviços sociais, com vista à obtenção de benefícios. Pelo contrário, receber apoio da sociedade, dos serviços sociais, deve significar uma contrapartida efectiva na obrigação de que os filhos não faltam à escola e de que se esforçam ao máximo para obter sucesso educativo, contribuindo efectivamente na preparação de novas gerações mais pró-activas e solidárias e ricas, tendo a escola um papel muito importante nesse desenvolvimento de cada criança, de cada jovem, de cada adolescente, ajudando-os a integrarem-se na sociedade e não criando turmas que acabam por excluir aqueles alunos que não querem tanto saber da escola e sentem vontade de desistir porque a própria escola os exclui dos outros colegas.

É preciso ajudar os pobres! É preciso falar com os pobres!

A pobreza é um tema actual, é um tema que precisa ser mais debatido e tentar resolvê-lo.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Simão, representante da Escola Secundária da Ribeira Grande.

**Deputada Cristina Simão** (S. Miguel): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

O fenómeno social – *pobreza* – é um fenómeno complexo e parece dever-se a vários factores. A pobreza leva naturalmente, se bem que não necessariamente, à exclusão social.

A pobreza é um fenómeno social e cultural. Pobreza poderá ser definida como o estado de carência material, ou seja de bens e serviços indispensáveis ou pela falta de recursos económicos como rendimento ou riqueza. Mais ainda, podemos analisar a pobreza do ponto de vista cultural, ou seja, entendida como carência de informação e de educação.

Ambos os fenómenos estão presentes na sociedade açoriana e são uma das grandes preocupações constantes do governo que desenvolve políticas que tentam se não eliminar a pobreza pelo menos atenuá-la e por consequência diminuir as situações de exclusão social originada pelos baixos rendimentos.

Acresce que a pobreza está intimamente ligada a diversos factores, como acima foi referido, O desemprego, a carência de habitação, o endividamento das famílias, o crédito mal parado, etc. são prenúncio de pobreza. Mas o desemprego é dos mais importantes.

Nesta perspectiva, uma das causas da pobreza nos Açores será sem dúvida o desemprego (cerca de 7% no 1º trimestre de 2010), este causado, muitas vezes, pela falta de aspirações e de formação, condicionada pela carência de recursos financeiros.

Efectivamente a taxa de alfabetismo dos Açores é inferior à de Portugal Continental, o que se poderá explicar pela falta de oportunidades que as ilhas oferecem ao nível de educação superior. Os alunos açorianos acabam por ficar prejudicados pela pouca oferta nas áreas da formação superior. Muitos ficam apenas com o 9º ou o 12º ano, o que nos tempos que correm, torna difícil alcançar um emprego que permita um rendimento estável para poder sustentar condignamente uma família.

Porém, há quem defenda que, nos Açores a pobreza está associada à falta de dinheiro e não tanto à exclusão social. A conclusão parte do sociólogo Prof. Doutor Fernando Diogo, académico da Universidade dos Açores e autor do livro *Pobreza, trabalho e identidade* (2007).

A pobreza registada entre nós, em boa verdade, não está tanto associada à ausência de emprego. Está sim muito associada aos baixos rendimentos no trabalho, sublinha.

Segundo este autor, só através de políticas de promoção da Educação, do Emprego e do Crescimento Económico será possível inverter os números actuais da pobreza no arquipélago.



Numa perspectiva cultural a pobreza é entendida como um conjunto das formas de agir e de pensar das pessoas em estado de pobreza que têm sofrido carências e rupturas no seu quotidiano e no desenvolvimento de valores, comportamentos e representações sociais por parte destas pessoas, como um modo de se adaptarem à sua situação. Esta vivência reflecte-se também no emprego: existência de famílias numerosas cujo sustento é assegurado principalmente pelo homem, muitas vezes, o único que trabalha. A mulher fica em casa a tratar dos filhos traduzindo-se esta situação numa grande carência de rendimentos que afectam o percurso de formação dos membros da família. E quando este “mono-emprego” se torna precário ou se extingue, toda a família é mergulhada numa situação de pobreza extrema, muitas vezes difícil de inverter.

Importa, então, definir o que se entende por pobreza. A nível global, o Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de 1 dólar por dia e pobreza moderada como viver com 1 a 2 dólares por dia. Estima-se que 1 bilião e 100 milhões de pessoas a nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar por dia e que 2 biliões e 700 milhões tenham um nível inferior a 2 dólares. A percentagem da população dos países em desenvolvimento a viver na pobreza extrema diminuiu de 28 para 21 por cento entre 1990 e 2001. Nos Açores, segundo dados de 2005, esta percentagem situar-se-á igualmente em 21%. As conclusões não são difíceis de tirar.

Nas sociedades ocidentais modernas, a pobreza e a exclusão social reforçam-se mutuamente, sendo que o termo exclusão social é muitas vezes utilizado para designar a pobreza.

O conceito *exclusão social* surgiu na década de 70 para demarcar determinados grupos sociais que se encontravam à margem do bem-estar, comum à maioria da população das sociedades ditas “desenvolvidas”.

A exclusão social baseia-se no corte entre solidariedade, laços sociais e cidadania – fomentadores da coesão social – comuns a uma sociedade. Pode ser entendida também como a falta de acesso a oportunidades oferecidas pela sociedade.

Assim, podemos constatar que a existência de rendimentos baixos tornam difícil adquirir bens e serviços necessários à população e dificulta a sensibilização e implantação de novos hábitos e necessidades culturais. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes.

De um modo geral, as categorias sociais mais vulneráveis à exclusão social no nosso país são: desempregados; famílias monoparentais; deficientes, inválidos, doentes crónicos; pensionistas; minorias étnicas; toxicodependentes e alcoólicos; sem-abrigo; camponeses de regiões deprimidas.

Assim nos Açores podemos encarar a exclusão social como consequência e provocada essencialmente por problemas sociais como o alcoolismo, baixos rendimentos, violência doméstica.

Num ano mundial dedicado ao combate à pobreza e à exclusão social é de realçar as inúmeras acções desenvolvidas pelas instituições no sentido de tentar encontrar alternativas, novos rumos para a solução destes fenómenos tão complexos cuja tendência tem vindo a aumentar. Só na região Açores o número de famílias que recorriam ao Rendimento Social de Inserção no final de 2009 era cerca de 20 000, substancialmente mais do que as cerca de 17 000 referenciadas em 2008.

Segundo dados do Diário dos Açores, na nossa região, 8.2% da população é beneficiária do RSI, enquanto que no resto do país esse valor anda sempre à volta de 2% ou 3%.

Neste sentido, a presidente da Cáritas dos Açores, Anabela Borba, aponta a inexistência de uma política de desenvolvimento, a baixa escolarização e falta de competências como principais causas que contribuem para as situações de pobreza no arquipélago.

“Depois da revolução vieram as infra-estruturas, que faziam efectivamente falta aos Açores, mas depois disso ainda não houve o investimento suficiente na qualificação que é necessária para haver progresso”, acrescentando que “temos um modelo económico que não é suportável em muitas situações, o desemprego, o endividamento, as rendas de casa, as dependências e os divórcios, como factores que se cruzam e geram situações de pobreza e exclusão”, frisou.

Daí que se sugerem soluções no âmbito de uma educação sustentada – desde a mais tenra idade – encaminhada mais para uma vertente cultural do que para uma solução somente “subsidiada”, agravada pelo facto de não exigir ou pouco exigir aos subsidiários e de pecar por uma falta de políticas eficazes na gestão, acompanhamento e fiscalização.

A cultura nos Açores sofre de carências de vários níveis: uma educação desde a infância virada para o cultivo de hábitos culturais como o contacto e o acesso frequente a museus, a espectáculos de teatro, de música; a escassez de infra-estruturas nesta área; custos das actividades culturais considerados elevados...

No entanto, a educação e a formação através de uma revista, de um jornal, da frequência a um museu ou a um espectáculo contribui para o desenvolvimento pessoal e social podendo despertar o interesse para áreas de formação consideradas escassas ou necessárias à região abrindo assim horizontes e contribuindo para a diminuição da pobreza e da exclusão.

Em suma, entendemos que as soluções para estas problemáticas sociais graves passam pelo desenvolvimento de um processo educacional paralelo ou incluído na escola tradicional, que inclua actividades culturais relevantes.

Por outro lado, é incontornável uma visão a médio e longo prazo do que se espera que seja o mercado de trabalho daqui por cinco ou dez anos, para que se possam começar hoje a formar os trabalhadores especializados de amanhã, que serão mais capazes, mais qualificados e mais produtivos, podendo aspirar a ganhar mais dinheiro e ter melhores condições de vida. Outra eventual solução ao nível da exclusão social seria o abandono da política dos bairros sociais em prol da dispersão pela comunidade em geral das famílias de estratos socioeconómicos mais carenciados, de forma a proporcionar a estas o conhecimento e o acesso a modelos culturais diferentes.

**Presidente:** Agradecia que terminasse Sra. Deputada.

**A Oradora:** Parece-nos evidente que a exclusão social se combate lutando contra a pobreza e que esta batalha se vai travar na escola, promovendo experiências de aprendizagem positivas e enriquecedoras, promovendo o contacto com a cultura e – igualmente – inserindo as pessoas oriundas de contextos mais desfavorecidos em zonas mais pacatas, evitando a proliferação de bairros sociais.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Miriam Ponte.

\* **Deputada Miriam Ponte** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Cara colega Deputada, concordo plenamente consigo em promover a cidadania e a educação, mas diz que promovendo a educação conseguimos que todos tenham um emprego?

Acha que na realidade é mesmo assim?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Simão.

\* **Deputada Cristina Simão** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Poderá não ser. Todos nós sabemos que há pessoas especializadas que não conseguem um emprego.

Mas se pensarmos assim, não chegaremos a lado nenhum.

Há que trabalhar porque se houver instrução, se forem especializados, terão mais hipóteses de conseguir este emprego.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Mirian Ponte.

\* **Deputada Miriam Ponte** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Mas acha que só com a formação conseguirá promover a educação? Apenas com a formação?

*(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)*

**Presidente:** Sra. Deputada peço desculpa, mas solicite à Mesa a palavra e não entre em diálogo directo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Simão

**\*Deputada Cristina Simão (S. Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Peço imensa desculpa Sra. Presidente.

Há famílias, há pessoas, que falta de vontade, que por falta de aspirações, não frequentam o ensino.

Nas nossas medidas propomos a criação de infra-estruturas, para que todas as pessoas consigam adquirir uma cultura mais vasta, ou seja, quantas mais infra-estruturas ligadas à música, ao teatro, às artes, existirem, fará com que o preço de frequência a estas infra-estruturas seja menor.

Assim a sociedade passa a ser mais instruída, a ter mais cultura, e as pessoas podem conseguir mais facilmente um emprego.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Miriam Ponte.

**\* Deputada Miriam Ponte (S. Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Cultura mais vasta! Acha que é na escola que se cria essa cultura? Não serão as famílias que têm o dever de ensinar a cultura? Não acha que é através da sociedade que se adquire essa cultura? Acha que é na escola que se consegue ganhar uma cultura?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Simão

**\* Deputada Cristina Simão (S. Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A criação de infra-estruturas não significa necessariamente uma escola. Significa um museu, um teatro, etc., onde as pessoas possam ir mais facilmente adquirir cultura.

É certo, não lhe tirando a razão, que a cultura muitas vezes vem de casa. Nisso não há a menor dúvida.

Infelizmente, nem todos os pais estão preparados para ensinar, para dar esta cultura aos nossos jovens.

Por isso, temos de estar preparados para satisfazer ao máximo as necessidades culturais de todos os jovens.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Miriam Ponte.

**\* Deputada Miriam Ponte (S. Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A Sra. Deputada falou em educação. A educação é escola. Agora está a dizer-me que cultura não requer só escola.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Simão

**\* Deputada Cristina Simão (S. Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Há bocadinho disse que a educação também tinha que vir de casa. Da mesma forma que a educação vem de casa, vem da escola e vem dessa

criação de infra-estruturas, ligadas à música, ao teatro, que é uma forma lúdica de aprendermos valores e os jovens adquirem mais facilmente certos conhecimentos, do que propriamente na leitura de um manual.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

É uma triste ideia uma pessoa já com 18 anos, no 12.º ano de escolaridade, afirmar que a educação só vem da escola.

A educação é tudo: é sociedade, é escola e principalmente vem do berço, da família.

Isso tem que se ter em atenção e antes de falar deve-se pensar seriamente.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

\* **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Acho que a discussão começou porque a Sra. Deputada Miriam Ponte disse, no projecto da escola da Ribeira Grande, que achava que era com educação e com formação que se conseguia um lugar no mercado de trabalho.

Temos que ver as coisas. Hoje em dia vejo muitos anúncios no jornal que pedem, por exemplo, carta de condução. Quem é que com a 2.ª ou a 3.ª classe, actualmente, tira carta de condução? Ninguém!

O que é que acontece? Essas pessoas ficam, à partida, barricadas de exercer esses trabalhos.

Existe ainda outra coisa relativamente à educação que vem de casa e da escola. A sociologia defende que existem vários processos de socialização e consequente educação, estando a socialização primária no âmbito da família e a secundária, no âmbito da escola.

Assim sendo penso que não se deve dizer que a educação ou vem de casa, ou vem da escola. Estão ambas interligadas.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cátia Amaral, representante da Escola Secundária de Lagoa.

**Deputada Cátia Amaral** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Num mundo em que se fala de igualdade, a situação da sociedade encontra-se cada vez mais díspar. A pobreza, cada vez mais acentuada, leva a uma crescente exclusão social, e para mudar este facto há que agir, de forma a evitar a precariedade pela qual nenhum ser humano deveria passar.

Por pobreza, entende-se ser uma carência material de bens primários, como alimentos, vestuário e habitação. No entanto, por pobreza também se pode entender uma baixa sapiência, conduzindo a uma má gestão dos recursos disponíveis e a situações de limiar da pobreza, que tantas vezes assistimos.

No entanto, isto não é linear, sendo que a definição de pobreza varia consoante o nível de desenvolvimento de uma sociedade. Por exemplo, no caso da União Europeia, é considerada pobre ou a viver no limiar da pobreza a percentagem da população que vive com menos de 60% do salário mínimo nacional, enquanto que nos países em desenvolvimento, por pobreza assume-se indivíduos que vivam com menos de cinquenta cêntimos por dia.

No caso específico de Portugal, a taxa de pobreza verificada no ano de 2008 (último ano em que esta variável estatística foi analisada) era de 18%, sendo superior à média europeia. Para além disso, e o que se apresenta como mais preocupante é a comparação de valores que pode ser efectuada entre 2007 e 2008, em que os valores de risco de pobreza entre os mais jovens aumentaram de 21% para 23%, enquanto que, nas faixas etárias mais idosas verificou-se uma redução deste valor, de 26% para 21%.

E a questão detém-se neste ponto: porquê os mais jovens?

O tão “polémico” rendimento social de inserção é um dos factores mais relevantes para esta taxa elevada nos mais novos, uma vez que a camada jovem encontra-se terrivelmente mal preparada e suporta-se em subsídios temporários de auxílio para sobreviverem, sem atravessarem a dura etapa do trabalho.

Infelizmente, muitos dos jovens de hoje encontram no casamento e no nascimento de um ou dois filhos forma de aceder a estes tão aclamados subsídios, e esta tendência preocupante verifica-se cada vez mais na Região Autónoma dos Açores. Este é também, provavelmente, um dos factores que leva a que a taxa de gravidez na adolescência nos Açores seja o dobro da média nacional, visto que alguns estudos justificam que esta gravidez é aceite e formada num contexto de relação estável, o que nos mostra, portanto, que não foi um erro cometido pelo casal. Crescem também na Região casos de gravidez por impreparação dos indivíduos, devido ao facto de terem uma família desestruturada ou necessidade de adquirir independência face à mesma.

Estes subsídios atribuídos, uma vez que não resultam do esforço daqueles que o recebem, são mal aproveitados, deixando as necessidades primárias, como a higiene e a alimentação, relegadas para segundo plano, pois a maior parte destes jovens carece duma fraca capacidade de gestão.

Em oposição a esta camada jovem, as faixas etárias mais idosas são pobres por via das baixas pensões, resultado de carreiras contributivas curtas ou inexistentes e de baixas taxas de descontos, o que é reforçado pelas elevadas despesas de saúde, num contexto em que o acesso a cuidados satisfatórios de saúde está longe de ser igual para todos.

E é neste contexto que verificamos que os apoios e as ajudas para além de não serem equilibradas são mal aproveitadas.

À parte dos subsídios, temos também as habitações sociais que são atribuídas aos mais necessitados, que acabam por se tornar habitações degradadas por não serem cuidadas da forma que deviam.

Uma vez que estas habitações não são fruto do esforço dos indivíduos que as recebem, verifica-se uma dificuldade em preservar as ditas habitações, acabando estas, nalguns casos, ao fim de pouco tempo, por estarem danificadas em diversas divisões. No entanto, isto não pode ser generalizado, existindo indivíduos que preservam as habitações que lhes são entregues e as mantêm em condições prezáveis, ao invés da situação acima referida.

Com base neste facto, seria pertinente combater este tipo de ociosidade por parte de uns e compensar o esforço feito por parte de outros. Todavia, não podemos pensar que este é o único rumo a tomar, visto que, tal como já foi analisado, as situações de pobreza já não se limitam a jovens mal preparados, assumindo toda uma nova dimensão.

Com efeito, para além deste tipo de pobreza já explorado, temos as pessoas que, devido a problemas de saúde, ou à perda de um emprego, encontram na rua o único sitio onde podem ficar, passando a receber um rótulo depreciativo, e perdendo todo o seu crédito e hipóteses de reinserção no mercado de trabalho.

Desta forma, ajudar os mais necessitados, especialmente os sem abrigo, excluídos socialmente, é fulcral para o combate à pobreza e conseqüente exclusão social.

A pobreza, palavra que para muitos apenas desperta sentimentos de pena, leva a uma crescente exclusão social e a uma divisão da sociedade em estereótipos que nem é digna de um ser que se diz humano.

Porém, podemos reduzir todas estas situações se ajudarmos hoje, com o sentido de ajudarmos no futuro. Podemos alimentar a fome de alguém por dois dias, voltando ele a ter fome, ou podemos ensiná-los a obterem o seu próprio alimento, preparando da melhor forma a geração que actualmente procria para que a ociosidade não se espalhe para a próxima, num ciclo sem fim, viciando-os numa vida feita pelos subsídios.

É certamente impossível ajudar a todos, mas se estendermos a mão a três pessoas hoje, serão essas três pessoas que irão estender a mão a mais alguém num futuro próximo.

Devemos pensar longe e acabar com as medidas a curto prazo, porque é necessário, acima de tudo, agir.

Pedia a vossa atenção porque a escola Secundária da Lagoa vai reproduzir um filme.

Obrigada.

*(Foi reproduzido o filme alusivo ao tema “Pobreza e exclusão social”)*

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares, representante da Escola Secundária das Laranjeiras.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

*(Foram projectados slides referentes ao tema em debate)*

Não venho aqui mencionar medidas nem falar de dados em concreto. Venho aqui para vos mostrar uma realidade que está atormentando o mundo, há muitos anos.

Essa é uma realidade triste e é a pobreza e a exclusão social.

A nossa escola não está indiferente a este problema e é sem dúvida alguma, uma das maiores afrontas aos direitos humanos.

Essa realidade tem vindo de mãos dadas com a nossa história.

Em pleno séc. XXI encontramos algo em todo o que é sítio.

E porquê? Não era suposto termos a noção que somos todos iguais?

Já falámos dos sem abrigo, dos toxicodependentes mas também temos de falar do racismo, da xenofobia, de culturas, pois também fazem parte da exclusão social.

A própria personalidade de ser diferente dá direito à exclusão social.

Temos a ideia de que tudo é luxuoso, que um dia iremos ter uma vida boa, com roupas boas. Esse é o nosso dia-a-dia.

Mas as coisas são diferentes, há pobreza, há fome no mundo.

Não fazemos ideia o que é estar naquele papel. Mesmo em Portugal encontramos muito disso.

As classes pobres estão associadas à exclusão social. Vemos em todo o País, até aqui nos Açores bairros sociais, pessoas que são marginais.

Quando passamos por esses bairros pensamos: não vou passar por ali porque tenho medo, são pessoas más. Não quer dizer que são pessoas más, mas é a ideia que temos e por termos essa ideia muitas vezes elas tornam-se más, transformam-se naquilo que pensamos que elas são.

Cada vez mais as pessoas não são solidárias, não se ajudam umas às outras. É uma realidade muito triste mas está implementada na nossa sociedade de uma maneira extraordinária.

Quantos de vocês já passaram por pessoas a pedir esmola e não olham sequer? Estamos aqui a defender isso mas nós próprios fazemos isso. Qualquer pessoa faz isso, vira a cara a quem precisa de ajuda.



E nos nossos Açores, com as suas paisagens tão belas, tão magníficas que qualquer turista fica encantando.

É verdade, somos muito bonitos mas também temos problemas.

Aqui há uma imagem, em plena cidade de Ponta Delgada, de pessoas deitadas no chão, a pedir esmola, sem casa, sem nada.

Como podemos ver passa uma senhora ali, como se nada fosse.

Passou por aquela pessoa e nem deu a mão.

Isto é uma realidade e está ocorrendo em todo o arquipélago.

Pessoas como aquelas, em Ponta Delgada, há várias, cada vez a chegar mais e todas as ilhas vão passar por isso.

Uma forma de combater isso talvez seja a educação, mas a educação também tem os seus problemas.

Através da educação as classes sociais pobres, têm a ideia que podem ascender na sociedade, que podem vir a ser alguém melhor.

Mas há muita facilidade, em termos de educação escolar. Os alunos passam muito facilmente até ao 9º. ano e depois o emprego?

Eles não têm a noção daquilo que é o mercado de emprego. Chegam lá e pensam que têm alguma coisa ganha. Chegam ao 9º. ano e vão trabalhar, mas não é assim

Uma outra realidade é que o sector terciário tem vindo a aumentar.

Muito bem! Magnífico! E o sector primário e secundário? Esses têm vindo a diminuir de uma forma extraordinária.

O sector terciário não pode combater isso sozinho, por isso está aumentando o desemprego em todo o país.

Não podemos esquecer a família. A família é uma das coisas mais importantes. É lá que nós nascemos. É lá que aprendemos a amar. É lá que aprendemos a conviver com outras pessoas. Se não fosse a família não éramos os homens nem as mulheres que somos hoje.

Aqui, não nos podemos esquecer das pessoas idosas. Todos caminhamos para lá. Hoje somos jovens: pulamos, saltamos, estamos de perfeita saúde, temos o nosso trabalho. E amanhã? Amanhã podemos ser pessoas a necessitar de ajuda. Podemos ser alguém que não tem possibilidades e precisamos de ajuda da família. É nesse sentido que precisamos de ajuda. Não podemos virar as costas à família.

Como é que um familiar pode dar ajuda a uma pessoa idosa, se não tem tempo para estar em casa nem de ir às consultas médicas com ela? O que é que faz?

As pessoas idosas vão para asilos, chamadas as casas de ajuda, mas isso é uma exclusão dentro da família, uma exclusão familiar. Não é bom para o idoso, muito menos para família, pois há uma separação entre membros.

Obrigada pela vossa atenção.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A Sra. Deputada referiu que o sector terciário está cada vez a aumentar mais e o primário a diminuir.

Posso não ter compreendido a preocupação exacta, pois define-se que a importância do sector terciário sendo maior e menor a do primário e secundário, temos um estado mais desenvolvido do país.

Pedia que a Sra. Deputada me esclarecesse um pouco o problema dessa situação.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Temos 3 sectores.

De que é que vive mais os Açores? Não é da agricultura, da pecuária?

Não é o terciário.

Temos que dar importância a todos, não aumentar um e diminuir os outros.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Não é propriamente a questão de que é que vive. É a importância que os sectores acabam por ter para a economia do País.

O sector primário, o secundário e o terciário, cada um deles tem uma determinada importância. No entanto a economia do país não se baseia na quantidade de pessoas. Não estamos a medir a quantidade de pessoas que existem em cada sector mas sim a importância que realmente desenvolvem.

Mesmo em relação à quantidade de pessoas, podemos ver que tanto na agricultura como na indústria, cada vez se utilizam mais máquinas, o que diminui a mão-de-obra.

Temos uma importância a nível do sector secundário e primário, para subsistir, para produção, etc.

No entanto a nossa produção vai-se concentrar nos serviços, nas trocas do comércio e em tudo o resto que se vai desenvolver. É precisamente países desenvolvidos e a evolução que acaba por concentrar-se nesse sector terciário, por isso eu não percebo exactamente o problema de haver uma diminuição da importância, em relação a estes outros sectores.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Lacerda.

\* **Deputada Marlene Lacerda** (*Pico*): Exmo. Presidente do Plenário, Exmos. Membros da Mesa, Exmos. Deputados, Exmos. Convidados:

Eu acho que é importante referir aqui que para se desenvolver o sector terciário, para se fazer uma simples garrafa de água, é necessário ter matéria-prima e para ter essa matéria prima é necessário o sector primário. Por isso é necessário que haja gente a investir nesse sector para que os sectores secundário e terciário, tenham as matérias-primas necessárias para industrializar. Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Quando eu digo que aumentou o sector terciário e que se está a perder pessoas nos sectores primário e secundário, temos que ver que são dois sectores juntos.

O sector terciário aumentando é insuficiente para compensar o que estamos a perder nos outros dois sectores.

É essa a questão.

Obrigada.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista, representante da Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo.

**Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Excelentíssimo Senhor Presidente da mesa da Assembleia, excelentíssimos senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores:

A Assembleia Legislativa Regional desafiou-nos, estudantes do ensino secundário, a que nos reuníssemos para debater a Pobreza e a Exclusão Social, fenómenos actuais e omnipresentes num país de desenvolvimento intermédio como Portugal. É, por isso, de extrema relevância, tecer algumas considerações sobre o assunto, com vista à sua atenuação, afinal o propósito mais nobre que aqui nos congrega.

Iniciemos pela definição de alguns conceitos.

Nos países em desenvolvimento a pobreza assume a forma de fome, analfabetismo, epidemias, ausência de serviços de saúde e falta de acesso a água potável, entre outros aspectos.

Nos países desenvolvidos não são estas as formas da pobreza uma vez que ensino é obrigatório e universal, existem serviços de saúde pública, a água potável é canalizada e distribuída e as epidemias estão controladas.

A pobreza é o não acesso às necessidades básicas que permitem a sobrevivência digna da pessoa humana.

Uma vez que é difícil encontrar um padrão universal para o que é considerado uma “necessidade básica”, foram estabelecidos dois conceitos para definir pobreza: pobreza absoluta - aquela em que a sobrevivência

física está risco - e pobreza relativa - é pobre quem vive abaixo do nível de padrões condignos estabelecidos para a sociedade.

Estes conceitos são instrumentais porque nos permitem, por um lado, avaliar, quem se encontra no limiar da pobreza e, por outro, aferir o nível de desigualdades sociais.

Compartilhamos convosco alguns dados sobre a matéria que aqui nos trouxe.

Em Portugal e em muitos países da União Europeia, para medir a pobreza, utiliza-se o conceito de pobreza relativa.

São considerados pobres, as pessoas cujos rendimentos são inferiores a 60% da mediana do rendimento disponível no país, por adulto equivalente.

No nosso país, o risco de pobreza ronda os 18% e, à semelhança de muitos países desenvolvidos, a causa primordial é o desemprego, seguindo-se a precariedade do emprego e a má remuneração do mesmo.

Tendo por base um estudo realizado em 2007, salientamos que o montante dos 20% da população com maior rendimento é 6,5 vezes superior ao rendimento dos 20% da população com menor remuneração.

A mesma fonte mostra-nos que o risco de pobreza para a população em situação de desemprego é de 32%, afectando mais os homens (37%) do que as mulheres (28%).

Actualmente, a taxa de desemprego em Portugal é de 10,5 %, atingindo por volta de 700 mil portugueses. Este faz-se sentir sobretudo na Região Norte do país. Em contrapartida, é nos Açores que se verifica a menor taxa de desemprego do país, nomeadamente 7.1 %. Sendo que 81% dos desempregados açorianos, recebe subsídios sociais. A taxa de desemprego atinge sobretudo a ilha de S. Miguel, mais propriamente o sector da construção civil.

Para além dos desempregados, há que salientar outros grupos mais vulneráveis à pobreza. São os que possuem baixos níveis de instrução e qualificação, os que pertencem a minorias étnicas, os toxicodependentes, as crianças e os jovens em risco e os idosos com reformas baixas.

O índice de envelhecimento é bastante acentuado em Portugal Continental, devido à diminuição das taxas de natalidade, o que faz com que a pobreza tende a aumentar, visto os encargos com as reformas. Nos Açores, contudo, verificam-se as mais altas taxas de natalidade do país.

Sublinho, caros colegas deputados, que o nosso País é, de entre os 27 países da União Europeia, é um dos nove mais pobres, existindo 1,9 milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, isto é, na fronteira entre a possibilidade e a impossibilidade de terem uma forma de vida condigna. Concretizemos: anualmente, estes 1,9 milhões de pessoas auferem 4 386 euros, o que equivale, em média, a 365,5 €por mês.

Em termos concretos, a pobreza, qualquer que seja a aceção considerada, é um problema que se coloca aos Açores, com fortíssima incidência na ilha de S. Miguel, seguindo-lhe a ilha Terceira.

Destacamos ainda, que um aspecto bastante comum a todo o país, é a concessão do subsídio de inserção social, com grande incidência na nossa região e concelho. Segundo dados estatísticos, recolhidos junto da Instituição de Segurança Social de Vila Franca do Campo referentes a Março do presente ano, o número de beneficiários do RSI ronda os 990, o que corresponde a cerca de 280 agregados familiares.

Ainda referente ao nosso local de residência e mais especificamente ao nosso estabelecimento de ensino, podemos referir que o número de beneficiários da acção social escolar é em média 1300 alunos, o que é um número bastante significativo e que tende a aumentar. Neste ano lectivo entraram 700 novos pedidos que também, saliente-se, estão relacionados com o facto de possibilitarem a adesão ao projecto E-escolas de forma gratuita.

Em Vila Franca do Campo, assiste-se a um aumento de situações de pobreza, isto acontece devido ao aumento dos despedimentos, sobretudo na área da construção civil que abrange pessoas que possuem na sua generalidade fracas habilitações e que entraram precocemente no mercado de trabalho. Juntam-se, assim várias causas de pobreza.

De acordo com dados fornecidos pelo Banco Alimentar, no primeiro trimestre do ano de 2009 foram apoiadas 450 famílias, na ilha de São Miguel, mais 120 do que no mesmo período no ano de 2008. Um terço dos pedidos provém de situações de desemprego, seguindo-se os doentes crónicos, as famílias monoparentais e pessoas em situação de abandono ou por exclusão, por exemplo, os sem-abrigo ou repatriados.

Segundo a responsável pela Cáritas, Anabela Borba, existem muitos agregados familiares desprotegidos socialmente e a passarem grandes dificuldades. Segundo a mesma fonte, uma das classes mais atingidas são os casais jovens que perderam o seu emprego. Também refere que existem demoras nos processos de rendimento social de inserção.

O precioso auxílio concedido por estas e outras organizações de apoio social, têm-se constituído como importante forma de atenuação da pobreza, contribuindo para elevar o bem-estar entre os cidadãos micaelenses. Contudo, e embora as pessoas sejam solidárias, a actual conjuntura económico-financeira não muito favorável exige que se enfrente a situação de uma forma mais concertada.

A pobreza pode ser encarada com uma forma de exclusão social, pois os pobres não participam plenamente na sociedade. Contudo, a pobreza e exclusão social não são sinónimos; há muitas pessoas ou famílias excluídas socialmente que não se encontram em situação de pobreza.

Pelo que, a exclusão social pode, ser definida como uma combinação de falta de meios económicos, de isolamento social e de acesso limitados aos direitos sociais e civis.

Os factores que podem contribuir para a mesma são os problemas laborais, os padrões de educação e de vida, a saúde, a nacionalidade, a toxicodependência, a desigualdade sexual e a violência.

Em Portugal, a origem da exclusão social está, por um lado em factores de ordem económica e, por outro em comportamentos auto – destrutivos, dos quais se destacam os jovens desempregados, os sem-abrigo, e os toxicodependentes, respectivamente.

Nos Açores, o número de sem-abrigo não é muito significativo, ao contrário dos toxicodependentes e dos alcoólicos.

Não podemos esquecer, também, que muitos idosos do nosso país são excluídos da vida civil, sendo necessário encontrar medidas que atenuem esta situação.

Para que tal aconteça são necessários dois factores: o tempo e a coragem!

O tempo para reflectir-nos e a coragem para decidirmos.

Muito obrigada pela vossa atenção.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Directora Regional.

**Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social (Dra. Isabel Berbereia):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Boa tarde!

Não vou colocar nenhuma questão à apresentação que foi feita, vou sim fazer um comentário geral, porque tenho que sair e pedia autorização à Sra. Presidente para o fazer.

Gostaria de felicitar de uma forma convicta os extraordinários trabalhos que as diversas escolas aqui apresentaram: aos alunos, aos professores e às pessoas que colaboraram nestes trabalhos que aqui foram apresentados. Os meus sinceros parabéns! Vou muito feliz, muito satisfeita com o resultado e por certo serão grandes políticos e já são grandes cidadãos.

Parabéns às escolas, a todos vocês e um futuro óptimo para todos.

Peço licença à Sra. Presidente para me retirar.

*(Aplausos da Câmara).*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos entrar no Período da **Agenda da Reunião**.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado, da Escola Secundária da Lagoa.

**Deputada Beatriz Machado (S. Miguel):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Srs. Deputados

Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados; Exmo. Público:

Segue-se a apresentação das propostas de combate à pobreza e exclusão sócia, da escola secundária da Lagoa:

. PRIMEIRA:

Visto que um dos factores que leva cada vez mais os jovens à pobreza na Região Autónoma dos Açores é a maternidade e paternidade precoce, a impreparação para gestão do orçamento mensal e o desânimo para a preservação da sua habitação, propomos a criação de um gabinete de apoio aos jovens, com dúvidas no âmbito da sexualidade, planeamento familiar, com o auxílio de profissionais de saúde, e contando também com a presença de especialistas na área da acção social que pudessem explicar a melhor forma de gerir o orçamento, contribuindo para um dia-a-dia mais equilibrado evitando fome nas habitações carenciadas.

Neste sentido, estes gabinetes poderiam ter uma ligação com os assistentes sociais, que fiscalizassem as habitações sociais, em cujos habitantes das mesmas fossem punidos ou gratificados conforme o estado das habitações, incentivando os indivíduos para uma melhor preservação destas.

Desta forma, estes mesmos gabinetes poderão contar com a presença de um psicólogo, que aconselhe da melhor forma os jovens, de forma a explicá-lhes que a maternidade/paternidade não são os únicos projectos disponíveis para o futuro.

Porém, estes gabinetes devem funcionar fora do âmbito escolar ou do centro de saúde, uma vez que inúmeros jovens não os frequentam, pois sentem-se constrangidos com o facto de poderem ser vistos por pessoas conhecidas.

. SEGUNDA:

Na sequência de problemas de saúde ou dificuldades financeiras inúmeros indivíduos perdem as suas residências, e uma vez que devemos estender a mão para ajudar o maior número de pessoas possíveis gostaríamos de propor a criação de um departamento junto da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, responsável por promover recolhas mensais de alimentos, vestuário e outros bens primários, como por exemplo primeiros-socorros, uma vez por período, nas escolas do ensino básico e secundário, para distribuir aos sem-abrigo.

. TERCEIRA:

Quando entregam as suas vidas nas mãos do destino, os sem-abrigo, esquecem-se das palavras esperança e vontade de lutar. Criou-se então uma conotação negativa relativamente a estas pessoas, assumindo-se que uma vez sendo um sem-abrigo é como que cair num fosso sem retorno.

Contudo, se estes pudessem voltar ao activo, encontrar um trabalho onde adquirissem rendimentos, estes indivíduos poderiam facilmente se integrar novamente na sociedade, assim sendo, o grupo parlamentar propõe a

criação de um gabinete de reinserção do sem-abrigo, em todas as câmaras municipais do arquipélago, responsável por prestar-lhes todo o tipo de apoio psicológico e ajudá-los na sua recondução à vida activa.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Correia.

\* **Deputado José Correia** (*S. Miguel*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Caros Deputados ao XI Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas;

Queria realçar que na proposta da Escola Secundária da Lagoa, na segunda medida, tudo aquilo que mencionam já existe, portanto acaba por ser uma proposta que não contém utilidade, porque companhias como o Banco Alimentar, a Cáritas, a Cruz Vermelha, as próprias igrejas, fazem algumas recolhas, inclusivamente, já fui voluntário do Banco Alimentar.

Na primeira, na terceira e na segunda proposta também, porque não, em vez de criar vários gabinetes, tornar tudo muito mais funcional e fazer um único gabinete com serviços mais polivalentes.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

\* **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados; Exmo. Público:

Antes de mais, eu só queria dizer que os gabinetes de reinserção ou dos sem-abrigo ainda não existem.

A nossa ideia era fazê-los.

Um sem abrigo, normalmente se for pedir um emprego desacredite-se que seja aceite.

Eu penso que seria melhor, primeiro prepará-los para o facto de terem um estilo de vida diferente.

Todos nós sabemos que muitos deles tornam-se alcoólicos entre outros problemas sociais que podem vir a ter.

Desta forma faríamos com que entrassem no mercado de trabalho, porque ao invés disso, praticamente ninguém os irá aceitar para trabalhar.

Relativamente do Banco Alimentar, à Cáritas, eu gostaria antes de mais de fazer aqui um breve anúncio.

Na sequência do desastre da Madeira, a Associação de Estudantes da minha escola, enviou um e-mail à Cáritas a questionar que tipo de apoios pretendiam para ajudar a Madeira? A resposta foi nula, até hoje.

Eu penso que não são instituições que ajudem verdadeiramente.



Para além disso eu penso que é uma forma de educar para a cidadania, uma vez que, apesar do Sr. Deputado já ter sido voluntário, não existem muitas pessoas que tenham tempo ou possibilidade para ajudar.

Existem instituições de apoio que as pessoas nem sabem da sua existência. Promovendo, por exemplo, uma bancazinha por mês, ou por período, numa escola, com um anúncio “Deixe aqui o seu donativo”, seja comida, vestuário, etc., acho que seria muito mais fácil de ajudar.

Relativamente ao facto dos gabinetes poderem estar todos juntos, concordo. Na primeira medida, não sei se dá a sensação que existem 3 ou 4 gabinetes, mas na verdade é só um, com várias funções.

O facto do gabinete dos sem abrigo estar separado, penso que é uma boa observação. Se calhar devia estar todo junto e assim evitava-se mais problemas, mais burocracia, mais papéis. Acho que é uma boa intervenção. Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Na primeira proposta e passo a citar: “Porém, estes gabinetes devem funcionar fora do âmbito escolar ou do centro de saúde, uma vez que inúmeros jovens não os frequentam, pois sentem-se constrangidos com o facto de poderem ser vistos por pessoas conhecidas”.

Estamos em meios pequenos, as ilhas são pequenas, onde é que queriam pôr esses centros de ajuda, de maneira a não serem vistos?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

\* **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*): Obrigada pela pergunta Sra. Deputada.

Esta proposta inicialmente não tinha este parágrafo.

Eu frequentei um fórum da juventude, promovido pelo Sr. Engº. Bruno Pacheco, actual Director da Juventude e ficou lá bastante subjacente entre profissionais de saúde - Prof. Dr. Júlio Vaz Machado, entre outros - que os jovens se sentiam constrangidos, de forma a frequentar os centros de saúde. A questão foi debatida e chegou-se à conclusão que seria melhor se estes gabinetes estivessem fora do centro de saúde, até porque houve mesmo testemunhos de senhoras enfermeiras e estagiárias da mesma área, que afirmaram que os jovens se sentiam constrangidos.

Houve testemunhos de certas escolas que os gabinetes de apoio psicológico, apoio à sexualidade, etc. existiam e estavam montados com todas as condições mas não eram frequentados, exactamente pelo facto de terem vergonha.

A questão da localização é uma questão muito complicada, estamos num meio muito pequeno, mas o que é facto é que se fizermos isso num sítio mais afastado, num edifício independente, seria muito menos vulnerável,

do que entrar num centro de saúde, onde de encontra 20, 30 pessoas que estão à espera de uma consulta diária.

Claro que vai acontecer, mas tendencialmente vamos evitar mais.

Foi isso que nos constou, que havia um grande problema em os jovens chegarem aos sítios, onde tivesse pessoas conhecidas, com medo que esses assuntos chegassem ao conhecimento dos pais, que são tendencialmente conservadores.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Piedade.

**\*Deputado Gonçalo Piedade (Faial):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Em relação à segunda proposta queria frisar o seguinte.

Não seria melhor em vez de promover as recolhas mensais, alimentos, vestuário, etc. nas escolas, actividades que já existem e que são promovidas por outras associações, criar condições que permitissem a esses indivíduos recuperar a sua estabilidade económica?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

**\*Deputada Beatriz Machado (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente. Obrigada Sr. Deputado.

Aqui podemos dar o exemplo do RSI, que se mostra como sendo uma medida provisória, tal como essas recolhas que são efectuadas pelo Banco Alimentar e muitas outras instituições.

Na terceira proposta temos os gabinetes, centros de apoio que estariam interligados.

É uma questão que mais tarde poderemos discutir.

Resumindo isto é uma maneira de recomeçar a sua actividade, contudo uma pessoa que não tem pão para comer, nem tem força nas pernas como é que vai chegar aos gabinetes?

Mas isto é uma medida provisória, não é para sempre. Não podem estar viciados, sentados na rua à espera que chegue a comida.

Temos de pôr as coisas nos seus devidos lugares.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

**\*Deputado Dário Fonseca (S. Jorge):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Gostaria que me esclarecesse onde vai buscar as verbas suficientes para conseguir aplicar estas 3 medidas, dada a actual situação financeira do País?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

**\*Deputada Beatriz Machado (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente. Obrigada Sr. Deputado.

Nós sabemos que o caso das verbas é sempre a situação mais complicada de todas as nossas medidas.

Temos vontade e incentivo para as fazer, mas realmente dispor de verbas é o mais complicado.

Eu acho que se existe a criação de tantos centros, de tanta ajuda para tanta coisa (transportes, almoços, jantares) concordo que se financie isso tudo, mas porque não financiar uma coisa que é realmente necessária?

Por que não dar emprego a essa gente (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros) e cortar naquelas que chamamos de enormes jantaradas, para anunciar o assunto A, B ou C, que na verdade sabemos que não é necessário, aliás é estritamente desnecessário.

É mais necessário preparar a sociedade e fazer com que ela cresça de uma forma mais forte, para que não se caia numa situação de crise como actualmente estamos a viver, do que gastar dinheiro em certas coisas que não têm interesse nenhum?

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Débora Bettencourt.

**\* Deputada Débora Bettencourt (Graciosa):** Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

A minha pergunta é relativamente à proposta nº. 3.

Porquê a criação destes gabinetes com apoio psicológico nas câmaras municipais, se os mesmos já existem nas escolas, centros de saúde e principalmente nos institutos de acção social?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

**\*Deputada Beatriz Machado (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente. Obrigada Sra. Deputada.

Segundo a nossa pesquisa, e pelo menos na Ilha de S. Miguel, a não ser que nos tenha sido ocultado alguma coisa, espero bem que não, não existe nenhum centro de apoio psicológico aos sem abrigo.

Penso que são essas pessoas que precisam sair da rua e não vão sair com ajudinhas, com dinheiro que lhes dão todos os dias. Precisam sair da rua pelas suas próprias mãos.

Se estão em más situações, se existem centros de apoio psicológico para os toxicodependentes, porque não haver um cento de ajuda psicológica para os sem abrigo?

Eles não estão nessa situação sem mais nem menos. Muitas das vezes vêm duma família desestruturada, ou passaram por uma situação de divórcio, entre outras.

Essas pessoas têm problemas psicológicos e é preciso chegar lá.

Segundo o que nos consta, existe sim apoio para toxicoddependência, alcoolismo, mas para os sem abrigo não.

Relativamente a ser junto das câmaras municipais, é só uma ideia. Podem haver outras que poderemos discutir aqui ou em outro lugar e poderão ser postas em prática.

Não vale a pena estarmos aqui a bater pé, enquanto outras pessoas acham outra.

Devemos colher opiniões, juntarmos ideias para termos uma coisa bem feita e bem estruturada.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Débora Bettencourt.

\* **Deputada Débora Bettencourt** (*Graciosa*): Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Em continuação ao que eu tinha dito antes, pelo menos na Ilha Graciosa, as assistentes sociais dão apoio aos sem abrigo.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mafalda Melo.

\* **Deputada Mafalda Melo** (*Madalena*): Exma. Sra. Presidente, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Eu estou de acordo que a segurança social tem prestado apoio aos pobres e àqueles que são excluídos socialmente.

Os assistentes sociais têm obrigação de serem cuidadores sociais, portanto devem apoiar psicologicamente os pobres e os excluídos.

Quanto ao trabalho para estas pessoas que necessitam, creio que seria necessário que as empresas e o próprio Governo apostassem nos programas PROSA, através da criação de mais vagas nestes programas e também simplificando os processos do PROSA.

Obrigada.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 36 votos a favor; 3 votos contra e 14 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 16 votos a favor; 5 votos contra e 32 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a terceira proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 23 votos a favor; 8 votos contra e 22 abstenções.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista da Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, para apresentar as propostas relativas ao tema em análise.

**Deputada Raquel Baptista (S. Miguel):** Exma. Sra. Presidente, da Assembleia; Exmos. Srs. Deputados:

Definidos anteriormente conceitos e compilados dados estatísticos, temos que focar a questão mais importante: Afinal, para que estamos aqui reunidos?

Para reflectir basta-nos tempo. Para decidir precisamos coragem!!!

Assim, aproveitando o tempo de reflexão e a coragem do povo Vilafranquense, propomos as seguintes medidas:

**1. A criação de um programa com vista à reintegração dos idosos na sociedade e aproveitamento das suas potencialidades, como a sabedoria e experiência de vida e tempo disponível.**

Como exemplos práticos, sugerimos que estes vigiassem parques e jardins municipais, dinamizassem bibliotecas públicas através da integração do plano regional da leitura.

Os idosos receberiam formação prática em áreas como a gestão de conflito, educação ambiental e defesa pessoal, entre outras.

A participação dos idosos neste programa traria claros benefícios para os mesmos, destacando-se a rentabilização do tempo disponível e rendimento extra.

**2. O alargamento do período estagiário L e T.** As vantagens são claras: facilitar a entrada da camada mais jovem no mercado de trabalho, reduzir o número de desempregados pós-estágio, com expressão significativa nas estatísticas do centro de desemprego; potenciar a empregabilidade, incrementando a experiência laboral e aumentando o estreitamente de relações entre o estagiário e a empresa.

3. Finalmente, **sugerimos a criação de um centro público de reabilitação e desintoxicação na região**. Esta medida visa a redução de jovens toxicodependentes e/ou alcoólatras nos Açores, contribuindo para a redução da exclusão social dos que padecem de patologias associadas a comportamentos auto-destrutivos. Esta medida facilita o acesso à recuperação química de pessoas com menores capacidades económico-financeira. A criação do dito centro originaria mais postos de trabalho, abrangendo as diversas áreas do mercado de trabalho, possibilitando também o aproveitamento dos reabilitados, com o intuito de enriquecer e desenvolver a nossa região.

Muito obrigada pela vossa atenção.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Está aberto o debate sobre estas propostas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A reintegração dos idosos é muito bonito de se dizer, mas a verdade é que os idosos que sofrem de exclusão social são aqueles que têm mais dificuldades tanto psicológicas como físicas.

Até que ponto é que um idoso nesse estado consegue ter a responsabilidade e a capacidade de vigiar, por exemplo, parques municipais e dinamizar bibliotecas públicas?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia; Exmos. Srs. Deputados:

Quando propomos a reintegração dos idosos na sociedade, claro que isso não se aplica aos idosos mais debilitados.

A partir dos 65, que é o considerado um idoso, muitos deles têm perfeita saúde e vigor para dinamizar bibliotecas públicas, que não exigem grande esforço por parte dos mesmos.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silva.

\* **Deputado Luís Silva** (*Graciosa*): Obrigado Sra. Presidente.

A minha dúvida prende-se também aqui com esta parte da formação dos idosos, relativamente à gestão de conflito e defesa pessoal.

Gostaria que me esclarecesse esta parte de defesa pessoal. Está a pensar pôr os idosos a terem aulas de artes marciais, ou algo do género? Sabe perfeitamente que os idosos não têm condições físicas para gerir conflitos e defenderem-se dos jovens, que são cada vez mais marginais.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados:

Claro que não vão aprender artes marciais, como é óbvio.

Quando dizemos defesa pessoal, são as coisas básicas de defesa.

Não são os idosos mais debilitados que vão para os parques, são os que têm mais saúde e equipados com certos objectos, como telemóveis. E nesses parques tem policiamento e outros agentes de segurança.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora.

\* **Deputado Manuel Zamora** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados:

Sobre a proposta nº.1, concordo plenamente com a aluna da Escola das Laranjeiras e da Graciosa.

Sobre a proposta nº. 3, queria perguntar se seria feito algum acompanhamento, porque deixar ali ... já existe a casa de saúde de S. Miguel, a Alternativa, o Norte Crescente e ARRISCA.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados:

Existe na ilha de S. Miguel um centro privado de reabilitação, que se chama Vila de Paços, é verdade.

Mas não existem centros públicos.

A Casa de Saúde não é própria para desintoxicação.

Queríamos um local exclusivo para desintoxicação e reabilitação de toxicodependentes e claro teriam um acompanhamento.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Débora Bettencourt.

\* **Deputada Débora Bettencourt** (*Graciosa*): Obrigada Sra. Presidente.

A minha pergunta é relativa à proposta nº. 2.

A Sra. Deputada não acha que um ano e meio de estagiário L e dois anos de estagiário T, não é tempo suficiente para aquisição de experiência no mundo real do trabalho?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados:

Actualmente o tempo de estagiário é um ano. Eram seis meses e foi alargado para um ano.

Estávamos a propor para um ano e meio.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Simas.

\* **Deputada Isabel Simas** (*Pico*): Obrigada Sra. Presidente.

Eu gostaria de perguntar em relação a este centro público de reabilitação, se um centro de reabilitação como tem em S. Miguel não ajuda toxicodependentes?

Acerca do ponto 2: será que a camada mais jovem é a camada mais necessitada?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados:

Como disse, temos lá um centro privado e as pessoas que têm menos capacidades económicas não podem aceder a esse centro, por isso queríamos um centro público.

Claro que os jovens têm grandes potencialidades que devem ser aproveitadas ao máximo.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Silva.

\* **Deputado Tiago Silva** (*Faial*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

A minha pergunta era referente também à proposta nº. 2.

Não acha que o alargamento do período dos estagiários L e T, iria prolongar o período em que a pessoa está à espera de um emprego fixo e iria fazer com que a pessoa quando terminasse esse período fosse procurar um emprego com mais idade e tivesse mais dificuldade em arranjar esse emprego?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados:

Sim, pode ser visto nas duas perspectivas, mas temos que ter em conta que o alargamento do tempo e o aumento do contacto entre a empresa e o estagiário, poderá aumentar a possibilidade da empresa querer contratar o trabalhador.

Concordo consigo mas tem que ver agora a perspectiva que acabei de mencionar.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Voltando à minha questão que a Sra. Deputada respondeu, vou voltar a falar sobre ela e é o seguinte:

Concordo que sejam pessoas idosas com mais capacidade mas vamos supor: a senhora é nova e deve pensar várias vezes que quer descansar da escola e agora é que está começando a vida.

Imagine uma pessoas com 65 anos o cansaço que tem e o quanto não quer uma reforma.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia; Exmos. Srs. Deputados:



Não era obrigatório. Isto era para os idosos que tivessem tempo disponível e tivessem disposição para tal, não é uma medida obrigatória.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

\* **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A única coisa que queria referir é que a última medida, o centro público de reabilitação, já está em funcionamento. Em frente à Câmara Municipal da Lagoa já existe um edifício, em que a reabilitação, o apoio psicológico aos toxicodependentes é totalmente grátis e está em expansão por toda a Ilha de S. Miguel, actualmente.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia; Exmos. Srs. Deputados:

Obrigada pela informação.

Os conhecimentos que eu tinha eram estes, mas se é assim ainda bem!

Obrigada.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Faustino.

\* **Deputada Ana Faustino** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia; Exmos. Srs. Deputados:

Na 2ª. proposta passo a citar "...facilitar a entrada da camada mais jovem no mercado de trabalho, reduzir o número de desempregados pós-estágio...", sendo assim incentivava uma minoria de jovens, abrangia poucos.

Se queria aumentar o tempo de estágio, aumentavam os desempregados pré-estágio.

Que eu saiba esses jovens que recorrem aos estágios L e T são pagos pelo estado, ou seja, as empresas acabavam por usufruir de empregados gratuitamente.

Obrigada.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia; Exmos. Srs. Deputados:

O que é que é mais vantajoso: o Governo estar a pagar enquanto se está a trabalhar numa empresa ou pagar o subsídio de desemprego?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cátia Amaral.

\* **Deputada Cátia Amaral** (*S. Miguel*): Obrigada Sra. Presidente.

Eu queria apenas dar a minha opinião, relativamente à proposta nº. 2.

Acho que estamos a adiar o inevitável.

Eu acho que um ano é suficiente para a empresa perceber se um indivíduo "X" é ou não competente.

Não é por ele ficar lá mais, 1, 2 ou 6 meses que a empresa vai criar laços ou achar que ele é mais competente ou não.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Exma. Sra. Presidente, da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados:

Relativamente à primeira medida, e um pouco no seguimento do que a Deputada Fabiana Tavares referiu, de que os idosos receberiam formação prática em áreas como gestão de conflitos, educação ambiental, defesa pessoal, etc, (estamos a pôr as coisas nuns termos “receber formações”, “estar de vigia”, etc.) não estaremos a atribuir trabalho, trabalho esse que se calhar poderíamos atribuir a desempregados? Não estaremos a retirar-lhes a reforma?

Compreendo o que a senhora disse que era para quem quisesse.

Nesse nível concordo perfeitamente, como dinamizar bibliotecas públicas, etc.

No entanto este nível de vigiar parques e receber formações, creio que já é um bocado excessivo para uma medida a nível de idosos que querem gozar a sua reforma.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

\* **Deputada Graça Silva** (*Faial*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Agradeço Sra. Presidente, mas a minha questão já foi colocada pela Deputada da Escola da Lagoa

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Faustino.

\* **Deputada Ana Faustino** (*Faial*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente ao subsídio de desemprego, as empresas continuam à espera de mais estagiários, ou seja, acabam por se aproveitar desses estagiários e assim têm trabalho gratuito.

Além disso estão a pagar a uma minoria, a um grupo pequeno de jovens um salário normal e os restantes que saem da universidade e que ficam desempregados?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Concordo com o seu ponto de vista, de que os que saem da universidade também têm direito ao estagiário L.

Mas aqueles que ficam um ano e meio, a meu ver, têm muito mais potencialidades para ficarem na empresa.

Seis meses eram muito pouco, alargou-se para um ano e porque não, alargar para um ano e meio?

Não vejo qual será a diferença para o Governo de mais seis meses.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

\* **Deputada Graça Silva** (*Faial*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada, concordo consigo quando diz que seis meses eram pouco, daí o Estado ter alargado por um ano.

Mas não acha que depois de um ano e meio a empresa já conhece suficientemente o estagiário para saber se o irá contratar ou não?

Será que nós não estamos a adiar o inevitável como disse a Deputada Cátia Amaral e a perpetuar uma ilusão que acabará por terminar?

Será que dar segurança por mais seis meses irá facilitar alguma coisa ou será só uma mera ilusão que estamos a dar aos estagiários?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Baptista.

\* **Deputada Raquel Baptista** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Nestes seis meses eles podem ganhar mais experiência.

É certo que vão adiar o inevitável, mas é mais vantajoso a meu ver.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta apresentada sobre a reintegração dos idosos na sociedade, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 22 votos a favor; 17 votos contra e 14 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta apresentada sobre o alargamento do período do estagiário L e T, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada por maioria com 11 votos a favor; 24 votos contra e 17 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a terceira proposta apresentada sobre a criação de um centro público de reabilitação e desintoxicação na Região, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 28 votos a favor; 1 voto contra e 24 abstenções.

**Presidente:** Srs. deputados, vamos suspender os trabalhos.

Regressamos às 17 horas e 20 minutos.

*(Eram 17 horas).*

**Presidente:** Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos, entrando no período da Agenda da Reunião.

*(Eram 17 horas e 25 minutos).*

*Nesta altura a Presidente da mesa foi substituída pela Deputada Vitória Medeiros)*

Passamos à apresentação das propostas da Escola Básica e Secundária de Nordeste. Tem a palavra o Sr. Deputado Adério Moniz para apresentar as duas propostas relativas ao combate à pobreza e a exclusão social.

**Deputado Adério Moniz (S. Miguel):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Tendo em conta que nos encontramos a debater a questão da pobreza e exclusão na RAA e que estas têm sido questões que infelizmente têm vindo a proliferar na mesma, devido, em parte, à ociosidade da população que se tem limitado a aceitar os benefícios que o estado oferece e recusado a encontrar emprego, ou outra forma de auto-suficiência, propomos como primeira medida a substituição do Rendimento Mínimo de Inserção por uma espécie de Emprego de Ocupação dos Tempos Livres. Este emprego funcionaria durante cinco dias semanais, exceptuando os feriados, sendo caracterizado por uma carga horária mais reduzida uma vez que o rendimento também é menor. Mais se informa que este tipo de emprego não se aplica aos menores de 25 anos e às mães que recebem um subsídio devido ao elevado número de filhos.

Como segunda proposta, indicamos a criação da “Casa dos Ofícios”. Esta casa pretende vir complementar a proposta anterior, sendo que funcionaria através da elaboração de diversos produtos/ serviços que seriam executados pelas diversas pessoas que se encontrariam a trabalhar no referido Emprego de Ocupação dos Tempos Livres. Esta instituição deveria ficar sobre a alçada da Direcção Regional do Emprego, que ofereceria os produtos produzidos/ serviços às pessoas que se encontram em situação de pobreza e que requerem ao estado esse mesmo produto/ serviço. Esta seria uma forma de igualmente conseguir promover as actividades tradicionais na região, nomeadamente a ordenha tradicional, o aproveitamento da folha do milho para fins artesanais e a transformação manual de recursos naturais como a lã em tecido, valorizando o trabalho manual e artesanal. Esta forma de trabalho comunitário permitiria que as pessoas se valorizassem pelo

trabalho, adquirissem novas competências, e retribuíssem à sociedade em geral os apoios de que beneficiam, diminuindo o estigma criado em relação aos indivíduos dependentes dos subsídios que agudiza a sua situação de exclusão social.

Muito obrigado.

**Presidente:** Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.

\* **Deputada Tatiana Fragata** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Apenas queria pedir um esclarecimento, relativamente à primeira medida.

Qual é o critério que se aplica aos menores de 25 anos? Não poderão ser outras idades? Porquê a implementação disto?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Adério Moniz.

\* **Deputado Adério Moniz** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Os menores de 25 anos apresentam grandes capacidades para estudar, nomeadamente nas escolas profissionais.

Achamos que ainda podem ser alunos iguais aos outros e adquirir os mesmos conhecimentos que os alunos de uma escola normal.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

\* **Deputado André Rodrigues** (*Pico*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A minha pergunta também é de esclarecimento e refere-se à proposta nº. 1 da Escola Secundária do Nordeste.

Em muitos casos o RSI dedica-se a pessoas que já têm um emprego. Se limitam esse rendimento a uma forma de emprego pago, como é que as pessoas que já têm emprego e recebem este subsídio vão conseguir conciliar as duas fontes?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Pedimos desculpa se demos a entender que deveria haver uma sobrelotação da carga horário. Não era essa a nossa intenção.

Na situação do Nordeste e em alguns concelhos da Ilha de S. Miguel, em particular, que tivemos oportunidade de analisar, a situação é a seguinte: a maioria das pessoas não têm emprego e requerem o RSI.

Pedimos desculpa se a medida leva a entender a sobrelotação da carga horária das pessoas com emprego.

Assim sendo, rectificamos a medida, limitando-a às pessoas que não têm emprego ainda.

Espero ter esclarecido.

**Presidente:** Agora tem a palavra a Sra. Deputada Daniela Rosa.

\* **Deputada Daniela Rosa** (*Pico*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

O meu esclarecimento é acerca da primeira medida.

Vocês propõem a substituição do Rendimento Mínimo de Inserção, mas o Rendimento Mínimo de Inserção não foi substituído pelo RSI? O que é que este irá trazer de novo?

Outra questão era a substituição por uma espécie de emprego de ocupação dos tempos livres. Eu pergunto se já não existiria o PROSA? Qual a diferença deste para o PROSA?  
Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Pedimos desculpa foi um erro. Não era Rendimento Mínimo de Inserção, mas Rendimento Social de Inserção.

Temos o PROSA e um vasto conjunto de programas e organismos, mas queríamos criar mais um, porquê? Porque ainda existe muita gente que não consegue entrar no PROSA.

Era mais um para inserir a população no emprego e evitar a tal ociosidade que já debatemos.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cátia Amaral.

\* **Deputada Cátia Amaral** (*S. Miguel*): Obrigada Sra. Presidente.

Queria pedir um esclarecimento relativamente à medida n.º 2.

Que tipo de pobreza é que estão a falar? Pobreza para quem recebe o rendimento ou os sem abrigo?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Não contempla muito os sem abrigo, mas pode ser os sem abrigo também.

Queríamos abranger aquelas pessoas que estão em situação de pobreza, que estão em casa e que tem uma vida degradada. Isto porquê? Porque falamos aqui em produtos e serviços.

Os produtos poderiam ser por exemplo uma cama, uma mesa, porque há pessoas que requerem e precisam. Assim sendo nesta casa dos ofícios proceder-se-ia à elaboração de coisas deste género.

Os serviços seriam por exemplo a pintura de uma casa, etc. Coisas neste âmbito, por isso referíamos-nos mais àqueles de pobreza, porque os sem abrigo requerem serviços e produtos.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 31 votos a favor; 7 votos contra e 17 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 41 votos a favor; 3 votos contra e 17 abstenções.

**Presidente:** Passamos à apresentação das propostas da Escola Secundária da Ribeira Grande. Tem a palavra o Sr. Deputado André Aguiar, para apresentar as duas propostas relativas ao combate à pobreza e a exclusão social.

**Deputado André Aguiar** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Na sequência do tema em questão, “Pobreza e exclusão social” e de acordo com a nossa perspectiva, sugerimos duas propostas que na nossa óptica podem ajudar a combater a problemática referida.

Propomos a criação e fomento de infra-estruturas ligadas a actividades culturais nas áreas do teatro, museus, música ...

Propomos ainda abandonar a política dos bairros sociais em prol da dispersão pela comunidade em geral das famílias de estratos socioeconómicos mais carenciados, de forma a proporcionar a estas o conhecimento e o acesso a modelos culturais diferentes.

Obrigado.

**Presidente:** Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora.

\* **Deputado Manuel Zamora** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação à primeira proposta eu queria perguntar qual seria o público alvo e se não acham que há já demasiadas infra-estruturas desta índole?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado André Aguiar.

\* **Deputado André Aguiar** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Obrigado pela pergunta.

O público, alvo destas ditas infra-estruturas seria, como é óbvio, todas as pessoas em situação de pobreza, todas as pessoas carenciadas, com necessidades, as pessoas vítimas de exclusão social e numa perspectiva mais global a sociedade no geral.

Em resposta à sua segunda pergunta, se já não existem infra-estruturas suficientes?

A minha resposta é não. Acho que não. Existem algumas mas acho que não são suficientes para conseguir moldar os hábitos das pessoas de modo a modificar as suas vontades.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Sousa.

\* **Deputada Jessica Sousa** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sras. e Srs. Convidados:

Gostava de fazer uma apreciação relativamente à vossa segunda medida.

É extremamente complicado conceber esta ideia, porque colocando as classes mais baixas em bairros que colidem directamente com classes mais altas, cria-se uma antipatia entre ambas, por preconceito ou por inveja, dando origem a vários conflitos.

Eu concordo com esta medida, é uma medida necessária mas infelizmente um bocado ambígua, porque tanto pode dar certo como pode não dar.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Deputada Cristina Simão

\* **Deputada Cristina Simão** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Nós achamos que é uma forma de integração.

Pode ser difícil, as pessoas podem excluir mais os pobres mas pensamos também em diminuir o vandalismo.

Se estão muitas pessoas, que têm o mesmo nível cultural, concentradas no mesmo lugar será mais fácil o vandalismo.

As infra-estruturas que são criadas para estas pessoas habitarem, mais facilmente se estragarão do que propriamente se em diversos pontos tivermos várias pessoas a habitar num meio sócio-económico médio.

Isto fará com que as pessoas se sintam mais integradas e acreditamos que as pessoas deste meio social médio, consigam trazer e ensinar valores aos mais pobres e excluídos.

**Presidente:** Tem a palavra a Deputada Catarina Ávila

\* **Deputada Catarina Ávila** (*S. Jorge*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A minha pergunta é uma pergunta de esclarecimento, relativamente à proposta nº. 1.

No trabalho apresentado anteriormente disse que a pobreza era a carência de bens e serviços indispensáveis.

Acha que uma ida ao museu ou ao teatro tem prioridade em relação ao acesso ao emprego ou à alimentação?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado André Aguiar.

\* **Deputado André Aguiar** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Obrigado pela sua pergunta.



O que nós visamos com esta proposta é de facto o combate à pobreza, mas também passa pelo combate ao insucesso escolar que é um catalisador da pobreza.

Como já disse anteriormente na resposta ao meu outro colega Deputado, ao moldar os hábitos moldam-se as vontades.

Com a existência de mais infra-estruturas com mais qualidade e em maior número, as pessoas têm de se habituar e ajustar àquilo.

Claro que uma pessoa que não esteja minimamente ligada à sua cultura, obviamente que não vai ter muito sucesso, seja na escola, seja no ambiente de trabalho.

Por isso ao promover a criação de infra-estruturas não estamos a cingir-nos apenas a teatros, a museus e à música.

É claro que uma ida ao museu não é sinónimo de ultrapassar a situação de pobreza, mas ao frequentar estas infra-estruturas, ao frequentar um espectáculo, ao participar numa actividade cultural, a pessoa começa a interiorizar os valores, começa a interiorizar certas atitudes, começa a aprender com os seus pares.

Assim acho que ao frequentar estes espaços numa rotina diária as pessoas conseguem superar possíveis estados futuros de pobreza.

Obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Silva.

\* **Deputado Tiago Silva (Faial):** Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Eu queria antes de mais dizer que concordo com a vossa proposta, “criação de actividades culturais ou infra-estruturas”, mas penso que, por experiência própria daquilo que se passa aqui no Faial, podemos ver que temos um elevado índice de actividades culturais, não devido às infra-estruturas, mas devido às pessoas. Nada serve ter infra-estruturas ou as condições, se as pessoas não aderirem.

O que interessa é fazer actividades, é pôr as pessoas a mexer e depois de haver actividades, depois de muita persistência, as pessoas começam a aderir, começam a ter maior cultura e muitas vezes pessoas que pensávamos nunca ver num teatro ou num concerto, aparecem e participam nas coisas.

Para haver actividades culturais não é preciso haver infra-estruturas porque num jardim pode-se fazer um concerto ou num sítio qualquer.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Deputada Cristina Simão

\* **Deputada Cristina Simão (S. Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Queria intervir relativamente à questão anterior da Deputada de S. Jorge, pois nós referimos que a pobreza era uma carência material mas também

dissemos que poderia haver pobreza do ponto de vista cultural, que era entendida como carência de informação, educação.

Estas novas infra-estruturas ligadas à cultura também poderão trazer emprego, porque há que construir e em época de crise aponta-se que a criação de infra-estruturas é uma forma de empregar a população.

**Presidente:** Tem a palavra a Deputada Andreia Melo.

\* **Deputada Andreia Melo** (*S. Jorge*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Acho que não percebeu a pergunta.

Não era o facto de não desenvolver a cultura.

Devemos primeiro dar aos pobres o que eles precisam: comida, casa, inseri-los na sociedade ou devemos desenvolver os teatros, a música, a cultura em si? Era esta a pergunta.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Relativamente à primeira medida creio que está um pouco vaga.

Nós estamos a criar e a fomentar infra-estruturas para os mais pobres ou para toda a gente?

Se estamos a fazer relativamente aos mais pobres, não estamos a excluir então os ricos? Ou será que estamos a apontar a diferença aos pobres e a excluí-los?

Resumindo, é para toda a gente, é uma medida apenas para evitar a pobreza e a exclusão social?

Já agora estamos a criar infra-estruturas, não estamos a cativar ninguém para as actividades culturais que se possam realizar nestas.

Será que não é esse o factor que estamos aqui a referir, quando falamos de actividades culturais, etc.?

Elas já existem e também existem as infra-estruturas, no entanto, eu, pessoalmente e creio que mais alguns aqui, não vêem propriamente um interesse da parte dos mais pobres e muitas vezes dos mais ricos, em aderir a estas exposições, cinema, teatro.

Será que não passa por cativar esses mesmos?

Falando em pagamentos. Alguns são grátis, outras são pagas. Estamos a falar aqui de actividades pagas, grátis? Em que medida pagas e grátis?

Pedia um esclarecimento em relação a estes diversos pontos.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Deputada Cristina Simão

\* **Deputada Cristina Simão** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Nós consideramos que quantas mais infra-estruturas existirem, mais baixo será o preço. Isto é evidente.

Relativamente se é mais necessário, são necessárias essas infra-estruturas. Estamos a falar de pobreza e a pobreza também passa pela pobreza cultural e tem toda a razão quando diz que temos que alimentar os pobres.

Agora, esta criação de infra-estruturas pode ser um motivo de aspiração para os jovens seguirem uma outra carreira, uma outra vocação e não se limitarem somente às profissões base: ser médico, ser engenheiro, ser agricultor.

Nós achamos que a existência dessas infra-estruturas será mais uma forma de os alunos apostarem e sentirem que conseguem alcançar os seus objectivos profissionais, relativamente à arte.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada por maioria com 10 votos a favor; 19 votos contra e 21 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 38 votos a favor; 3 votos contra e 10 abstenções.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca, da Escola Básica e Secundária de Velas para apresentar a sua proposta.

**Deputado Dário Fonseca (S. Jorge):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Numa tentativa de resolver grande parte das diferenças sociais da nossa sociedade, os alunos da Escola Básica e Secundária das Velas vem apresentar uma medida para a reintegração dos menos favorecidos na sociedade e ajudá-los no exercício dos seus direitos, com a conjugação de esforços das autarquias, com a solidariedade dos civis e de organizações competentes.

As autarquias em conjugação com REAPN (European Anti Poverty Network) deveriam criar centros sociais em cada concelho preparados para todos os que vivam em situação de pobreza e exclusão social, dirigidos por profissionais competentes assalariados (médicos, advogados, psicólogo, etc.), aceitando o serviço de voluntariado dos cidadãos interessados. Os centros deveriam dispor dos bens mais básicos e essenciais a vida da população e dos menos favorecidos:

- Serviço de refeições, semelhante à sopa dos pobres;
- Instalações sanitárias e dormitórios;

- Gabinete de ajuda psicológica, de forma a ajudar a reintegrar as pessoas com questões mais problemáticas na sociedade, por exemplo vítimas de toxicodependência ou Xenofobia;
- Centro informático para evitar a infoexclusão, e aproximar aqueles que têm menos oportunidades do mundo das novas tecnologias;
- Gabinete de advocacia, para ajudar a resolver situações de nível jurídico;
- Consultórios médicos, para garantir a saúde dos menos favorecidos;
- Centro de dia (para idosos e crianças) que não têm oportunidade de pagar aos centros municipais e, vivem em situações de solidão;
- Área promotora de workshops de emprego, para facilitar o acesso ao trabalho aos desempregados.

Promover o diálogo entre os cidadãos em boa situação económica e os mais desfavorecidos, os mais pobres não precisam apenas de ajuda económica, mas também de afectos e necessitam de se sentir como sendo partes integrantes da sociedade. Não se devem mostrar sentimentos de pena e compaixão com estas pessoas, deve dar-se a mão e ajudá-las a levantar para que possam voltar a viver e a exercerem os seus direitos civis. Devem sim estabelecer-se relações de amizade.

Por fim, estes centros deveriam trabalhar em projectos de solidariedade em que a população pudesse ajudar directamente os mais necessitados das mais diversas formas: oferecer casas aos sem abrigo, adoptar crianças da rua, oferecer vestuário, material educativo, alimentos, medicação entre outros bens considerados necessários.

**Presidente:** Está aberto o debate sobre esta proposta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Relativamente a alguns pontos desta medida: instalações sanitárias e dormitórios entre outros; serviço de refeições, semelhante à sopa dos pobres, não estaremos a empurrar estas pessoas para um canto e a praticar exactamente a exclusão social?

Relativamente a consultórios médicos, para garantir a saúde dos menos favorecidos, já não é esta uma obrigação actual do Estado?

No que concerne à formulação da questão, não estarão a pôr aqui diversos pontos interessantes, outros menos interessantes, misturando-se tudo, numa coisa que seria mais útil se fosse esquematizada e dividida em diversas medidas?

**Presidente:** Tem a palavra a Deputada Andreia Melo.

\* **Deputada Andreia Melo** (*S. Jorge*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Dividindo em partes: “empurrar os mais pobres para um canto”. É um bom ponto de vista, mas a ideia não é essa, não é juntá-los todos num

aglomerado. Na prática é, mas não é fazer disso exclusão, é tentar ajudá-los numa primeira fase, em que eles precisam de ajuda.

Sabemos que quem vive na rua os toxicodependentes, prostitutas (que ainda não se falou aqui), essas pessoas se calhar não têm o que comer, nem onde dormir. O que pretendemos são instituições para dar a mão a essas pessoas temporariamente e ajudar a reintegrá-las na sociedade de forma a que elas possam governar-se sozinhas.

Numa segunda parte disse que o Estado tinha obrigação. É verdade que o Estado tem obrigação, no entanto os casos de pobreza continuam existir.

Em relação ao último ponto, dividir isto em vários gabinetes ou em várias medidas. É uma sugestão, mas como já foi referido aqui pela Deputada Beatriz Machado, anteriormente, se calhar tornava-se mais fácil juntar tudo num aglomerado, para termos menos burocracias e menos complicações.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Miriam Ponte.

\* **Deputada Miriam Ponte** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Concordo plenamente consigo na ideia que tenta transmitir nesta proposta, mas acha que é uma prioridade o apoio informático? Não seria melhor apostar em outras áreas, como a habitação, a alimentação, etc.?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

\* **Deputado Dário Fonseca** (*S. Jorge*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Certamente que há questões mais importantes, como a habitação, a alimentação, etc., agora existem os pobres que têm habitação, que tem alimentos, o seu salário é suficiente para a alimentação mais básica, mas não têm acesso à informação. Hoje está tudo informatizado, funciona tudo através de computadores.

Por exemplo em Portugal Continental os habitantes das vilas mais distantes ficam longe dos bancos, querem movimentar a sua conta como é que fazem? Têm de perder um dia de trabalho para irem ao banco.

Se conseguíssemos criar um centro informático nesses locais e os ensinasse a trabalhar no computador, já podiam movimentar a sua conta on-line.

Certamente a prioridade seria a habitação e a alimentação, mas há casos em que eles já dispõem disso, por isso vamos trabalhar para ajudar a desenvolver este país, regiões como o interior, mesmo aqui nos Açores, temos diversos casos desses.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

\* **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Eu apenas queria acrescentar aqui uma questão para defender a ideia.

O projecto fala em serviços de refeições, em instalações sanitárias e dormitórios, já não estão eles a dizer que vão dar apoio a nível de bens primários?

A informática é uma coisa necessária, mas temos uma sociedade que está estruturada actualmente sobre as novas tecnologias, quer dizer através da *internet* uma pessoa tem acesso a qualquer coisa e pode ter imensas informações, não precisa ir a conferências de imprensa, entre outras coisas. Basta pesquisar. É uma coisa muito simples e necessária.

Obrigada.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 45 votos a favor e 6 abstenções.

**Presidente:** Passamos para as propostas apresentadas pela Escola Secundária das Laranjeiras. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Faustino, para apresentar as três propostas relativas ao combate à pobreza e à exclusão social.

**Deputada Ana Faustino (S. Miguel):** Exma. Mesa; Exmos. Srs. Deputados ao XI Plenário Jovem, convidados e convidadas, minhas senhores e meus senhores:

Na sequência do trabalho apresentado pela Deputada Fabiana Tavares, a Escola Secundária das Laranjeiras vem por este meio apresentara as seguintes propostas:

Primeira: Assiduidade regular e aproveitamento **satisfatório** para os alunos de famílias que beneficiam do Rendimento de Inserção Social, como forma de incentivar o valor do trabalho e da responsabilidade.

Segundo: Incorporação dos membros adultos das famílias que beneficiam de subsídios sociais em instituições de solidariedade social (por exemplo Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santa Casa da Misericórdia) como forma de combater o ócio.

Terceira: Com o objectivo de incentivar a solidariedade social e o valor da família evitando a exclusão social das gerações mais velhas, diminuir em 1 hora a carga horária diária de um dos cônjuges para que possam cuidar dos mais velhos em casa.

Obrigado.

**Presidente:** Está aberto o debate sobre esta proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

\* **Deputado André Rodrigues (Pico):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A minha intervenção vem de acordo com a proposta nº. 1.

Normalmente podemos constatar que os pobres têm mau rendimento escolar. Os filhos dos carenciados têm menos acessos do que uma criança que vem de uma família com mais recursos.

No entanto, é do conhecimento geral que existem pais carenciados que deram formação aos seus filhos e hoje eles têm o ensino superior.

Assim sendo, e nós Escola da Madalena, concordamos com a proposta da Escola das Laranjeiras e achamos que os filhos dos carenciados devem ter um bom aproveitamento escolar, ou pelo menos um aproveitamento suficiente, para assim não imitem os pais e terem uma vida melhor.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Relativamente à terceira proposta a minha pergunta é pura e simplesmente de esclarecimento.

Eu gostaria de saber de que forma é que esta medida resolveria ou evitaria a exclusão social dos mais velhos?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Nesta proposta não estamos a combater a exclusão social dos idosos, mas sim estamos a dar valor à família.

Assim, evita-se de certa forma a exclusão dentro da família. Uma pessoa que não tem tempo para cuidar dum idoso em casa, que é uma coisa que dá muito trabalho, essa hora poderá ser muito importante para conseguir alimentá-los, no caso de pessoas acamadas mudar de fralda, etc.

Isso é uma forma da pessoa não ter que ir para certos sítios e deixar de conviver com a família.

Dessa forma o idoso terá um ambiente familiar e melhores condições do que propriamente numa instituição.

Obrigada.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Piedade.

\* **Deputado Gonçalo Piedade** (*Faial*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

A minha pergunta é relativa à segunda proposta “Incorporação dos membros adultos das famílias que beneficiam de subsídios sociais...”.

Esses membros que recebem subsídios trabalham, logo isso não será uma sobrecarga horária na vida dessas pessoas. Será que vão ter tempo para a família ou para si próprios?

Quanto à integração em instituições de solidariedade social, será que isso não deveria fazer parte dum regime de voluntariado em vez de uma obrigação?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Quando falamos dos membros adultos que deviam, não é uma obrigação “deviam” entrar nessas instituições como solidariedade, estamos a falar dos desempregados que recebem esses subsídios.

O Estado está a dar algo, logo a pessoa que recebe tem que dar algo em troca ao Estado, nem que seja trabalho voluntário.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

\* **Deputada Graça Silva** (*Faial*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A minha intervenção é sobre a proposta nº. 1.

Concordamos, achamos que está certo mas gostaríamos de informar que isto já existe, pelo menos na nossa escola e pensamos que nas outras também, os directores de turma são contactados periodicamente pelo Instituto de Acção Social sobre este assunto.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Por existir na vossa escola não podemos generalizar e dizer que existe em todas as escolas.

Por exemplo na nossa escola, na Escola Secundária das Laranjeiras, muitas vezes há vários alunos que faltam às aulas e isso é uma maneira de ter o aproveitamento satisfatório. Faltam, faltam ... e mesmo assim as pessoas não deixam de ter o rendimento mínimo para ajudar aquelas crianças que não querem saber da escola.

Dessa forma, isto é um incentivo até para as crianças irem à escola, sabendo que estão recebendo ajuda e se não forem essa ajuda acaba, não têm oportunidades.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.

\* **Deputada Tatiana Fragata** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Apenas queria pedir um esclarecimento em relação à proposta 2.

Dizem “...como forma de combater o ócio.”. Queria perguntar se é o ócio permanente ou o ócio em si, porque os tempos livres em parte é muito bom, é óptimo passar tempo com a família, é óptimo distrair um pouco sem estar permanentemente com o trabalho.

Era esta a minha questão.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Faustino.



\* **Deputada Ana Faustino** (*S. Miguel*): Exma. Mesa; Exmos. Srs. Deputados ao XI Plenário Jovem, convidados e convidadas, minhas senhoras e meus senhores:

O ócio não seria a ocupação de todo o tempo livre.

Cada pessoa tem as suas próprias necessidades. Claro que era dedicar uma representação a nível inter-comunicação, dentro da sociedade, já que são ajudados, apenas dariam uma colaboração mínima.

**Presidente:** Tem a palavra a Deputada Andreia Melo.

\* **Deputada Andreia Melo** (*S. Jorge*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

O meu pedido de esclarecimento é sobre a proposta nº. 1.

Assiduidade regular, acho muito bem, acho que deveria ser para toda a gente e não só para quem recebe o RSI.

Agora em relação ao aproveitamento satisfatório, há gente rica em que uns têm capacidades para aprender, outros não. Há gente pobre em que uns têm mais capacidades, outros menos.

Não se pode obrigar um aluno pobre que não tem capacidade e até se esforça mas não consegue, que tenha um rendimento satisfatório. Isso depende do indivíduo. Cada pessoa tem as suas ambições e uns com mais jeito para umas coisas, outros para outras.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Tem toda a razão naquilo que disse, principalmente no aspecto de que cada pessoa tem as suas capacidades.

Como sabem o próprio professor consegue ver as capacidades que um aluno tem e quando a pessoa não tem capacidade não vai ser por isso que se vai tirar o subsídio.

Por sua vez, aquela pessoa não tendo capacidade, assistindo às aulas, tendo uma assiduidade regular, já tem um aproveitamento satisfatório. Está tentando, não está desistindo, logo deverá receber o subsídio.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Débora Bettencourt.

\* **Deputada Débora Bettencourt** (*Graciosa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A minha pergunta é relativa à proposta 3.

Se uma empresa tiver, uma, duas, doze pessoas que têm familiares em casa, todas elas vão tirar uma hora da sua carga horária. O que será desta empresa? Quem irá pagar à empresa essa hora?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A questão foi bem colocada mas quando falamos em idosos em casa, a assistência social irá verificar as condições que aquele idoso tem e até que ponto precisa de ajuda, logo esta hora só será cedida aos trabalhadores que provem, através da assistência social, que assim deverá ser e que o idoso necessita desse apoio.

Obrigada.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Piedade.

\* **Deputado Gonçalo Piedade** (*Faial*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Gostaria de responder à resposta que me deu há pouco.

Referiu que esta proposta é para combater o ócio e referiu que não é uma obrigação. Então para combater o ócio vai fazer-se uma coisa que não é obrigação. Como é que isto vai combater o ócio visto que não é uma obrigação?

Obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Faustino.

\* **Deputada Ana Faustino** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Não deve ser uma obrigação, porque normalmente as obrigações não dão frutos tão bons como quando a pessoa faz o que deve.

Se estamos a falar dum desempregado, acho que até certo ponto, deve existir bom senso, de ambas as partes, de modo a evitar que haja quem não esteja a fazer nada e possa empregar o seu tempo em algo na sociedade.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Eu tenho a sensação que fui eu que referi que não era uma obrigação e se calhar fiz-me entender mal, porque o Sr. Deputado disse que havia pessoas que recebiam o subsídio mas que trabalhavam. Quando eu disse que não era uma obrigação era para não abranger todas as pessoas que usufruem desse subsídio.

Por exemplo, estás a trabalhar, recebes. Tens o teu emprego já estás a ser útil para o Estado.

Agora, uma pessoa que recebe mas é um “parasita para o estado”, isto deve ser aplicado, não no sentido de ser aplicado uma multa, mas incentivar essas pessoas e explicar-lhes os benefícios.

Temos de fazer ver às pessoas que é importante para a sociedade.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Soares.

\* **Deputado Rui Soares** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Gostaríamos apenas de questionar quais serão os métodos de controlo para confirmar que estas pessoas vão para casa nesta hora?

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

É verdade que não há um método de controlo para sabermos se a pessoa sai uma hora antes do seu horário e vai directamente para casa.

Mas também é verdade que uma pessoa que queira ajudar um familiar que está em casa, que se preocupe com isso, e o familiar precise mesmo, de certeza que não vai para as compras. Vai para casa dar apoio a esse familiar que foi útil quando ele precisou.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

\* **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Eu queria dizer aqui uma coisa relativamente à primeira proposta.

Lamento imenso que a Sra. Deputada Cláudia Cardoso não esteja aqui presente, porque antes das propostas da Escola Secundária das Laranjeiras, nós elaborámos a questão para ela, exactamente nesse sentido. Ela disse que não era exequível.

No entanto temos aqui uma ambiguidade colocada pela Deputada Andreia Melo.

Nós actualmente já temos um regime que fiscaliza se o aluno ou a aluna vão à escola pela frequência. Isso depende da política escolar.

Pelo que eu sei o aluno quando tem um determinado número de faltas as assistentes sociais intervêm nesse sentido e de certa forma fazem pressão junto da família a dizer que se ele voltar a faltar é expulso por faltas e ficará sem o RSI.

No entanto a Dra. Cláudia disse que o sucesso escolar não seria uma coisa exequível, mas temos que perceber uma coisa. Ela disse que uma família pobre não tem facilidade em dar um computador, internet ou uma biblioteca. Não é bem assim e ela sabe como Deputada desta Assembleia, que o Governo ajuda nesse sentido. Fornece bibliotecas, fornece livros, fornece internet, fornece clubes de informática, tudo e mais alguma coisa para que quando as crianças ou jovens não têm em casa possam frequentar lá fora.

Eu gostaria de dizer que é uma medida bastante boa porque à parte do sucesso escolar, à parte de uma criança que está no ensino básico ter 5 e 4 na pauta, temos certos tipos de comportamentos que se verifica nas famílias que recebem o RSI que é o desprezo pela criança que está na escola.

A criança tem um comportamento agressivo que não deve ser efectuado. Os progenitores são chamados à escola e dizem-lhes: O seu filho teve um

comportamento inadequado. E ele responde: o que é que eu tenho a ver com isso?!

Eu acho que se fosse aplicada esta medida doutra forma, não só através do sucesso escolar, mas também a partir do comportamento da criança na escola, acho que seria mais fácil que este se aplicasse no estudo porque existe uma grande indiferença para com aqueles miúdos, porque ele são obrigados a estar na escola para os pais receberem esse subsídio.

Eu acho que isto não é correcto. Acho que se devia pôr em prática uma medida como esta, pois é importante para que se diminua o insucesso escolar que se verifica tanto, principalmente na RAA.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sras. e Srs. Convidados:

Eu quero colocar uma questão relativamente à vossa primeira proposta.

Nós concordamos que estes alunos alcancem um nível satisfatório e caso não seja pelas suas capacidades, seja pela tal assiduidade que foi mencionada há pouco.

A nossa questão prende-se com o seguinte: vocês referiram que caso os alunos não alcançassem o nível satisfatório, nem pelas capacidades intelectuais, nem pela assiduidade às aulas, os pais deixariam de usufruir o RSI.

Vamos retirar o RSI a uns pais que não têm forma de se sustentar durante o mês? E as crianças? Como será o seu sustento?

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Não nos estamos a referir ao rendimento total da família, porque há vários rendimentos.

Neste caso falamos no rendimento que ajuda os estudos da criança.

Logo se a criança não está a ter aproveitamento nenhum na escola, nem sequer assiste às aulas nem tenta ter um bom comportamento, para quê estar a investir dinheiro com uma criança que está ali a ocupar tempo e a destabilizar os outros?

É essa a questão.

Os pais continuam a receber o rendimento para sustentar a família, mas não para os estudos, a parte dos estudos é retirada.

Obrigada.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada por maioria com 15 votos a favor; 21 votos contra e 14 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 14 votos a favor; 8 votos contra e 29 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a terceira proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada por maioria com 7 votos a favor; 23 votos contra e 20 abstenções.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos da Escola Secundária Manuel de Arriaga para apresentar as suas propostas.

**Deputada Beatriz Cardigos (Faial):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

No seguimento da nossa anterior intervenção a Escola Secundária Manuel de Arriaga apresenta as seguintes propostas:

1) Elaboração de um programa de reabilitação e reinserção na sociedade e mercado de trabalho de toxicodependentes, cuja concretização implicaria a criação de uma instituição, a qual proporcionaria a inserção gradual e acompanhada do indivíduo no mercado de trabalho.

2) Criação de um passe para utilização dos transportes públicos para trabalhadores, de forma a minimizar os custos dos transportes entre a residência e o local de trabalho, evitando a desertificação das zonas rurais.

**Presidente:** Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Simas.

\* **Deputada Isabel Simas (Pico):** Obrigada Sra. Presidente.

Gostaria de perguntar se no segundo ponto, este passe de transportes públicos, será assim tão relevante no combate à pobreza?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos (Faial):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Sim, consideramos que é extremamente importante, porque as pessoas que vivem em zonas rurais, no fim do mês contabilizando aquilo gastam com os transportes, seja inter-ilhas, ou mesmo na própria ilha, pode chegar a um quarto ou a um terço daquilo que recebem no final do mês.

Isto o que é que implica?

Implica que não vale a pena aceitarem esse emprego pois não lhes vai servir de nada o rendimento que recebem, não é útil.

Esta forma promove precisamente as zonas mais rurais, aqueles que já se negam a aceitar um emprego num ponto mais desenvolvido.

Também é um facto que estas zonas rurais não têm tantas oportunidades e muitas vezes aqueles postos de trabalhos que já se encontram nessas zonas, já estão ocupados.

Assim promovemos bastante o trabalho de pessoas de zonas rurais e o que acontece muitas vezes é que são pessoas com maiores necessidades económicas, logo combatemos assim a pobreza.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Adriana Espínola.

\* **Deputada Adriana Espínola** (*Graciosa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A minha dúvida é em relação à segunda proposta.

Quem é que vai suportar o custo do passe numa empresa de transportes colectivos de passageiros, uma empresa privada?

Será o Governo Regional a subsidiar esses passes, sabendo que o Governo Regional já subsidia o transporte escolar e alguns transportes para a terceira idade?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Sim, será o Governo. Existem orçamentos, às vezes não tão bem aplicados e creio que isto é uma boa aplicação deste dinheiro

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Sousa.

\* **Deputada Jessica Sousa** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sras. e Srs. Convidados:

Em relação à vossa segunda medida eu gostaria de dizer que o nosso Grupo Parlamentar concorda plenamente, porque seria bastante viável que a diminuição dos custos de transportes no percurso residência/local de trabalho, fosse efectivamente concretizada, uma vez que muitos indivíduos são obrigados a rejeitarem empregos, pois a sua deslocação até ao emprego é extremamente dispendiosa.

Se estamos aqui a combater a pobreza e a exclusão social, não será um factor importante ter um emprego hoje em dia?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silva.

\* **Deputado Luís Silva** (*Graciosa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sras. e Srs. Convidados:

A minha dúvida prende-se com a proposta nº.1.

Pergunto-lhe se já não haverão instituições sem fins lucrativos que possam desenvolver este projecto?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

**Deputada Graça Silva (Faial):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Eu presumo que o Sr. Deputado tem razão e realmente existem instituições sem fins lucrativos que tenham esta actividade.

Contudo, nós achamos que o Governo também deve ter um papel importante nisto.

O que nós queremos não é só reabilitar os toxicodependentes em termos da dependência das substâncias, é também integrá-los no mercado de trabalho, combatendo assim a exclusão social.

Nós pensamos, peço perdão se vou ofender alguém, que o Governo terá mais influência, em termos de convencer as empresas e até o próprio sector público a integrar estas pessoas, do que uma instituição sem fins lucrativos.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.

\* **Deputada Tatiana Fragata (S. Miguel):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas queria perguntar se este passe já não existe, porque em S. Miguel existe para os estudantes que se prolonga até aos estudantes universitários e talvez para os trabalhadores?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

\* **Deputada Graça Silva (Faial):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Ficamos bastante contentes que isso exista em S. Miguel.

No Faial existe para os estudantes como penso que existe em todas as ilhas, até aos 16, final da escolaridade obrigatória. Para os trabalhadores não existe.

É certo que há algumas companhias que têm os passes que dão desconto, mas nós achamos que isso por vezes não é suficiente e que o Governo devia ter um papel activo nesse aspecto.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

\* **Deputado André Rodrigues (Pico):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Este projecto que está aqui a ser apresentado, já não é muito inovador, visto que já existe e está a ser implementado um projecto muito semelhante a este, aqui na cidade da Horta.

No entanto vou dar o meu parecer sobre este projecto porque o acho um pouco injusto.

Os empregados com este tipo de passe terão transportes mais baratos. E as outras pessoas? Os desempregados? Obviamente não vão para o local de trabalho porque estão desempregados, mas têm que recorrer aos transportes públicos para a sua deslocação.

Os idosos que apesar de terem um passe e alguns descontos devido à sua idade, também ficam fora deste projecto.

Eu acho que não devemos criar projectos e medidas que combatam a desigualdade social, promovendo novamente desigualdade social, porque este projecto ao fim e ao cabo promove um pouco isto, uns beneficiados e outros prejudicados.

Muito obrigado pela palavra.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

\* **Deputada Graça Silva (Faial):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado permita-me discordar consigo.

Eu acho que ninguém ficará prejudicado ao ver os outros beneficiados.

Peço desculpa, mas se eu vir alguém beneficiado com este tipo de iniciativas não me irei sentir prejudicada.

O Sr. Deputado acha que este projecto deveria ser mais abrangente. Nós ao elaborarmos este projecto focámo-nos nos toxicodependentes e nos trabalhadores, mas podíamos ter focado outros trabalhadores, porque são estes que precisam mais de passes para transportes públicos.

A ilha do Faial que, como toda a gente sabe, é relativamente pequena, comparada relativamente com o Pico ou com S. Miguel e nós temos pessoas que vivem, neste caso, na freguesia dos Cedros que fica no canto oposto da cidade e dizem que não vêm trabalhar para a cidade porque o que vão gastar em transportes públicos e não compensa. Imaginemos se fosse no Pico ou em S. Miguel.

A verdade é que os transportes públicos são caros e apesar de existirem carros, os transportes públicos são necessários e achámos que ajudar aqueles que têm trabalho a mantê-lo, será uma boa medida para combater a pobreza.

Erradicar a pobreza não é só tentar com que os mais desfavorecidos subam na escala social é também fazer com que os que estão na classe média não desçam.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

\* **Deputado Dário Fonseca (S. Jorge):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A minha questão é a seguinte.

A Sra. Deputada referiu que viviam no lado oposto à cidade e não compensava vir trabalhar porque um quarto do ordenado ficava retido nos transportes, ou seja, se os pobres das freguesias do outro lado da ilha, não quiserem vir trabalhar para a cidade, os pobres da cidade ocupam os lugares deles.

*(Risos da Câmara)*



O mesmo se passa com as pessoas que vivem no Faial e vão trabalhar para o Picou ou vice-versa.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 32 votos a favor e 19 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada por maioria com 16 votos a favor; 23 votos contra e 12 abstenções.

**Presidente:** Passamos para a próxima proposta no âmbito da Instrução. Esta proposta é apresentada pela Escola Básica e Secundária de Nordeste, que apresenta três medidas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte para fazer a sua apresentação.

**Deputada Jessica Duarte (S. Miguel):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A instrução é um meio essencial ao desenvolvimento e é através desta que se consegue progredir, pois quanto maior for o nível de instrução de uma determinada região, maior é o seu nível de desenvolvimento. Temos como exemplo desta situação alguns países da União Europeia como a Finlândia, que levou em frente um vasto investimento na instrução e que por isso mesmo colhe agora o fruto dessa mesma aposta: o desenvolvimento. É tendo em consideração este exemplo que propomos algumas medidas que visam uma maior aposta na educação.

1ª Medida - Sugerimos a inclusão no currículo regional dos alunos a formação para os direitos e deveres, orientada para a consciencialização dos direitos humanos, dos direitos dos cidadãos, dos direitos das crianças, dos direitos dos consumidores, dos direitos dos animais, e dos direitos dos trabalhadores, da mesma forma como se entende necessária a formação para a sexualidade. Assim, se educariam as novas gerações para os mais recentes desafios, caminhando para uma sociedade que preza o respeito pelo outro, a empatia pela multiculturalidade, o bem-estar animal, e que repudia o trabalho infantil, o consumismo desenfreado e o sobrendividamento, por exemplo.

2ª Medida - Propomos ainda um maior número de cursos profissionais relacionados com a área agrícola e produção animal, bem como uma maior acessibilidade aos mesmos. Esta é uma medida urgente uma vez que na

nossa região existe um avultado número de jovens que deseja se dedicar à referida actividade e é necessário dar-lhes a oportunidade de não só se formarem para que se possam rentabilizar enquanto profissionais, como de dinamizarem a economia do arquipélago, valorizando a formação/instrução e evitando o abandono escolar.

3ª Medida – Sugerimos o reforço do papel do professor Tutor, nomeadamente na articulação da actividade escolar de grupos específicos de alunos com a família e com serviços especializados de apoio educativo e social, para a promoção da integração na escola e na comunidade do aluno e respectiva família. Urge promover a formação dos professores tutores, diminuir o número máximo de alunos a acompanhar (actualmente 30) e alargar as competências fixadas, para que este profissional seja verdadeiramente o elo privilegiado de ligação entre o indivíduo, a família, a escola e a comunidade.

Muito obrigada.

**Presidente:** Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

\* **Deputada Graça Silva (Faial):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A minha intervenção é sobre a primeira medida.

Será que todos estes temas não estarão incluídos já na formação cívica?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte (S. Miguel):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Sim, este tipo de direitos está incluído no programa de formação cívica, só que a formação cívica é uma disciplina livre e muitas vezes os directores de turma dedicam-se apenas ao debate com os alunos das questões comportamentais da turma e por vezes não são abordadas essas questões, infelizmente.

É fundamental, faz parte da formação integral dos cidadãos que estes alunos tenham direito e acesso àquilo que podem fazer bem como todos os direitos que eu referi.

É muitas vezes na escola que se começam a ver as violações destes direitos, como por exemplo os namoros violentos. É por isso mesmo que queríamos inserir isto no currículo para informar os alunos que as coisas não são assim, que eles têm direitos, têm deveres, mas podem recorrer, têm sempre outras opções.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

\* **Deputada Graça Silva (Faial):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Se eu percebi bem o que os senhores Deputados querem é criar uma nova disciplina ou não? Penso que estou errada, desculpe.

De qualquer maneira não será mais fácil incluir isto na formação cívica? É verdade que os directores de turma muitas vezes usam a formação cívica para muita coisa que não a formação cívica. Não seria mais fácil inserir isto na formação cívica?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Nós estamos aqui para aprovar as propostas e queremos sempre entrar em consenso, queremos sempre entrar com novas propostas. Podemos sim inserir isto. Não queríamos a formação de uma nova disciplina, até porque os alunos têm uma carga horária super carregada e não queremos isso.

Queríamos mesmo que isso fosse inserido numa disciplina, nomeadamente na de formação cívica e claro que aceitamos a sua sugestão para que a medida seja viabilizada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Simão Santos.

\* **Deputado Simão Santos** (*Graciosa*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A minha questão prende-se à primeira medida e gostaria de saber que alunos é que serão abrangidos nesta nova disciplina que estão a pensar implementar?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Nós não queríamos a formação de uma nova disciplina porque tal como eu já referi anteriormente os alunos já têm uma carga horária muito sobrecarregada.

Mas assim sendo nós queríamos introduzir esta formação principalmente nos alunos de 2º. e 3º. Ciclo, mas agora pergunto ao colega o que é que acha?

\* **Deputado Simão Santos** (*Graciosa*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Concordo que seja para o 2º. e 3º. ciclos, como a colega referiu. Contudo acho que seria útil aplicar ao 1º. ciclo.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Acolhemos essa sua sugestão à nossa proposta. Que assim seja.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado André Parelho.

\* **Deputado André Parelho** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A Deputada Jessica Duarte já esclareceu todas as minhas dúvidas.

**Presidente:** Tem a palavra a Deputada Andreia Melo.

\* **Deputada Andreia Melo** (*S. Jorge*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

O meu esclarecimento prende-se com a 3ª. medida.

Não sei se a vossa ideia é aproximar a opinião do professor (director de turma) da vida familiar, porque às vezes em situação de pobreza e exclusão, em que as famílias vivem mal, eu acho que o professor não é a pessoa mais indicada para tratar desses assuntos. Se calhar há profissionais mais competentes para isso.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Jessica Duarte.

\* **Deputada Jessica Duarte** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Nós não nos estamos a referir ao director de turma. Existe mesmo um professor tutor nas escolas, embora não se tenha grande conhecimento.

Nós no Nordeste só temos uma professora tutora, por isso também não tínhamos conhecimento mas existe.

Este tem como funções, “desenvolver medidas de apoio aos alunos, promover a articulação das actividades escolares dos alunos e outras actividades formativas e desenvolver a sua actividade de forma articulada, quer com a família, quer com os serviços especializados de apoio educativo, designadamente aos serviços de psicologia e orientação para as outras estruturas de orientação educativa”, ou seja, nós não estamos a criar nada.

O professor tutor normalmente faz a relação entre o director de turma e os serviços de acção social e o que nós pretendemos fazer é realçar o papel deste professor tutor para com a família. Em alguns casos em que a situação familiar é mesmo muito precária, não é a melhor pessoa para intervir, mas o professor tutor já deve manter contacto com a família, tal como o director de turma também mantém contacto com a família, mantém informado a ideia do professor tutor. O professor tutor pretende aumentar o contacto entre a família, escola e serviços sociais.

Espero ter esclarecido.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 45 votos a favor e 7 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 28 votos a favor e 23 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a terceira proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 8 votos a favor; 1 voto contra e 42 abstenções.

**Presidente:** Passamos à próxima proposta, apresentada pela Escola Secundária Antero de Quental, relativa ao centenário da Implantação da República, na Região Autónoma dos Açores.

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.

**Deputada Tatiana Fragata (S. Miguel):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

O ano de 2010 é um ano festivo para os portugueses porque se celebra o Centenário da Implantação da República em Portugal. Como todos sabemos, foi no dia 5 de Outubro de 1910 que Portugal deixou de ter uma Monarquia como sistema político.

Tendo em conta o Programa Nacional das Comemorações do Centenário da Implantação da República, que integra a vertente *República nas Escolas*, propomos ao Governo Regional uma aposta na formação para uma cidadania activa, para que ao longo de 2010/2011 sejam organizados, na Região, projectos e actividades com a finalidade de fazer participar alunos e professores, de forma interventiva, na nobre e difícil missão da Educação para a Cidadania.

Os jovens são o futuro! Deve-se inculcar-lhes valores e atitudes para que possam continuar o projecto da Democracia na nossa sociedade, para que aqueles que num futuro próximo elegerão os seus representantes políticos estejam preparados e educados como verdadeiros cidadãos, pois não podemos esquecer que ao escolher o bem de cada um, estamos a escolher o bem de toda a sociedade.

Para isso, pensamos na promoção de projectos educativos da forma mais dinâmica e apelativa possível, viabilizados em parceria com a Comunicação Social local, por forma a obter maior impacto na sociedade:

Assim, deverão incentivar-se as Escolas para que organizem, ao longo do ano lectivo 2010/2011, projectos que conciliem a temática da Implantação da República com a da Formação para a Cidadania.

Projectos a desenvolver:

- Realização de concursos que abordem os valores da cidadania/democracia. Vimos dois concursos específicos: o primeiro era a organização de uma espécie de “Quiz Bus” real, desde o regicídio até à actualidade, tudo a ver com a República e a sua implantação; o segundo era um concurso artístico em que cada

pessoa criava uma pintura, uma escultura que retratasse a República para a pessoa. Como sabemos a República é um conjunto de símbolos;

- Formação, através de técnicos especializados, concretizada em oficinas de trabalho;
- Entrega, a cada aluno, de um kit intitulado “Tudo o que preciso de **SER** nesta República em que vivo” (manual de valores e atitudes). Neste Kit pensamos incluir este livro da Assembleia Regional, que não tem uma grande distribuição, porque nem pessoas têm conhecimento da existência deste livro. Também pensamos num livro, espécie sebenta, na qual se explicará os principais valores republicanos e se dará a conhecer às crianças e jovens esta página do livro da História de Portugal ;
- Elaboração de trabalhos, para concurso, subordinados ao tema “Na República... à conversa com Manuel de Arriaga”
- Visitas de estudo a diferentes órgãos do governo;
- Outros.

Com esta proposta pretendemos que a população estudantil açoriana não só tenha uma participação mais activa nas comemorações do Centenário da Implantação da República, como também aproveite este momento da nossa história para reavivar e reforçar os valores da democracia que só adquirem pleno sentido quando vividos por cada um numa atitude de compromisso para com a sociedade em que vive.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Está aberto o debate sobre esta Proposta.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Tavares.

\* **Deputada Fabiana Tavares** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Eu acho a vossa proposta bem organizada, é uma boa ideia, acho que devemos ter sempre muito orgulho na nossa República Portuguesa e acho que isso ficou muito giro nos vossos votos.

Agora no contexto da nossa discussão cujo tema é “A pobreza e a exclusão social”, torna-se uma coisa completamente à parte e na minha opinião até se torna pobre.

Estamos a tratar de uma coisa muito importante e vocês estão aqui a dizer que é um ano festivo, para celebrarmos o centenário, coisa que fizemos há pouco no Parlamento, que aconteceu há um mês atrás com esse tema.

Achei muito bem falarem disso nos vossos votos, como um tema bastante importante, mas acho que as vossas propostas deveriam ter vindo de acordo com o vosso trabalho.

Se queriam falar da República poderiam ter falado no trabalho e não agora na proposta, porque surge um pouco descontextualizada.

Obrigada.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.

\* **Deputada Tatiana Fragata** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Primeiro que tudo o que para vocês é pobre, se eu explicar poderá passar a ser a rico.

Há uma interligação muito importante. Muitas vezes as pessoas vão atrás das camisolas, dos isqueiros, das canetas que os representantes oferecem e se houver uma formação dos cidadãos em que haja uma cidadania activa, podemos eleger um bom representante que nos represente e dignifique, fazendo com que diminua a pobreza.

Se optarmos por um bom representante vamos diminuir a pobreza, de forma indirecta, claro, mas diminuímos.

Pensa que a República não é importante porque não abrange a pobreza e a exclusão social, mas a implantação da República o que é que veio fazer?

Veio dar liberdade aos portugueses. Nós queremos dignificar e renovar estes votos que foram feitos em 1910 mostrando que está relacionado com a pobreza e com a exclusão social.

Na monarquia vivia-se um estado em que não se podia falar, os pobres eram muito pobres em relação aos dias de hoje e em relação à implantação da República.

Existe uma relação indirecta sim, como já disse, mas existe.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

\* **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Peço imensa desculpa por não saber quem é que está na organização do Parlamento Jovem e Plenário Jovem de raiz, mas 2010 é o ano em que se celebra o centenário da República, exactamente, e é também o ano europeu de combate contra a pobreza e exclusão social e é hoje o tema debatido.

Acho que fizeram muito bem dividir o Parlamento Jovem, intitulado “A República, 100 anos” e intitular o Plenário Jovem com “A pobreza e a exclusão social – uma análise na RAA”.

Como sabem e como a Deputada Fabiana Tavares já referiu o Parlamento Jovem abordou exactamente este tema e temos aqui vários Deputados presentes, incluindo eu, que estivemos a debater este tema.

Dizer que a educação, a responsabilidade, o saber que a cidadania deve ser praticada, que estar instruído com a República vai ajudar na diminuição da pobreza, não é o que estamos aqui a falar. Estamos a falar em pobreza e exclusão social, mas de uma outra forma.

Claro que como a senhora Deputada disse há uma interferência indirecta se usarmos este tipo de educação, mas o facto é que imensos trabalhos – e eu tive oportunidade de ler e reler esses trabalhos vários vezes do Parlamento

Jovem – estavam a contactar com a República e com a forma de usar essa instrução na República para terminar com a pobreza, de uma forma indirecta.

Esse tema já foi aqui anteriormente debatido.

Eu penso que - não sei se os Senhores Deputados souberam, mas os seus colegas da Antero Quental estiveram presentes – usar a oportunidade de república para debater o tema “República” e usá-la no sentido de combater a pobreza, melhorar os órgãos de gestão, cabe a cada um decidir como é que vai usar esse tema.

Foi usado muito bem no Parlamento, mas hoje o tema é “pobreza e exclusão social”, por isso está descontextualizado.

No entanto a vossa contextualização foi excelente, foi bastante construtiva. Acho que se tivessem medidas para integrar naquela contextualização, seria um dos melhores trabalhos.

Não vejo o porquê da República aqui com uma contextualização tão boa.

Obrigada.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.

\* **Deputada Tatiana Fragata** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Em primeiro lugar os representantes da Escola Antero de Quental não estiveram presentes, por isso não podem confirmar isso.

*(Apartes inaudíveis).*

**A Oradora:** Pedimos desculpa, afinal teve uma.

Pedimos desculpa ainda por não estar relacionado directamente com a pobreza.

Não era essa a nossa intenção, queríamos mostrar um pouco da República, porque é importante e também um pouco da pobreza.

Não dissemos claramente, é verdade. Pedimos desculpa mais uma vez.

Posso explicar que queríamos fazer a interligação entre os dois, porque queríamos mostrar a importância de cada um, e que um leva ao outro. A República levou a uma diferença no nível da pobreza e da exclusão social.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

\***Deputado Dário Fonseca** (*S. Jorge*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

A maior parte da minha pergunta já foi esclarecida, que era o facto deste tema não estar dentro do tema em discussão deste ano.

A segunda questão que queria colocar era a seguinte: o que é que a distribuição do regimento que mostrou tem a ver com pobreza e exclusão social?

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Tatiana Fragata.



\* **Deputada Tatiana Fragata** (*S. Miguel*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Vou ter que pedir mais uma vez desculpa, parece que sempre que falar vou ter que pedir desculpa, não faz mal.

O Sr. Deputado refere o boletim. O que é que está aqui a fazer?

Se não estiver ciente das suas regras não pode debater nem defender a pobreza, daí estar indirectamente relacionado.

Pedimos mais uma vez desculpa.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada por maioria com 5 votos a favor, 29 votos contra e 17 abstenções.

**Presidente:** Passamos à última proposta, apresentada pela Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico.

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Simas.

\* **Deputada Isabel Simas** (*Pico*): Exma. Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

A nossa primeira proposta seria melhorar a eficácia dos serviços de apoio social, desenvolvimento de melhores processos de coordenação e de funcionamento em equipa alargada, obrigando a que todos os intervenientes cooperem efectivamente, relativamente aos processos e pessoas envolvidos, sempre em recato confidencial e no respeito pela dignidade da pessoa

Segunda proposta:

Aprofundar o humanismo dos serviços sociais e das organizações não governamentais insistindo para que a solidão seja considerada como um problema particular da pobreza e dotando os serviços de meios e recursos que contribuam para reduzir o número de pessoas afectadas por este drama. Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Está aberto o debate sobre esta Proposta.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Gostaria de saber o que pretendem com o aprofundar o humanismo dos serviços sociais e das Organizações não Governamentais.

Entendemos por princípio que os serviços sociais e as próprias Organizações não Governamentais que se dedicam a problemas como este da pobreza, estejam bastante dotados de humanismo.

O que é que se referem exactamente a este humanismo?

Insistindo que “a solidão seja considerada como um problema particular da pobreza e dotando os serviços de meios e recursos que contribuam para reduzir o número de pessoas afectadas por este drama”, também gostaria de um maior esclarecimento, pois não é uma das coisas que se combate, seja através dos serviços sociais, seja das organizações não governamentais, seja através dos esforços que são feitos precisamente pelos serviços sociais, seja em emprego, seja em acompanhamentos?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Mafalda Melo.

\* **Deputada Mafalda Melo** (*Pico*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Com esta proposta nós pretendíamos reforçar a necessidade de apostar num acompanhamento para com as pessoas, com os pobres e com os excluídos socialmente.

Combater a pobreza não é só atirar com bens monetários, nem materiais.

É importante conversar com os pobres, saber aquilo que eles precisam, daí a necessidade de aprofundar este humanismo.

Não digo que não exista, mas é verdade que existem casos de pessoas que morrem em apartamentos e ninguém se apercebe.

Há um problema que é a solidão. A pobreza não é só a falta de dinheiro.

Por isso achámos necessário reforçar este ponto.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Cardigos.

\* **Deputada Beatriz Cardigos** (*Faial*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Uma pergunta mais directa.

Como é que vão aprofundar este humanismo?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Mafalda Melo.

\* **Deputada Mafalda Melo** (*Pico*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Nós pensamos que deveriam ser dadas formações às assistentes sociais para que pudessem ajudar os pobres e os excluídos socialmente.

Como já disse é necessário cuidar, é um termo muito importante que foi utilizado pela Dra. Maria Isabel Varanda.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

\* **Deputada Dário Fonseca** (*S. Jorge*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A minha pergunta é relativa à medida nº. 1, em que fala em equipa alargada.

Será que esta equipa alargada não iria aumentar a burocracia?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Mafalda Melo.

\* **Deputada Mafalda Melo** (*Pico*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

O objectivo desta proposta era reforçar o trabalho do já existente núcleo social de inserção. Não aumentar a burocracia mas sim evitar os longos processos e insistir para que haja uma maior colaboração entre os constituintes do núcleo social de inserção.

Também achamos que é necessário haver uma troca de informação entre as diferentes estruturas sociais: entre a segurança social, entre a Cáritas, as Santas Casas da Misericórdia.

Isto porquê? Porque existem pessoas necessitadas que vão buscar ajuda a um lado, vão buscar a outro e não há uma troca de informação para poder distribuir melhor as ajudas.

Obrigada.

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta apresentada, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, 2 votos contra e 24 abstenções.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta apresentada façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada por maioria com 13 votos a favor, 15 votos contra e 23 abstenções.

**Presidente:** Srs. Deputados, os nossos trabalhos aproximam-se do fim.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Moniz.

(\*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Jovens, Convidados:

Estive aqui muito atento durante toda a sessão, muito interessado em ouvir-vos. Houve aqui situações que me preocuparam, outras que me animaram. Fui tomando aqui umas notinhas e gostava de partilhar convosco algumas considerações e preocupações, também.

Falou-se muito de exclusão e de pobreza. Por várias vezes ouvi aqui que a exclusão, só por si, não é sinónimo de pobreza económica e é verdade. Quase todas as propostas e intervenções foram dirigidas às consequências, muitas com intenções bondosas, outras nem tanto, não acredito que motivadas de uma forma mesmo directa, mas sim pelo que se ouve e pelo que se diz.

Quando respondi à pergunta do vosso colega Ricardo, fiz-vos um desafio, que nenhum de vós aceitou. Pedi-vos que analisassem os problemas na sua origem, porque é aí que está o âmago da questão. Preferiram ir pelo lado mais fácil, tentaram fazer propostas curativas. Meus amigos, com medidas

assim, no século XXII ainda estaremos a discutir a forma de debelar – já nem digo erradicar – a pobreza e a exclusão social.

Dei-vos o exemplo do pingo remediado com o balde e alertei-vos para a necessidade de descobrir onde estava a infiltração. É mais difícil, eu sei que é mais difícil, mas a vossa generosidade, a vossa irreverência, a vossa imaginação criadora e a vossa curiosidade não vos desafiam a procurar as causas?

É assim que querem as pessoas, a acusarem-se umas às outras, convencidas que o miserável do vizinho é o culpado da sua desgraça, até se auto-convencerem que são eles mesmos os culpados da sua própria miséria? Não acham que a maioria das pessoas que são beneficiárias do RSI, o Rendimento Social de Inserção, foram para aí empurradas, de uma ou de outra forma? E que, mercê do que referi anteriormente, se vão progressivamente auto-excluindo da sociedade dita normal? Não acham que se vão auto-convencendo de que são um mundo à parte e que progressivamente vão criando um modo de vida próprio? Já pensaram que o agravamento desta situação pode levar a convulsões sociais muito perigosas?

Então, qual é o nosso papel? Hostilizar e estigmatizar estas pessoas, ao ponto de ter de as fechar em campos de concentração? Ou, pelo contrário, temos de as ganhar para a cidadania?

Se querem ir pela primeira via, então rapem o cabelo, pintem cruces suásticas e ressuscitem o Hitler. É a via mais fácil. Mas se, pelo lado contrário – como espero, e espero sinceramente – têm um sentido de humanidade e de solidariedade, devem assumir uma quota parte da culpa, mesmo que indirecta, e começar *já*, antes que seja tarde, a trabalhar pela inclusão social, com dignidade, pelo trabalho, pela erradicação da pobreza. Eu não vos estou a acusar e espero que isso fique bem claro. Estou, sim, a provocar-vos. Estou a motivar-vos. Estou, sobretudo, a pedir-vos que sejam genuínos. Não vão na onda fácil, pensem por vós próprios, discutam ideias, sejam contraditórios, ponham tudo em causa.

Muito obrigado.

*(Aplausos da câmara)*

**Presidente:** Obrigada pelas suas palavras, Sr. Deputado Mário Moniz.

Antes de encerrarmos, a Mesa do Plenário Jovem propõe uma **Proposta de Deliberação que declara finda a XI Sessão do Plenário Jovem.**

Está aberto o debate sobre esta proposta. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 51 votos a favor e 1 abstenção.

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Convidados.

Antes de terminarmos gostaria de agradecer a vossa colaboração no decurso dos nossos trabalhos.

Espero que tenha sido uma experiência positiva e que tenha contribuído para o auto crescimento de todos nós.

Declaro finda a XI Sessão do Plenário Jovem.

Obrigado.

*(Eram 19 horas e 35 minutos)*

*\* Texto não revisto pelo orador*

**Deputados que faltaram à sessão:**

Maria Dias

**A redactora:** Maria da Conceição Fraga Branco